

PÚBLICO – POLICIÁRIO CAMPEONATO NACIONAL E TAÇA DE PORTUGAL 2013 (E MELHORES SOLUÇÕES)

CLUBE DE DETECTIVES
DANIEL FALCÃO

<http://clubededetectives.net>

FICHA TÉCNICA

Título: PÚBLICO – POLICIÁRIO
CAMPEONATO NACIONAL E TAÇA DE PORTUGAL 2013
(E MELHORES SOLUÇÕES)

Organização: Daniel Falcão

Data da edição: Janeiro de 2014

Editor: Clube de Detectives

E-MAIL: clubededetectives@gmail.com

URL: <http://clubededetectives.net>

ÍNDICE

PREFÁCIO

Luís Pessoa	7
-------------	---

PROVA Nº 1

PARTE I – O mistério da carteira desaparecida (Tryit)	15
Melhor solução – Inspector Aranha	19
PARTE II – Uma festa de arromba (I.F.)	23

PROVA Nº 2

PARTE I – Um caso de espionagem? (Rubro Pálido)	29
Melhor solução – Inspector Aranha	33
PARTE II – Que grande golo (Rubro Pálido)	35

PROVA Nº 3

PARTE I – Uma questão de observação (Abrótea)	41
Melhor solução – Inspector Aranha	45
PARTE II – O caso do DVD desaparecido (XXP)	53

PROVA Nº 4

PARTE I – Tempicos e o bacalhau à pressuposto (A. Raposo & Lena)	59
Melhor solução – Inspector Aranha	63
PARTE II – O amigo Benevides (A. Raposo & Lena)	71

PROVA Nº 5

PARTE I – A odisseia de Álvaro Domingues (Paulo)	77
Melhor solução – Vorsicht-25	83
PARTE II – Cucurru!... (Pa Pu Cheio)	89

PROVA Nº 6	
PARTE I – Ouvindo o Flecha de Prata passar (Verbatim)	95
Melhor solução – Custódio Matarratos	99
PARTE II – A morte de Calígula (Verbatim)	117
PROVA Nº 7	
PARTE I – A tia Laurinda e a morte de D. Perpétua (Búfalos Associados)	123
Melhor solução – Detective Jeremias	127
PARTE II – A morte da cabeleireira (Paulo)	135
PROVA Nº 8	
PARTE I – O último caso do Inspector Trindade (Rip Kirby)	141
Melhor solução – Custódio Matarratos	145
PARTE II – Mistério na praia (Rip Kirby)	163
PROVA Nº 9	
PARTE I – Mergulho na escuridão (Marcelo Campos)	169
Melhor solução – Custódio Matarratos	173
PARTE II – A vingança do marido traído (Felizardo Lopes)	193
PROVA Nº 10	
PARTE I – Venham de lá esse ossos... (Júlio Penatra & Gá)	199
Melhor solução – Daniel Falcão	207
PARTE II – A tia Laurinda e o albergue espanhol (Búfalos Associados)	221
VENCEDORES	
DECIFRAÇÃO	229
PRODUÇÃO	231
RANKING E POLICIARISTA DO ANO	233

PREFÁCIO

LUÍS PESSOA

2013 – UMA ÉPOCA DE REGRESSO À “NORMALIDADE”

[MAUS AUSPÍCIOS]

A época policiária de 2013 tinha, em princípio, quase tudo para não funcionar, por culpas próprias, que assumimos e por culpas exógenas que, obviamente, não controlamos.

A época de 2012 foi, como todos recordamos, um autêntico pavor, não tendo, inclusivamente, sido concluída e o fim do espaço no PÚBLICO estava em cima da mesa, como cenário muito provável. Não era possível navegar em águas tão agitadas, com tantas indefinições, mesmo sem considerarmos que estávamos a iludir os nossos confrades e “detectives”!

Foi, pois, uma decisão de risco, aquela que tomámos, no sentido de reabilitar as nossas competições para o ano de 2013, procurando o apoio de todos, para preservarmos o espaço dominical no jornal. Era uma tradição de 21 anos que se jogava, mas para isso era preciso assegurar um mínimo de condições, desde logo pessoais, mas também de logística, em articulação com o próprio jornal.

Uma coisa era certa: Não podia ficar como estava!

[PROCURA DE EQUILÍBRIO]

Era urgente encontrar uma solução de equilíbrio, que garantisse uma competição sem sobressaltos e isso passava, como passou, pela reorganização das competições, não na sua essência, que se manteve, mas em questões a que não se dá grande importância: 1- problemas policiais em quantidade e qualidade, que evitassem o desgaste terrível de ter uma competição sem matéria-prima; 2- prazos absolutamente cumpridos pelos concorrentes e pelo orientador; 3- propostas de solução enviadas directamente para o orientador, eliminando as esperas pela chegada das mesmas à mão do responsável e permitindo a este uma melhor gestão do seu esforço de leitura e classificação; 4- um blogue muito mais actuante, a chegar ao maior número possível de confrades, para poder agilizar qualquer contacto urgente; etc.

O rasto de uma época completamente falhada, levantava uma onda de dúvidas sobre o modo como os nossos “detectives” nos iriam receber depois de uma prolongada ausência, não no contacto semanal, que sempre se manteve, mas no contacto competitivo, digamos assim.

Essa dúvida era tão natural e óbvia, que a surpresa acabou por ser total, quando os leitores, confrades e “detectives” apareceram na máxima força! E se essa comparência é natural entre os que nos acompanham desde sempre e aqueles que já estavam no Policiário quando chegámos, já é surpreendente entre aqueles que estão há menos tempo, vão competindo com alguma regularidade ou se mantêm sem a chamada militância!

[UMA VERDADEIRA FAMÍLIA POLICIÁRIA]

Tivemos, em 2013, mais uma prova, como se tal fosse necessário, de que a nossa Família Policiária é forte e subsiste a todas as contrariedades e isso foi o mais reconfortante que obtivemos desta “crise” de 2012!

Mesmo partindo de uma situação de incumprimento, sempre desmobilizador e sem qualquer garantia de prémios para as competições e havendo, inclusivamente, prémios em falta de anos anteriores, a resposta foi demolidora, tendo sido batidos todos os recordes de participação!

[COMPETIÇÃO]

A competição em si, foi a habitual, com muito equilíbrio e decidida em pormenores, mas sobretudo com muita incerteza quanto aos vencedores, como convém.

Mês após mês, os resultados foram sendo divulgados e o pelotão da frente foi, sucessivamente, perdendo unidades.

Em Fevereiro, os dois problemas da prova n.º 1, “O Mistério da Carteira Desaparecida”, de Tryit (parte I) e “Uma Festa de Arromba!”, de IF (parte II), originaram um bom leque de respostas, até porque o apuramento para a ronda seguinte da Taça de Portugal não permitia grandes relaxamentos. Por ser a

primeira eliminatória, eram apuradas as melhores 512 soluções, não existindo o “um contra um” que depois passou a vigorar.

As melhores soluções vieram dos confrades Inspector Aranha, Detective Jeremias, Zé, Daniel Falcão e Rip Kirby que, por esta ordem, passaram a comandar o imenso pelotão de acertantes.

As soluções mais originais, em busca da sucessão à malograda “detective” Medvet, crónica “rainha da originalidade”, ditaram que o Inspector Gigas, o Arco da Velha, Troikosta, Panenka e Agente Linus, conseguiram juntar um toque original, ficando alinhados por esta ordem.

Em Março, mais dois problemas da prova n.º 2, “Um Caso de Espionagem” (parte I) e “Que Grande Golo” (parte II), ambos do confrade Rubro Pálido, revelaram as melhores soluções de Inspector Aranha, Zé, Detective Jeremias, Verbatim e Daniel Falcão.

Os autores mais originais foram Inspector Gigas, Zé, Panenka, Troikosta e Arco da Velha.

Em Abril, foi a prova n.º 3, com “Uma Questão de Observação”, de Abrótea (parte I) e “O Caso do DVD Desaparecido”, de ... (parte II), que deram como resultado que as melhores propostas de solução foram, pela ordem decrescente de pontuação, Inspector Aranha, Detective Jeremias, Zé, Daniel Falcão e Verbatim.

Quanto à originalidade, Inspector Gigas, Troikosta, Panenka, Zé e Indygo.

Três provas decorridas e a tendência estava definida: o Inspector Aranha foi o melhor em todas elas e o Inspector Gigas foi sempre o mais original!

O mês de Maio assistiu aos desafios da prova n.º 4, “Tempicos e O ‘Bacalhau à Pressuposto’” (parte I) e “O Amigo Benevides” (parte II), ambos da dupla A. Raposo & Lena.

As melhores soluções mantinham a tendência, com o confrade Inspector Aranha a fazer o “tetra”, seguido de Detective Jeremias, Rip Kirby, Zé e Daniel Falcão.

Nas mais originais, foi o confrade Flo quem quebrou a série de três vitórias de Inspector Gigas, que ficou em segundo, seguidos de Detective Jeremias, Troikosta e Panenka.

Em Junho, atingiu-se o meio da competição, com a publicação dos desafios da prova n.º 5, “A Odisseia de Álvaro Domingues” (parte I), de Paulo e “Cucurru!...”, de PA PU Sheio (parte II).

Nos autores das melhores soluções, pela primeira vez o Inspector Aranha não pontua. Em primeiro fica o confrade Vorsicht 25, seguido de Mister H, Karl Marques, Paulo e Zé.

As mais originais premeiam Agente Zapata, seguido de Detective Ventoinha, Inspector Gigas, Deco e Adimox.

Em Julho, os confrades debruçaram-se sobre os problemas “Ouvindo o Flecha de Prata Passar...” (parte I) e “A Morte de Calígula” (parte II), ambos de autoria de Verbatim, que constituíram a prova n.º 6.

As melhores soluções pertenceram a Custódio Matarratos, seguido de Detective Jeremias, Zé, Inspector Aranha e Daniel Falcão.

A originalidade de Inspector Gigas, Troikosta, Pecador Militante, Agente Zapata e Agá Dois Ó, dita a sua lei.

Agosto trouxe mais dois desafios, relativos à prova n.º 7, “A Tia Laurinda e a Morte da Dona Perpétua” (parte I), da dupla Búfalos Associados e “A Morte da Cabeleireira” (parte II), de Paulo.

As melhores soluções foram de Detective Jeremias, Zé, Daniel Falcão, Vorsicht 25 e Custódio Matarratos.

Na originalidade, Detective Jeremias e Inspector Gigas são os únicos a merecerem votos, pela ordem indicada. Má jornada para a originalidade.

Em Setembro, com o aproximar do fim da competição, a prova n.º 8 contou com “O Último Caso do Inspector Trindade” (parte I) e “Mistério na Praia” (parte II), ambos de Rip Kirby.

As melhores soluções pertenceram a Custódio Matarratos, seguido de Detective Jeremias, Inspector Boavida, Inspector Aranha e Zé.

A originalidade repetiu o pouco fôlego e apenas pontuaram Tan Ka Tânya, Agente Estrelado e Zé Zarolho.

Outubro assistiu à prova n.º 9, com os desafios “Mergulho na Escuridão” (parte I), de Marcelo Campos e “A Vingança do Marido Traído” (parte II), de Felizardo Lopes.

Desta vez, a selecção das melhores soluções caiu novamente para Custódio Matarratos, seguido de Daniel Falcão, Inspector Boavida, Detective Jeremias e Zé.

Na originalidade, destaque para Troikosta, seguido de Rachidd, A Gil, Inspector Gigas e Inout.

Finalmente, em Novembro, assistimos ao grande final do torneio, à prova n.º 10, de todas as decisões. Jogava-se, também, a final da Taça de Portugal, que opunha os confrades Custódio Matarratos e Inspector Boavida. Os problemas foram “Venham de Lá Esses Ossos...” (parte I), da dupla Júlio Penatra & Gá e “A Tia Laurinda e o Albergue Espanhol”, de outra dupla, Búfalos Associados.

As melhores soluções foram atribuídas a Daniel Falcão, seguido de Zé, Detective Jeremias, Inspector Boavida e Mister H.

As mais originais recaíram nas soluções dos confrades Inspector Gigas, Detective Jeremias, Inspector Boavida, João Brotas e Troikosta.

Terminadas as competições, feitas as contas, contados os votos, ficaram para o futuro, os nomes dos triunfadores de toda uma época de investigações policiais, que pela primeira vez tiveram divulgação no blogue CRIME PÚBLICO praticamente em tempo real, com enormes “picos” de acesso!

Durante muitas horas, de forma mais ou menos ritmada, conforme íamos apurando resultados, “saltavam” os nomes e as fotos daqueles que mais se distinguiram em cada uma das classificações.

[CAMPEÕES DOS CAMPEÕES]

Foram premiados:

Campeão Nacional de Decifração: ZÉ

Campeão Nacional de Produção: VERBATIM

Vencedor da Taça de Portugal: INSPECTOR BOAVIDA

Policarista do Ano – Troféu Sete de Espadas: INSPECTOR BOAVIDA

N.º 1 do Ranking – Troféu Detective Misterioso: INSPECTOR BOAVIDA

Vencedor de Produção de Problemas Rápidos: PAULO

Vencedor das Melhores – Classificação Dic Roland: DETECTIVE JEREMIAS

Vencedor Mais Originais – Classificação Medvet: INSPECTOR GIGAS

[MORRE UMA COMPETIÇÃO, NASCE OUTRA]

Terminou mais uma época de competições!

Pensamos que terminou bem, bem melhor do que eram as expectativas iniciais e que isso se deve, essencialmente, à aplicação dos nossos confrades e “detectives”, que apesar das contrariedades e múltiplas dificuldades, não abandonaram este nosso “barco” às intempéries.

Desde 1 de Julho de 1992, já lá vão quase 22 anos, continuamos a ter um espaço no jornal PÚBLICO, um espaço que vai sendo modificado ao sabor das modas e das ideias de quem tem o poder de decisão, mas que está lá, à disposição de todos os amantes do Policiário, que pretendemos sejam cada vez mais.

Enquanto pudermos e nos deixarem, prosseguiremos, procurando sempre as melhores condições possíveis, contando com o apoio e a força de todos, porque só com a visibilidade que demonstramos é possível a manutenção de um espaço na edição dominical de uma publicação como o PÚBLICO.

Deixamos um alerta para que não seja descurada a produção de enigmas. É um factor determinante para que possamos desenvolver as competições com naturalidade, não dando para o exterior os sinais da fraqueza que realmente temos com a ausência de problemas. É deplorável que tenhamos de fazer constantes apelos para assegurarmos, apenas, o dia-a-dia!

A época de 2013, terminou! Os campeões ostentarão os seus títulos e defendê-los-ão durante todo o ano de competições que se avizinha.

A época de 2014 está aí!

Companheiros de jornada, não deixemos cair o Policiário!

Marinhais, 2014.01.28

Luís Pessoa/Inspector Fidalgo

CAMPEONATO NACIONAL E TAÇA DE PORTUGAL 2013

PROVA Nº 1

PARTE I

O MISTÉRIO DA CARTEIRA DESAPARECIDA

Original de TRYIT

PARTE II

UMA FESTA DE ARROMBA!

Original de I. F.

O MISTÉRIO DA CARTEIRA DESAPARECIDA

Original de TRYIT

O João acabara de chegar ao café e não vinha muito satisfeito. Esteve a ver um jogo de futebol no estádio da terra e aquilo não correu nada bem, ao que contou.

– Logo no princípio os de lá de cima marcaram um golo, depois de um falhanço do nosso guarda-redes. Então não é que o rapaz em vez de defender a bola que até vinha na sua direção, resolveu baixar-se? Já viram o filme? A bola direita ao gajo e ele, cheio de medo, desviou-se! E depois a porcaria da chuva, que não parou um segundo que fosse e eu que me esqueci do guarda-chuva em casa...

– Mas conta lá o que aconteceu. Perderam por quantos?

– Ora, perdemos por 2-0 e o segundo golo também foi um grande frango. Assim não vamos lá! Mas as minhas desgraças não acabaram, porque quando fui para casa, vi que me esqueci da chave no bolso do outro casaco e como a minha mulher foi fazer uma visita à mãe, fiquei fora de casa. Já é galo!

– Olha, olha, dois frangos e mais um galo... Mas tiveste a sorte de nos apanhar aqui, pá! Vamos beber um copo e esquecer essas chatices... Zé, manda aí uma rodada para a malta...

Escassos minutos depois, já havia algazarra, enquanto se alinhavam para lançar os dardos contra um alvo estrategicamente colocado num canto pouco frequentado, não fosse a pontaria mais etilizada provocar alguma desgraça.

Um a um, todos despiram os casacos e empilharam-nos em cima de uma mesa de bilhar desativada por problemas no pano.

Durante muito tempo durou o campeonato de dardos, ora com vitória de uns ora de outros, entremeadas por rodadas que eram ruidosamente saudadas.

Quando finalmente chegou a hora da debandada, cada qual para sua casa, na hora das contas, o João pegou no casaco e gritou que lhe faltava a carteira:

– Estava aqui, no bolso interior, tenho a certeza!

– Vejam no chão, pode ter caído... Espera aí, o meu casaco estava por baixo do teu e não me falta nada. O do Álvaro estava por cima... Álvaro, falta-te alguma coisa?

– Não, está aqui a carteira, tenho tudo...

– Bolas, se não falta nada ao Álvaro nem a mim, foi muita pontaria terem roubado a tua carteira...

Não estás a ver se não pagas?

– Duvidas de mim? Tenho a certeza que tinha a carteira quando atirei o casaco para o monte, tenho a certeza absoluta! Vim do futebol para aqui, diretamente, não fiz paragens nem nada. E no campo fui beber uma cerveja com o Tropas e paguei eu... Tropas? Ó Tropas!...

– Que é, pá?

– Lembras-te do copo que bebemos no campo de futebol? Quem pagou?

– Foste tu, João, pagaste e vieste embora. Eu ainda lá fiquei mais um bocado...

– Viram? Eu tinha a carteira, paguei e agora desapareceu. Alguém a tem e se é brincadeira, isto acaba com um pero nas fuças, entendem?

– Espera aí, pá, dá cá o casaco, se calhar meteste noutro bolso ou tens o forro descosido e caiu, sei lá, dá cá o casaco...

Mas não era o caso. O casaco era relativamente novo, muito bem cuidado e tratado, não tinha buracos no forro, nem nos bolsos e, de facto, em nenhum deles havia rasto da carteira.

– Estão a ver? Estão a ver? Se alguém tem a carteira, passem-na para cá, se não têm, paguem lá as bebidas que eu depois pago a minha parte, mas tenho de me ir embora procurar a carteira, vou fazer o caminho ao contrário...

– Alto aí, João! És muito boa pessoa, mas há nesta história algumas coisas que não estão muito bem... Conta lá tudo outra vez, muito calmamente...

– Lá vem este com as manias de que é um detetive. Andas a ler o PÚBLICO ao domingo, não é? Só pode...

Que coisas achou o amigo do João que não estavam lá muito bem? De que estava ele a desconfiar e que indícios lhe despertaram as dúvidas?

Policiário nº 1123 – Público de 10 de Fevereiro de 2013

SOLUÇÃO

A coisa principal que não joga bem é a questão da chuva. Se tudo se passou como é dito e não foi desmentido, choveu durante todo o jogo, sem parar e o João não tinha guarda-chuva, portanto tinha de estar completamente encharcado, já que não chegou a entrar em casa, ao que afirma, porque a mulher tinha ido visitar a mãe e ele esqueceu-se da chave.

Assim sendo, o casaco não poderia estar muito bem tratado e cuidado como é afirmado, mas sim amachucado, amarfanhado, completamente encharcado.

Também ficamos a saber que não era esse o caso porque o casaco foi depositado na mesa do bilhar, entre os dos amigos, um em baixo, outro em cima, o que faria com que estes também ficassem molhados pelo contacto, se ele estivesse efetivamente encharcado.

Portanto, o João não tinha a carteira, nem as chaves com ele, porque o casaco não era o mesmo que ele levou ao futebol. O Tropas confirmou que o João pagou as bebidas no campo de futebol, portanto tinha a carteira com ele. Logo, ele passou mesmo por casa ou por algum local onde trocou de casaco, deixando a carteira, provavelmente para não ter de pagar as bebidas no café.

Policiário nº 1128 – Público de 17 de Março de 2013

MELHOR SOLUÇÃO

Autor: INSPECTOR ARANHA

I – PORMENORES ENTENDIDOS COMO RELEVANTES PARA A SUA RESOLUÇÃO:

“... e depois a porcaria da chuva, que não parou um segundo que fosse...”

“...e eu que me esqueci do guarda-chuva em casa...”

“...quando fui para casa, vi que me esqueci da chave no bolso do outro casaco...”

“...e como a minha mulher foi fazer uma visita à mãe, fiquei fora de casa...”

“...um a um, despiram os casacos e empilharam-nos em cima de uma mesa de bilhar desactivada por problemas do pano...”

“...quando finalmente chegou a hora da debandada (...) o João pegou no casaco e gritou que lhe faltava a carteira. Estava aqui, no bolso interior.”

“...Espera aí, o meu casaco estava por baixo do teu. O do Álvaro estava por cima”

“...Vim do futebol para aqui, directamente, não fiz paragens nem nada.”

“...e no campo fui beber uma cerveja com o Tropas e paguei eu...”

“... Viram? Eu tinha a minha carteira e agora desapareceu...”

“... O casaco era relativamente novo, muito bem cuidado e tratado, não tinha buracos no forro, nem nos bolsos, e de facto em nenhum deles havia rasto da carteira.”

II – INTERPRETAÇÃO E CONJUGAÇÃO DESSES ELEMENTOS:

- Se choveu durante todo o jogo do futebol – a que ele assistiu...
- Se não foi portador de guarda-chuva...
- Se, conforme declarou, não chegou a entrar em casa...
- Se, como também declarou, tivesse ido logo para o café, não parando em mais parte nenhuma...
- E se, depois, quando todos despiram os casacos, os puseram em cima da mesa de bilhar...
- E se, ali, o seu casaco ficou “ensanduichado” entre os de dois dos seus amigos...
- Encharcado como necessariamente estaria, pela acção persistente e contínua de quase duas horas de chuva...

III – CONCLUSÕES / SOLUÇÃO:

... ENTÃO, INEVITAVELMENTE, OS CASACOS DESSES SEUS DOIS AMIGOS (pelo menos...) TERIAM FICADO BASTANTE MOLHADOS PELO CONTACTO DIRECTO COM O SEU!

Mas, ESTANDO SECOS, três hipóteses apenas poderiam existir para explicar tal situação:

- a) Ele não ter ido ao futebol – mas foi, confirmado pelo Tropas, com quem no intervalo esteve a beber uma cerveja e estava ali presente, no café...
- b) Não ter chovido – mas, para além do Tropas, certamente que muitas outras pessoas igualmente o confirmariam...
- c) Ele ter ido a casa mudar de casaco (e de camisa, e de calças, e de meias, e de....); mas ele afirmou que não foi, justificando até com a versão de ter deixado a chave no bolso do outro casaco e a sua mulher ter ido visitar a mãe...

Assim, e também inevitavelmente, JOÃO MENTIU QUANDO AFIRMOU NÃO TER IDO A CASA. FOI E MUDOU DE ROUPA (toda!), secou-se, penteou-se. E, ali, conscientemente (para não pagar, depois, a despesa no café?) ou de forma involuntária, deixou a carteira – que depois, naturalmente, não podia aparecer no café...

Mas não foi só aqui que mentiu; De facto:

Disse, primeiro, que:

- “quando fui para casa, vi que me esqueci da chave no bolso do outro casaco (...) e fiquei fora de casa...

E, depois, no café, que:

- “Vim do futebol para aqui, directamente, não fiz paragens nem nada...”

Como se vê, entrou em clara contradição, nestas duas afirmações.

A segunda afirmação, de resto, elimina ainda uma quarta eventual (e remota) hipótese dele ter chegado ao café, com um casaco seco, sem ter ido a casa: ter parado em qualquer outro lugar (casa de um familiar, por exemplo) e, dado estar encharcado, ali ter mudado de roupa... Mas, claro, fora de causa, porquanto ele afirmou “não ter feito paragens...”

###

Breve comentário: não sabemos nada do Tropas, que também esteve no futebol e que, ele próprio o disse, ainda lá ficou mais um bocado após a saída de João (naturalmente um artifício usado pelo autor,

para justificar a hipótese do João ter ido a casa, que não se verificaria se tivessem voltado juntos do futebol...):

- Também veio com o casaco (e o resto...) encharcado?
- Tinha guarda-chuva?
- Viram o jogo juntos?

Dir-se-á que isto, para o caso que analisamos, não é muito significativo; é certo – mas não custa referenciá-lo, e o trabalho fica assim mais completo...

UMA FESTA DE ARROMBA!

Original de I. F.

– Responda, senhor A, tem de me dar respostas...

– A festa tinha sido de arromba e não sabíamos muito bem onde estávamos ou o que tínhamos andado a fazer... Compreende, era um dia especial em que todos entrávamos num ano especial. Toda a gente dizia e parece que era verdade, que o século e o milénio só iriam virar no ano seguinte, mas, que diabo, fosse como fosse, viravam-se todos os algarismos naquele dia, naquele segundo exacto!

– Eu até posso compreender isso, acho normal que se festejasse, mas nada justifica a vossa atitude perante o que se passou. O que eu quero saber é quem estava presente no momento em que aconteceu o incidente.

– Não estou certo. Não me lembro lá muito bem...

– Mas você estava no local, ou não?

– Estava... Isto é, penso que sim... Sabe, os copos...

O agente Maduro saiu da sala, já um tanto irritado com o que se passava. Isto de andar a perguntar coisas com anos de atraso, nem parecia coisa de gente. Um incidente tão distante e ainda andava por ali a pairar...

– Senhor B, isto parece um pouco estranho, mas tenho de lhe perguntar de novo o que se passou nessa noite, o que viu, quem estava presente, quem foi o autor material, enfim, tudo!

– Senhor agente, não tenho a mínima ideia! Não me lembro de nada dessa noite, olhe, foi uma noite de folia, uma noite única, que nenhum de nós voltará a passar, não é verdade? Todos bebemos e comemos em força e já nem me lembro de sair do bar, quanto mais o que se passou cá fora... E depois estive dois dias a dormir...

– Menina C, quer fazer o favor de esclarecer o que se passou nessa noite?

– Ora, senhor agente, o que é que se podia ter passado? Estávamos todos a festejar em grande, quando aquilo aconteceu. Lembro-me perfeitamente que nenhum de nós teve nada que ver com isso, absolutamente nada. Estávamos a festejar, mais nada, mas um grupo provocou-nos e, para evitar males maiores, eu mesma empurrei os meus amigos para dentro do bar, para não haver chatices. O que aconteceu depois, não sei, nem os meus amigos, porque estávamos lá dentro e isso parece que

aconteceu lá fora, não foi?

– A menina parece que se lembra de tudo muito bem...

– Pudera, nessa altura eu andava um bocado mal, com uma infeção e estava a tomar antibióticos, por isso não podia beber álcool. Acabei por ser eu quem controlei tudo e levei os meus amigos a casa.

– E dentro do bar, o que aconteceu?

– Dentro do bar, nada. Bebemos um copo, estacionámos por lá algum tempo para deixar passar a tempestade que se levantou na rua...

– Tempestade?

– Em sentido figurado, senhor agente, queria dizer, a complicação, a chatice, entende?

– Sim, sim, continue...

– Não houve mais nada. Paguei a conta, o que foi mais uma complicação porque o bar não tinha multibanco e tive de andar a vasculhar as carteiras dos meus amigos à procura dos euros para pagar aquilo... Mas lá consegui.

– Senhor D, não me vai dizer que não se lembra de nada dessa noite, pois não?

– Não, senhor agente, lembro-me perfeitamente que não se passou nada de especial. Entrámos e saímos de bares e bares, bebemos e comemos, foi tudo excelente. Só há uma noite assim, numa vida.

– E depois?

– Depois, nada! Acordei em casa, muito mais tarde, com uma dor de cabeça terrível e sem sequer saber como lá cheguei. Depois contaram-me que foi a C que nos andou a entregar em casa, porque ela não podia beber álcool por causa de uns medicamentos que estava a tomar.

– Não houve incidentes?

– Nada que me lembre.

O agente Maduro percebeu que havia ali uma grande mentira, mas não queria maçar-se demais com um caso corriqueiro e ridículo que um chefe queria que se esclarecesse passado tanto tempo.

Ele sabia que o chefe ainda tinha uma pedra no sapato por ter apanhado uma “galheta” naquela noite, mas a verdade é que, conhecendo-o tão bem como ele o conhecia, apostava que tinha sido merecida. Ora abóbora, abençoada “galheta”...

O agente percebeu onde estava a mentira e os nossos “detetives” também, pela certa!

Ora digam lá então quem a cometeu:

A – O senhor A porque ninguém podia estar num estado em que não se lembrasse de nada - estava a mentir;

B – O senhor B porque revela que não se lembra sequer de sair do bar, mas sabe que se passou alguma coisa cá fora, pelo que estava a mentir também;

C – A Menina C porque se lembra de tudo tão bem, mas mente naquilo que diz;

D – O senhor D porque se lembra de tudo, de entrar e sair de bares, de comer e beber, e portanto tinha de saber o que se passou, pelo que é um grande mentiroso.

Policiário nº 1124 – Público de 17 de Fevereiro de 2013

SOLUÇÃO

Resposta correta: C – A Menina C porque se lembra de tudo tão bem, mas mente naquilo que diz.

Pelo texto verifica-se que esta investigação é feita muito tempo depois das ocorrências porque o próprio agente acha ridículo que o chefe quisesse esclarecer o caso tanto tempo depois.

A cena passa-se no dia em que todos os algarismos mudaram e isso só aconteceu, no último milénio, na viragem do ano 1999 para 2000, altura em que a Menina C afirma ter vasculhado os bolsos dos seus parceiros de folia, para conseguir reunir os euros necessários para pagar a conta, já que o multibanco do bar não estava operacional.

Esta afirmação, proferida no momento da inquirição pelo agente poderia fazer todo o sentido, muito tempo depois da ocorrência, mas naquela altura a moeda que circulava ainda era o Escudo. O Euro apenas entrou em circulação em Portugal no dia 1 de Janeiro de 2002. A Menina C poderia ter vasculhado para reunir os Escudos, mas não os Euros.

Policiário nº 1128 – Público de 17 de Março de 2013

CAMPEONATO NACIONAL E TAÇA DE PORTUGAL 2013

PROVA Nº 2

PARTE I

UM CASO DE ESPIONAGEM?

Original de RUBRO PÁLIDO

PARTE II

QUE GRANDE GOLO

Original de RUBRO PÁLIDO

UM CASO DE ESPIONAGEM?

Original de RUBRO PÁLIDO

O general Arménio Teixeira estava uma fera. A cólera era tanta que o rosto estava vermelho que nem um tomate e os olhos brilhantes pareciam chispar.

Afinal o que se tinha passado para que o chefe dos serviços secretos estivesse naquele estado de irritação. Havia chegado pela manhã ao seu gabinete e dirigira-se ao grande cofre de aço onde eram guardados os documentos secretos que estavam em análise. Na véspera, antes de sair, tinha-os colocado no cofre e agora não estavam lá.

O desaparecimento dos documentos punha em perigo a segurança nacional, mas pior do que isso punha em perigo aquele tacho que lhe rendia cerca de 15.000,00 euros mensais. Por essa razão queria manter em segredo o desaparecimento dos documentos, mas como conseguir isso. Pensando numa solução o general andava no seu gabinete de um lado para o outro, rogando pragas, parecia uma fera enjaulada.

Andando neste vai e vem lembrou-se do seu amigo o coronel Faria de Freitas diretor da Polícia Judiciária Militar. Ele podia ajuda-lo a descalçar aquela bota e como lhe devia uns favores até investigaria o caso sem deixar que nada do acontecido saísse lá para fora. E se bem o lembrou melhor o fez, dirigiu-se ao telefone e ligou para o coronel que se prontificou a ir falar com ele.

Cerca de uma hora mais tarde o coronel Faria de Freitas era recebido na sede dos serviços secretos portugueses pelo chefe destes Arménio Teixeira que pôs o seu amigo ao corrente daquilo que desejava. Quando terminou Faria de Freitas perguntou:

- Quem possui a chave do cofre e quem conhece o código de segurança.
- A chave só eu a tenho quanto ao código de segurança para além de mim há três outros oficiais que o conhecem só que, enquanto eu o conheço totalmente, eles só conhecem duas letras cada um. Em todo o caso sem a chave eles não podem abrir o cofre.
- E ontem não deixaste a chave abandonada em qualquer lado? Insistiu Faria de Freitas.
- Impossível, sempre a trago ao pescoço num cordão de ouro, só a tiro à noite quando me deito e deixo-a debaixo do travesseiro.
- Então quem são os oficiais que conhecem letras do código de segurança do cofre?

- O tenente-coronel Alvarenga, o major Braz e o capitão Torquato.
- Manda-os chamar por favor.

O primeiro a chegar foi o tenente-coronel Alvarenga. Faria de Freitas sem mais delongas dirigiu-se a ele e perguntou-lhe quase em jeito de afirmação: Coronel o senhor ontem à noite ou hoje de manhã abriu o cofre do gabinete do general Arménio Teixeira.

– Eu!?... Não estão bons da cabeça, respondeu Alvarenga de modo colérico. Como ia eu abrir o cofre se não tenho a chave, além disso só conheço duas das letras do código de segurança. Bem pode-se retirar, se precisarmos de si voltaremos a chamar.

Poucos minutos depois, cantarolando, entrou o Major Braz.

– Então o que há? Mandaram-me chamar, precisam de um parceiro para a sueca? Ou será para a lepra?

– Deixe-se de brincadeiras –, ordenou o coronel Faria de Freitas, e repetiu nos mesmos termos a pergunta que havia feito a Alvarenga.

– O quê? Arrombaram o cofre do general? Ah! Ah! Ah! Devia ter sido alguém muito forte ou então usaram uma bazuca! – Exclamou o major e continuou a rir.

– Deixe-se de risotas –, ordenou Faria de Freitas já irritado com a boa disposição do Major. – Não foi arrombado nem usaram bazuca, foi aberto com a própria chave.

– Com a própria chave! – Exclamou o Major. – Não pode ser. O General não passava aquela chave nem para as mãos do avô e muito menos para as minhas pelo que eu não podia abrir o cofre por não ter a chave e por necessitar de alguns outros elementos. – Dito isto voltou a soltar nova e estridente gargalhada.

– Saia imediatamente! – Ordenou o Coronel em tom colérico. – Saia antes que o mande prender.

O Major dirigiu-se para a porta, mas não deixou de retrucar.

– Preso! Seria engraçado! – E saiu imediatamente antes que a ameaça fosse cumprida.

O General Arménio Teixeira e o diretor da PJM ficaram conversando enquanto esperavam a chegada do Capitão Torquato mas passados 30 minutos cansados de esperar abriram a porta e perguntaram pelo Capitão ao funcionário que trabalhava na sala ao lado. Este depois de consultar umas fixas respondeu: – O Capitão não veio hoje.

O Coronel voltou ao gabinete do General dizendo: – Pronto já temos o nosso culpado, não veio hoje e certamente não virá nunca mais, fugiu. Vou já fazer a participação. – E sentou-se à secretária e iniciou o preenchimento do impreso próprio para esse efeito. Tão entretido o Coronel estava naquela tarefa que nem deu pela entrada de um sargento na sala, que veio entregar uma pasta de couro ao general

dizendo-lhe que ele a tinha deixado na tarde anterior sobre uma secretária num outro gabinete.

O General agradeceu e sorrateiramente foi meter a pasta numa gaveta da sua mesa de trabalho. Em seguida foi até junto do Coronel Faria de Freitas dizendo: – Deixa isso que eu faço a participação. Vamos até à cantina beber um Whisky.

Será que os nossos detetives nos contam pormenorizadamente o que ali se passou?

Policiário nº 1126 – Público de 3 de Março de 2013

SOLUÇÃO

Afinal isto que parecia um caso de espionagem não passou de um ato de incompetência do chefe dos serviços secretos portugueses. Daí a dúvida que o ponto de “?”, no título, levanta. Para ele o que pior poderia acontecer não eram os prejuízos que do seu desleixo poderiam advir para o país mas sim a perda do seu precioso tacho de 15 000 euros mensais. Mas isso não seria um caso único, nem o pior. Este é apenas um caso de ficção.

De facto nenhum dos oficiais suspeitos poderia ser acusado da abertura do cofre cuja chave o General trazia pendurada ao pescoço por um cordão de ouro como se de um amuleto se tratasse. Além disso ele não passava a chave para a mão de ninguém e na opinião do Major Brás nem tal faria para as mãos do próprio avô.

Portanto, não existindo sinais de arrombamento não se pode deitar as culpas dos oficiais tidos como suspeitos

O que aconteceu, e tratando-se de documentos tão importantes isso poderia implicar na demissão do General, foi que este na tarde anterior esteve em outro gabinete e deixou lá a pasta com os documentos os quais lhe foram entregues por um Sargento quando o investigador já estava elaborando a participação que poderia levar um inocente à prisão.

O General ficou tão comprometido pela sua incompetência que se apressou a guardar os documentos sem nada comunicar ao Diretor da PJM. Limitou-se a dizer que ele logo faria o relatório e convidou o seu amigo para um Whisky.

Esta é a solução do autor. Os nossos detetives sempre a poderão melhorar.

Policário nº 1133 – Público de 21 de Abril de 2013

MELHOR SOLUÇÃO

Autor: INSPECTOR ARANHA

Diz o “Inspector Aranha”, imitando (grosseiramente) Kipling no seu famoso “IT”.

- Se o cofre só abria pela acção conjunta de uma chave e de um código de segurança...

...Se, portanto, sem aquela chave ninguém o podia abrir...

...Se era o general o seu detentor único e exclusivo...

...Se durante o dia, ela nunca saía do cordão de ouro que aquele trazia sempre ao pescoço...

...Se à noite, o general a deixava debaixo do travesseiro sobre o qual dormia...

...Se assegurou que não deixou a chave abandonada em qualquer lado...

...Se o código de segurança era composto por seis letras, subdivididas por grupos de duas, distribuídas por três oficiais (únicos que as conheciam...

...Se o general era o único que conhecia totalmente o código...

...Se um dos três personagens não compareceu ao serviço nesse dia...

...Se outro, dos que possuíam parte do código, quando informado do roubo dos documentos respondeu: “O quê? Arrombaram o cofre do general?” – quando sabemos que não houve arrombamento deste, mas sim, que “foi aberto com a própria chave”...

...Se o general, tão preocupado que inicialmente estava com o desaparecimento dos documentos – que punham em causa a segurança nacional, a sua posição e o seu “tacho” -, quando a pasta apareceu num gabinete contíguo pretendeu não só interromper a investigação do coronel Faria de Freitas, mas até dá-la por concluída (“Deixa isso que eu faço a participação. Vamos até à cantina beber um wisky”...

Então, senhor General, terá de facto que tentar desvalorizar o “desaparecimento” dos documentos, entretanto aparecidos, e esquecer qualquer suspeita de roubo, porque o senhor é o único culpado pela situação.

Porque, realmente, NÃO PODIA TER HAVIDO ROUBO!

...Porque, o cofre só abria com a conjugação da chave/código, ou seja, com a participação de quatro personagens;

...Porque, não tendo sido arrombado, mas antes aberto naturalmente, isso só podia ser executado

na sua presença e com a sua intervenção (eliminando assim liminarmente a hipótese falsamente sugerida de que o culpado teria sido o personagem desaparecido (Capitão Torquato) e por isso é que desaparecera...

...Porque o que certamente aconteceu é que o general estava convencido de que “na véspera antes de sair” tinha colocado os documentos na pasta e esta no cofre (não esqueçamos que era o único que podia, sozinho, ter acesso àquele), mas, por distração (que lhe podia ter acarretado muito sérias consequências) a deixou esquecida “sobre uma secretária num outro gabinete” – onde no dia seguinte foi naturalmente encontrada. E assim,

...Porque recuperada esta, o desinteresse revelado quanto ao prosseguimento da investigação que estava a ser conduzida, a seu pedido, pelo seu amigo coronel Faria de Freitas, convidando-o para uma bebida, e dizendo que ele mesmo faria a participação...

QUE GRANDE GOLO

Original de RUBRO PÁLIDO

Existem teorias que afirmam que um problema policial para que assim possa ser considerado tem que ter um crime para desvendar. Outros teóricos são de opinião que o importante é existir um mistério para esclarecer.

No caso presente nem há crime nem mistério, há apenas uma pequena dúvida para tirar e é isso que eu vou propor aos nossos confrades policaristas.

Li num recorte de um jornal desportivo uma parte da reportagem de um jogo de futebol da 1ª liga portuguesa. O recorte estava rasgado por isso não foi possível ler a reportagem completa, contudo foi possível ler algo referente a um golo que o autor da reportagem considerava extraordinário.

Só com estes elementos seria impossível escrever um texto em que houvesse algo para esclarecer. Porém quis o destino que passado não muito tempo me viesse parar às mãos um vídeo, em não muito bom estado, mas onde me foi possível avaliar a opinião do repórter que escreveu a reportagem desse jogo. Foi realmente um grande golo.

Não sei quais os clubes que estavam em confronto pois tal não se encontrava mencionado no recorte do jornal e as imagens estavam a preto e branco devido ao mau estado do vídeo, só posso adiantar que um dos contedores tinha o equipamento com listas verticais enquanto o outro tinha também listas, mas estas horizontais.

Na grande área dos horizontais, vou nomeá-los assim para poupar espaço, viam-se quatro defensores para além do guardião que fazia uma grande estirada para tentar evitar que a bola entrasse na sua baliza mesmo ao ângulo superior do seu lado esquerdo. A aparatosa estirada foi inútil. A bola já tinha entrado.

Na esquina dessa grande área, á direita para quem ataca, estava o vertical nº 10 com o corpo inclinado para a esquerda e apoiado no seu pé esquerdo enquanto a perna direita se encontrava quase na horizontal tendo o pé mais ou menos á altura da cintura.

Junto ao poste da baliza dos horizontais, em nítida posição irregular estava um vertical com os braços no ar. Não foi possível ver o número deste elemento, mas podemos afirmar que ele não tocou na bola.

Na meia-lua dessa mesma área estava o atleta n.º 9 dos verticais também com os braços levantado

e na esquina contrária, também de braços elevados o atleta n.º 5 dos verticais.

Também perto da área se via o árbitro com o braço direito apontando o centro do terreno.

Nesta altura o vídeo sofre uma interrupção e quando retorna todos os jogadores horizontais rodeiam o juiz da partida, alguns deles apontando para o vertical que no momento do golo estava em posição irregular.

Pergunta-se:

A – O golo foi marcado pelo vertical n.º 9;

B – Ou teria sido o vertical n.º 5;

C – O Juiz anulou o golo por fora de jogo do atleta que estava junto ao poste da baliza adversária;

D – Ou teria sido o atleta n.º 10 o autor do golo.

Esclarecimento do autor: Para que não aconteçam polémicas sobre qual era cada uma das equipas em campo, faz-se este esclarecimento de que em Portugal existem vários clubes com as camisolas listadas na vertical. Exemplos: O F.C. Porto, o Marítimo, o Vitória de Setúbal, o Nacional, o Olhanense, etc. etc... Com listas horizontais temos o Sporting C. Portugal, o Sporting da Covilhã, o Lusitânia dos Açores e muitos outros clubes filiais do Sporting C. de Portugal.

Policiário nº 1127 – Público de 10 de Março de 2013

SOLUÇÃO

A solução deste problema encontra-se na alínea D.

Como se pode imaginar pela descrição a jogada foi tão rápida que o atleta nº 10 ainda não teve tempo para retomar o equilíbrio e correr a festejar o golo enquanto todos os seus colegas que se encontram na imagem já estão de braços erguidos festejando o golo.

A alínea C, não passa de uma pequena rasteira para tornar a solução do problema um pouco mais difícil. O Juiz da partida não tinha bases para anular o golo por posição irregular do atleta que se encontrava junto do poste da baliza adversária já que ele não participou no lance.

Quanto às alíneas A e B, os outros dois atletas verticais visíveis no vídeo nenhum deles foi o autor do golo pois já se encontram comemorando antes mesmo do vertical nº 10 ter recuperado o equilíbrio.

Policário nº 1133 – Público de 21 de Abril de 2013

CAMPEONATO NACIONAL E TAÇA DE PORTUGAL 2013

PROVA Nº 3

PARTE I

UMA QUESTÃO DE OBSERVAÇÃO

Original de ABRÓTEA

PARTE II

O CASO DO DVD DESAPARECIDO

Original de XXP

UMA QUESTÃO DE OBSERVAÇÃO

Original de ABRÓTEA

Mimosa Lúcia, 34 anos, uma beleza inconfundível e voluptuosa figura, mandou um beijo para aquele que era seu marido havia um ano, Canorço Honesto de 85 anos, cuja figura e “pilha”, não estavam na melhor forma.

“E este é o Sr. Canorço Honesto”, disse, dando uma risadinha tímida e brincando com os seus cabelos. “Quero dizer, este é o meu marido”, disse ela docemente.

“Psiuu, Lúcia”, falou com uma voz envelhecida, mas amorosa, acariciando sua jovem esposa na cabeça.

Solerte Rufia sorriu para o casal e pensou em todos os segredos que ele já sabia sobre este casal incompatível, desde o dia do casamento. Ele sabia que ela tinha casado com o velho apenas pelo seu dinheiro, mas isso não era grande segredo. Com mil diabos, até mesmo o velhote já devia ter adivinhado isso.

O que o velhote não sabia era que agora Solerte tinha 5.000 euros em sua posse, um pré-pagamento de Mimosa, que era mecânico a tempo parcial e vigarista e extorsionário a tempo inteiro, em troca de um plano para matar o Sr. Canorço, assim Mimosa poderia legalmente herdar todo “carcanhol”, e seria a viúva mais rica e a mais desejada de metade deste continente.

Solerte estendeu a mão. “Prazer em conhecê-lo, Sr. Canorço. Eu entendo, o seu Rolls ainda tem aqueles barulhos esquisitos?”

“Não que eu tenha notado, Sr. Rufia. Ainda assim, Mimosa continua a dizer que ouve algum tipo de som tinindo.”

O Sr. Canorço riu. “A audição de Mimosa é, provavelmente, mais acentuada do que a minha e bem melhor. Ela diz que você é o melhor mecânico aqui da cidade e arredores.”

“Trabalho numa grande garagem local, onde só estão os melhores.”

Em parte era verdade. Solerte, na garagem, desempenhou um papel menor como mecânico; troca de óleo, pneus furados, etc. Levaria o seu amigo Espada para a oficina e este cortaria as linhas de freio tão habilmente que iria parecer um acidente. Espada, era o que se chamava de especialista em “assassínios acidentais”.

“Eu não conheço esse tipo pessoalmente”, disse Solerte no calor do momento, “mas meu chefe recomendaria ele.”

“Deixe-me chamar e ver se eu posso trazê-lo até aqui para dar uma olhada rápida no seu Rolls.”

Então não? se ele e Espada haviam crescido juntos. Espada era o tipo perfeito e se as coisas dessem para o torto.... Nunca fez mal a ninguém tomar algumas precauções antes de um trabalho como este. Cautela e caldos de galinha...

Solerte carregou um número, esperou alguns minutos e depois franziu a testa. “Hmm, ele parece estar a longe.”

“Talvez ele esteja fora da cidade”, disse Canorço Honesto.

“Não, ele estava na garagem esta manhã”, Solerte murmurou, “ainda vou deixar que o telefone toque mais um par de vezes. Eu quero dizer, meu chefe tinha-o lá. Estava a trabalhar para outro cliente. Já o vi lá mais vezes. É assim que eu o conheço. De vista.”

Solerte silenciosamente amaldiçoou o seu erro, esperando que não se tivesse espalhado ao comprido, e olhou de soslaio para Mimosa.

“Ele não está a responder”, disse Solerte para Mimosa. “Talvez seja melhor tentar mais tarde.”

“Não!” disse Mimosa, mais alto do que o devido, então forçou um sorriso e estendeu a mão para o braço do marido.

“Eu quero dizer, aqui o Sefas vai a conduzir todo o caminho até Bragança esta noite. Quero ter certeza de que ele faz uma boa viagem.”

Ela franziu ligeiramente a testa para Solerte. “Sr. Rufia, esta é a era da tecnologia, não é? Se esse fulano, Espada não pode ser contactado por telefone, porque pode estar ocupado, ou não ouviu, não pode enviar msg de texto?”

O rosto Solerte iluminou-se. Era verdade que se o seu amigo Espada estava a almoçar ele não atendia o telefone e já era ao meio-dia. Fora inteligente Mimosa lembrar-se disso. Solerte rapidamente digitou a msg, um toque no "enviar para" número que ele queria e transmitiu a mensagem.

Tudo funcionou como por um encanto, ou quase... O Sr. Canorço decidiu fazer a sua caminhada diária, antes de se preparar para a longa viagem que o levaria ao Marão. Espada apareceu e, com Canorço Honesto, bilionário, fora do caminho, fez um trabalho especialista em cortar as linhas de freio do Rolls Royce. Então tudo o que, Espada, Solerte e Mimosa, tinham a fazer era sentarem-se e imaginar toda a massa que estaria caindo do céu, em suas mãos, dentro em breve. Mimosa, sabia que a estrada por onde Canorço estaria dirigindo naquela noite era mortífera, tinha sido obra de um engenheiro inglês, cheia de curvas e contracurvas, como Mimosa, esta ensaiou um olhar de choque e derramou algumas

lágrimas de crocodilo sobre a morte inesperada de seu amado marido.

Somente quando o Sr. Canorço voltou, e com ele vários polícias, juntamente com outro homem à paisana, eles voltaram à Terra.

“Oficiais”, disse ele, apontando para as três pessoas totalmente apanhadas de surpresa. “Eu quero que os senhores prendam minha esposa, esta aqui, junto com esses dois homens como seus cúmplices por tentativa de homicídio.”

Ele virou se para o homem à paisana. “Detetive, acho que o senhor tem consigo um especialista para verificar o meu Rolls Royce estacionado aí fora. Eu acho que você vai encontrá-lo de algum modo “trabalhado” de jeito a provocar a minha morte prematura.”

“Não!” Mimoso gritou, saltando para seus pés.

“O quê?” Espada gritou, pulando para cima de um polícia e tentando saltar, antes de ser agarrado por outros polícias.

Solerte Rufia foi o único que permaneceu calmo. Levantou-se, suspirou, olhou para os olhos lacrimejantes azuis de Canorço Honesto:

“Como é que descobriu?”

Policiário nº 1131 – Público de 7 de Abril de 2013

SOLUÇÃO

Quando Mimosa disse, “se esse fulano Espada não pode ser contactado por telefone”, Canorço Honesto percebeu. Solerte Rufia nunca pronunciou o nome do homem que ele estava chamando, então, como sabia Mimosa o nome do homem, Espada, se não soubesse já alguma coisa?

O que teriam falado ou planeado, ela e o Sr. Rufia de antemão?

A principal coisa que iluminou as células cinzentas do Sr. Honesto fora, porém, que o Solerte Rufia disse, “que não conhecia o Espada pessoalmente”, mas ele só apertou um número no telemóvel quando ele tentou chamar. Isso significava que o número de Espada, um homem que Solerte alegou não conhecer, foi programado no telemóvel do mesmo. E quando Solerte enviou a mensagem de texto, viu-se que estava bastante familiarizado com o número do amigo Espada ao acioná-lo sem ter que procurá-lo em qualquer lugar.

O facto de que Mimosa sabia o nome de Espada; que Solerte (que alegou não conhecer Espada pessoalmente), sabia o seu número de cor; que o Rolls Royce parecia estar a andar tão bem como de costume, apesar da alegação de Mimosa, de haver um ruído do motor, tinindo; e finalmente os três cúmplices em casa, todos estes fatores levantaram suspeitas a Canorço Honesto.

Policiário nº 1137 – Público de 19 de Maio de 2013

MELHOR SOLUÇÃO

Autor: INSPECTOR ARANHA

ERA UMA VEZ...

Personagens:

Mimosa Lúcia: Personificava uma “beleza inconfundível e voluptuosa figura”, que ao longo dos seus 34 anos de existência se habituara, mercê dessas qualidades físicas, a ser objecto de cobiça e dos conspícuos dos homens, a ser classificada de “boa” (ou de mulher “boa”) e a ter que suportar a inveja da classe feminina, situações que todavia pouco mais lhe proporcionavam do que alguma auto – estima e vaidade – o que era manifestamente pouco para quem, possuía para a sua vida objectivos bem mais ambiciosos...

Canorço Honesto: Octogenário, ora aposentado de uma longa e excelentemente bem sucedida vida empresarial que lhe proporcionara uma enorme fortuna (em bens monetários, mobiliários e imobiliários, estes nomeadamente espalhados por Lisboa, Alentejo e Trás os Montes, de onde era natural de Bragança), procurava agora viver os dias que lhe restavam rodeado da melhor qualidade e conforto. Gostava de boa comida era um “gourmet”), de bons carros (possuía actualmente um Rolls Royce, e não era o primeiro...) e de mulheres bonitas – embora neste campo, contrariamente a outros tempos, a sua relação com elas fosse praticamente platónica, pois “a sua figura e “pilha” já não estavam na sua melhor forma”...

Solerte Rufia: “Mecânico a tempo parcial e vigarista”, era bem melhor nesta sua última actividade - aliás sua preferida, para si mais atractiva e rendosa – do que a primeira, onde a sua pouca preparação e motivação o levavam a desempenhar nela, na garagem onde parcialmente colaborava, “trocas de óleo, de pneus, etc.

Espada: Amigo e eventual cúmplice de Solerte Rufia, que à sua colaboração recorria quando a mesma se tornava necessária à concretização de qualquer “golpe” ou “trabalho”.

Rolls Royce – A última (embora já não muito recente) aquisição Automóvel de Canorço Honesto, marca que corporizava nos últimos anos a sua preferência. Tinha utilizado várias outras, ao longo da sua vida (também um Porsche possuía), mas ultimamente fidelizara-se ao Rolls.

[Foto de Rolls Royce]

A forma como elas fizeram a história:

1ª parte

As etapas mais importantes de uma vida começam a constituir-se, muitas vezes, no mais singular e prosaico acto. Mimosa Lúcia e Canorço Honesto não terão decerto imaginado – quando pela primeira vez casualmente se cruzaram – que esse encontro iria marcar um acontecimento tão significativo para as suas existências futuras. Mas o facto é que...

Mimosa, pensando então que bem, casara uns anos antes com um homem charmoso e belo como ela, a quem tudo parecia indicar um belo futuro. E era de facto uma boa estrada a que percorria, mas alguns atalhos e desvios por que começou a enveredar – mulheres e jogo - especialmente este, a ganhar proporções crescentes que haveriam de o levar quase à perdição – provocaram a inevitável separação. E assim os sonhos e ambições de Mimosa declivaram de forma acentuada, colocando-a em dificuldades. Especialmente quanto ao “aconchego económico” de que durante algum tempo – pouco embora – chegou a desfrutar, porque quanto ao “aconchego físico”, este começou a ser superado com alguma regularidade pois interessados em tão apetecido “fruto” não faltavam, e a ela, diga-se de passagem, a situação também não era indiferente. Não apenas pelo prazer físico (embora na casa dos trintas o corpo reclame muito as suas necessidades...) mas também pelo económico, consciente que era que os produtos “gourmet” são só para quem dispõe de condições para os “saborear” ... E carinho, sensualidade e meiguice ela sabia excelentemente proporcionar, por bem ter sabido compreender a razão do êxito das brasileiras junto dos homens lusos...

Por sua vez, Canorço Honesto fora também sempre um bom “gourmet” dos “prazeres femininos; ao longo da sua vida, economicamente muito bem sucedida, igualmente por isso se viu sempre rodeado de belas mulheres, que, como se compreende, muito apreciavam essa sua qualidade. Claro que esta situação, que durante muito tempo se lhe colara como uma imagem de marca, foi com a evolução da idade produzindo significativos “estragos”, prejudicando “a figura e a “pilha”, que já não estavam naturalmente na melhor”. Platónicas, e bastante bem mais raras se haviam repetido nos últimos anos

estas situações. Mas o gosto de ser acompanhado por uma mulher jovem e bela não se extinguiu de todo. Continuava a ser-lhe agradável, não obstante os muitos olhares maliciosos e os risinhos que se produziam aquando da sua passagem, quando assim acompanhado...

...foi nestas situações pessoais que o acaso haveria de fazer cruzar o destino destas duas personagens. A verdade é que se encontraram, falaram, voltaram a encontrar-se e... ele ficou deslumbrado com a sua beleza e disponibilidade, que satisfazia uma das suas facetas preferidas... e ela, naturalmente, pela sua fortuna, que satisfaria a ambição que sempre a caracterizara... Mas, porque se tratava de uma oportunidade única, ela fez exigências: sim, estava ali mas não apenas para ser acompanhante dele, para alimentar o seu ego; se a queria, teria que haver casamento! Era esse o seu preço. Teria assim a possibilidade de a ter consigo, de dispor junto a si o que muitos mais novos desejavam mas não tinham (embora este “não tinham” fosse, em alguns casos, muito relativo, claro...). Ele era octogenário? Pois, mas rimava com milionário... E os octogenários já não vivem muito...

E casaram!

[Foto de casamento]

2ª parte

Quase um ano se encontrava volvido sobre essa data. Um ano que não fora fácil para Mimosa Lúcia, apesar do desaforo financeiro em que agora vivia, contrariamente à situação dos últimos tempos; dos vestidos, dos sapatos, das jóias, dos cabeleireiros, dos bons restaurantes, etc.. mas, voluptuosa, bela e jovem, com apenas 34 anos, ter de viver, no dia a dia (para não falar de noite após noite) com um homem de 85 anos que não se ama mas a quem tem que se proporcionar carinho, atenção e ternura para poder continuar a dispor de todas aquelas benesses, não era efectivamente das mais simples tarefas. E começa a criar impaciência... Ela havia casado pelo dinheiro de Carnoço Honesto, sim, mas não só algum: queria ser senhora dele todo – herdar todo o “carcanhol” e ser a viúva mais rica e mais desejada de metade deste continente”.

Sabia que para que tal objectivo fosse atingido haveria que ultrapassar um período de “cultura”, de espera, que supostamente não seria muito, dada a avançada idade daquele... Mas, volvido um ano, começava a considerar estar a chegar a hora... de forma natural ou... provocada, uma vez que aquela tardava...

A impaciência foi crescendo e a ideia amadurecendo... E assim surgiu Solerte Rufia na vida do casal, contratado por Mimosa para desfazer esta situação e a transformar em viúva... Rica. Gizou com ele o plano, fez-lhe um pré-pagamento de 5.000 euros e esperou a oportunidade...

E Solerte solicitou por sua vez a colaboração do seu amigo Espada, chamado “especialista em “assassínios acidentais”... A vida de Canorço Honesto começava a estar em causa...

3ª parte

Canorço projectava uma deslocação a Bragança, relacionada com o seu património naquela capital nordestina. Mimosa conseguiu convencê-lo a não o acompanhar desta vez. Não tendo sido fácil, conseguiu-o. 1º Round de vitória para Mimosa mas – um tanto subjectivo – também provavelmente um primeiro ponto de estranheza para Canorço.

O cúmplice é alertado e, para ir “preparando o terreno”, ela começa a dizer ao marido que no Rolls tem escutado “algum tipo de som tinindo” - situação que ele não detecta, e que poderá constituir assim o segundo motivo de estranheza.

Convence-o, por isso, a que o carro venha a ser inspeccionado por Solerte Rufia – que lhe sugere ser “o melhor mecânico aqui da cidade e arredores” – nova questão que terá corporizado a terceira situação de estranheza para Canorço. De facto não parece muito normal que ele, rico e possuidor de um excelente carro, permitisse que o seu Rolls, em vez de ser assistido na melhor oficina especializada, concordasse em entregá-lo às mãos de um mecânico para si desconhecido que o inspecionaria fora de qualquer oficina!

Quando se encontraram, Mimosa apresentou Canorço: “E este é o sr. Canorço Honesto; dando uma risadinha tímida e brincando com os seus cabelos.” “Quero dizer, este é o meu marido, disse docemente”.

Para Solerte a apresentação teria sido desnecessária, uma vez que ele a conhecia já bastante bem (decerto até “fisicamente”, pois provavelmente seria também uns dos que, neste campo, “prestava assistência” a Mimosa): “Sabia – evidentemente por ela – que o casal era incompatível desde o dia do casamento, e que este se realizara porque Mimosa aceitara (ou exigira) este apenas pelo dinheiro do velho” - e que nesta altura já recebera inclusivamente parte do preço acordado para o matar, contando, para isso, com a colaboração do seu amigo Espada.

“Trabalho numa grande garagem local, onde só estão os melhores” - disse Solerte, apresentado – por ela, claro – “como o melhor mecânico aqui da cidade e dos arredores”.

Então, ter-se-á si mesmo inquirido Canorço, assim sendo porque é que eu não o conheço já nem a essa sua oficina? E porque é que vem o mecânico ao local da residência do cliente, em vez de ir o carro à oficina, onde se encontram todos os meios técnicos de inspecção e diagnóstico? Se, para tal, for necessário, por exemplo, elevar o carro, como é que ele o faria? Nós sabemos porquê, porque”Solerte,

na garagem, desempenhou um papel menor como mecânico; troca de óleo, pneus furados, etc.”- mas Canorço não.

Claro que, pelas situações descritas, nesta fase Canorço se encontraria já bastante desconfiado por tudo quanto estava a acontecer... Desconfiança que outros revelações viriam a confirmar.

Por exemplo: “Eu não conheço esse tipo pessoalmente” disse Solerte no calor do momento”.

Mas meu chefe recomendaria ele”. “Deixe-me chamar a ver se eu posso trazê-lo aqui para dar uma olhada rápida no seu Rolls”. Mas então, o tal melhor mecânico da cidade não era aquele, Solerte, para passar a ser outro que este ia agora tentar contactar?!!

E mais incongruências: “Solerte carregou um número, esperou alguns minutos e depois franziu a testa. “Ele parece estar longe”. “Talvez ele esteja fora da cidade? – disse Canorço”.

“Não, ele estava na garagem esta manhã”. “Solerte murmurou, ainda vou deixar que o telefone toque mais um par de vezes. “Eu quero dizer, meu chefe tinha-o lá. Estava a trabalhar para outro cliente. Já o vi lá mais vezes. É assim que eu o conheço. De vista”. Espalhado ao comprido, e olhou de soslaio para Mimosa”. “Ele não está a responder”, disse Solerte para Mimosa. “Talvez seja melhor tentar mais tarde”.

Nesta fase já a Canorço não restariam dúvidas quanto à farsa a que estava a assistir nem dava para continuar a contabilizar os erros detectados: então, primeiro não o conhecia pessoalmente, depois já o tinha visto a trabalhar na oficina para outro cliente, e depois ainda já o vira lá mais vezes – e afinal possuía não só o seu número de telefone como, ainda, antes do envio da mensagem, fez a primeira tentativa de ligação carregando um número (“Solerte carregou um numero”), um número apenas)!!! Portanto, um número pré-memorizado, apenas por um dígito (ex. Mário, 5; Fernando, 7, Marco 8; etc), significando tal que correspondia a numa pessoa do círculo de amigos ou familiares, com quem se contacta com assiduidade e como tal se usa aquele procedimento facilitador da marcação. Nós já sabíamos desse longo conhecimento, claro (para além do mais o texto dissera- nos que “ele e o Espada haviam crescido juntos”) mas Canorço ficou a sabê-lo com a certeza, a partir daquele momento, de que eles já se conheciam bastante bem – e que sua mulher estava não só ao corrente dessa situação mas ainda a colaborar com eles, fosse lá no que fosse que estivesse a ser arquitectado... embora não fosse difícil imaginar o quê...

Entretanto, foi também a vez de Mimosa cometer as suas precipitações. Por duas vezes: Primeiro quando disse, (“mais alto que o devido”), “Não! – quando Solerte declarou “Talvez seja melhor tentar mais tarde”. De facto isso não podia ser, pois era Espada quem “habilmente iria cortar as linhas de freio, para parecer um acidente”, “especialista que era em “assassinios acidentais”. Portanto teria que ser

agora, enquanto Carnoço fosse fazer “a sua caminhada diária” “antes da viagem que o levaria ao Marão”, e não mais tarde, porque entretanto este já teria saído para a sua viagem sem que o carro tivesse recebido o “previsto tratamento”. Por isso se saiu com aquele tão repentino “Não”!

Depois quando realçou o erro anteriormente cometido por Solerte, ao dizer a este “Se esse fulano, Espada não pode ser contactado por telefone, porque pode estar ocupado, ou não ouviu, não pode enviar enviar msg de texto?”. Pois se Solerte havia cometido a imprudência de dizer que não conhecia Espada pessoalmente e depois marcou o seu número de telemóvel (pré-memoriado)!

Renovar o erro foi ela depois sugerir que lhe enviasse uma mensagem... Mensagem que, registre-se, “Solerte rapidamente digitou (Mais uma vez no pré-memoriado, sub-entende-se)) no “enviar para” e transmitiu a mensagem!

A partir daqui, “Tudo funcionou como por encanto, ou quase...”. “O Sr.Canorço decidiu fazer a sua caminhada diária, antes de se preparar para a longa viagem...” - sem se preocupar mais com o Rolls e a necessidade de detecção de uns eventuais ruídos!!! E, logo a seguir, com o caminho livre, o Espada apareceu e fez um trabalho especialista em cortar as linhas de freio do Rolls Royce. Tudo rápido e perfeito, demasiado rápido e perfeito... Perfeito? Não, claro...

Então Espada não respondeu à tentativa de chamada de Solerte, e aparece no local, muito pouco tempo depois, logo após o envio da mensagem efectuada a seguir aquela tentativa. Essa seria certamente a senha já previamente combinada entre ambos: perante um aviso de mensagem, avanças).

Porque os abandonou assim o Sr. Canorço para, pouco tempo depois, “voltar e com ele vários polícias, juntamente com outro homem à paisana (...) e apontando para as três pessoas totalmente apanhadas de surpresa, afirmou: “Eu quero que os senhores prendam minha esposa, esta aqui, junto com esses dois homens como seus cúmplices por tentativa de homicídio?

Evidentemente que perante os erros e contradições cometidos por aqueles apreendeu o que se estava a passar e, simulando ir fazer a sua caminhada, foi, sim, chamar os polícias com quem regressou... Eventualmente até, escondido dos olhares do “grupo”, ter presenciado o início da operação de sabotagem...

E, assim, acabou a história...

Ou será que ainda não?!!

Veja-se a página seguinte...

Apreciação Complementar

Canorço Honesto e Mimosa Lúcia possuíam, respectivamente, 85 e 34 anos, e haviam casado há um ano.

O artigo 1720º do Código Civil, consagra o seguinte:

[Texto do artigo]

Assim,

Este casamento, porque foi efectuado no âmbito da referida lei, encontra-se no regime da separação de bens.

E não existe, no texto, qualquer referência ou sequer indício de que tenha existido qualquer doação.

Todavia, diz o texto:

Mimosa Lúcia tinha casado com o velho apenas pelo seu dinheiro” e, mais especificamente, “em troca de um plano para matar o sr. Canorço. Assim, Mimosa poderia legalmente herdar todo o “carcanhol”, e seria a viúva mais rica e desejada de metade deste continente”.

Perante tais afirmações, haverá naturalmente que tecer alguns considerandos sobre o assunto.

1º) O autor poderá ter errado ao escrever tal, por desconhecimento daquela determinação do Código Civil quanto ao regime imperativo da separação de bens, uma vez que não se pode herdar legalmente no âmbito de um casamento celebrado com um dos cônjuges com 84 anos.

2º) Mesmo que, todavia, tal lei não existisse, a (neste caso) viúva, só poderia herdar legalmente se não fosse, directa ou indirectamente, culpada pela morte do marido, ou, sendo-o, esta sua culpabilidade não viesse a ser descoberta ou, mesmo que descoberta, na sequência disso, não fosse por ninguém levantada a questão da “Incapacidade por Indignidade”, prevista no artigo 2034º do Código Civil – hipótese que apenas academicamente se põe, uma vez que o Ministério Público não deixaria de fazê-lo.

3º) Com a idade que tinha, não é despropositado admitir que Canorço não possa ter tido na sua vida outro(s) casamento(s) e filho(s), dele(s) provenientes.

Nesse caso, mais uma vez Mimosa Lúcia – agora duplamente – não teria qualquer direito legal à herança, porque este(s) seria(m) naturalmente herdeiro(s).

4º) Bom, e para encerrar o assunto, restará apenas apreciar a hipótese de, no obstante casada no regime da separação de bens Mimosa Lúcia poder vir de facto a receber a herança por óbito de seu marido. Seria possível? Sim, seria. Para tanto necessário era que falecesse sem deixar quaisquer herdeiros de primeiro, segundo, terceiro e quarto grau. Se solteiro fosse, nessa situação a herança reverteria para o Estado. Sendo casado, iria para Mimosa Lúcia se, como já foi dito, não viesse a ser

descoberta a sua cumplicidade no crime nem requerida a “Incapacidade por Indignidade”, o que seria muito improvável acontecer.

E agora, sim, é tudo quanto havia para dizer.

O CASO DO DVD DESAPARECIDO

Original de XXP

As coisas estavam a azedar um pouco na casa do arquiteto Chaves. Ele tinha a certeza que deixara três DVDs em cima da mesa da sala de estar, com filmes muito recentes, que prometera emprestar a um amigo, mas a verdade é que agora só dava com dois. O terceiro evaporara-se!

A sala era grande, virada a poente e ao mar, com amplas vidraças que deixavam entrar toda a luminosidade e os raios de sol, quando este brilhava, como era o caso. O projeto era dele mesmo e por isso privilegiara aquilo de que mais gostava: luz e sol.

Mas, voltando aos DVDs, Chaves tinha a certeza que os deixara lá na véspera à hora do almoço e que foi um dos seus quatro filhos quem “desviou” o faltoso, certamente para ver o filme à sua vontade.

Com a calma possível, Chaves foi anotando o que cada um disse, quando os ouviu em separado:

Afonso: Eu cá não vi nada. Só agora é que soube que tu tinhas deixado os DVDs. Os exames estão à porta e só tenho tido tempo para estudar, não para ver filmes... Ontem tive aulas até às seis da tarde e dez minutos depois estava em casa, para estudar. Logo que cheguei passei por aqui, pela sala, mas como estava escuro, nem reparei nos DVDs.

Cláudia: Ó pai, então era capaz de levar um DVD de um filme, sem dizer nada?! Ontem não tive aulas de tarde e estive no meu quarto, lá em cima. Como estou quase em férias grandes, não tinha nada para estudar e por isso estive a ouvir música e no computador a “falar” com amigos. Nada de especial.

Mónica: Vi os filmes aqui em cima da mesa, eram para aí umas nove, nove e meia da noite e até estive a ver que filmes eram... Por acaso o que te falta era o mais interessante e que eu gostava de ver porque é uma grande história e um grande filme, segundo dizem, mas nunca o ia tirar assim, sem te dizer nada. Até pensei pedir-te autorização para o ver, mas como não estavas em casa...

Filipe: Pai, eu já vi esse filme e nem é assim tão bom como dizem. Vi-o no cinema e por isso não ia agora tirar-te o DVD. Além disso, ontem fui a casa de um colega e só vim à hora do jantar, eram para aí umas 8 horas da tarde. Estive aqui na sala a apreciar os reflexos do sol no mar e fui para a sala de jantar quando tu me chamaste.

O arquiteto Chaves comparou os depoimentos e ficou com a certeza de que a responsabilidade pelo desaparecimento era de um dos quatro.

Tinha agora de pensar num castigo “exemplar”. O filme nem era o mais importante, mas as

mentiras... Talvez uns tempos sem televisão ou, pior ainda, uma semana sem telemóvel ou sem internet...

Assim, quem ficou de castigo?

A – Afonso;

B – Cláudia;

C – Mónica;

D – Filipe.

Policiário nº 1132 – Público de 14 de Abril de 2013

SOLUÇÃO

A hipótese certa é a A.

Afonso diz que ao entrar na sala não reparou em nada por estar escuro, mas as aulas estavam a acabar, seria o mês de Junho e, àquela hora, pouco depois das seis da tarde, teria de haver muita luz, até pela conceção da casa.

Como todos os “detetives” notaram, tratava-se de um problema muito simples, de contradição nos depoimentos.

A descrição é importante por fornecer os elementos indispensáveis para imaginarmos como seria a casa e sobretudo a sala.

Depois de sabermos que há luz e sol e que a janela envidraçada é dirigida para o mar e que da sala se pode assistir ao pôr-do-sol, precisamos de saber a que horas se referem os depoimentos e em que época se passa a história. O texto é explícito ao indicar que o Afonso chega pelas 18h10. Por outro lado, a aproximação das férias grandes, exames, etc., dão-nos claramente a ideia de que a história se passa no mês de Junho, altura em que é muito mais provável que se tenha passado o que o Filipe refere, ou seja, observar os reflexos do sol no mar, pelas 20h00.

Mónica profere declarações que permitem dizer que o “desvio” do filme foi feito depois das 21h30, porque ela refere ter visto os filmes, ter reparado que o que falta é precisamente o que ela mais gostaria de ver, que até pensou levá-lo, mas não o ia fazer sem pedir autorização... Portanto, às 21h30 estavam lá os filmes e aquele em particular.

Talvez por isso a confusão de Afonso. É que ele foi lá buscar o filme já de noite e por isso acabou por cometer o erro.

E acabou castigado, se calhar com a proibição de usar telemóvel durante uns dias, provavelmente o maior castigo que se pode aplicar nos tempos que correm!...

Policiário nº 1137 – Público de 19 de Maio de 2013

CAMPEONATO NACIONAL E TAÇA DE PORTUGAL 2013

PROVA Nº 4

PARTE I

TEMPICOS E O BACALHAU À PRESSUPOSTO

Original de A. RAPOSO & LENA

PARTE II

O AMIGO BENEVIDES

Original de A. RAPOSO & LENA

TEMPICOS E O BACALHAU À PRESSUPOSTO

Original de A. RAPOSO & LENA

Chegara a Primavera. Tempicos descansava na sua otomana favorita, apreciando a vista do alto do último piso do edifício Amoreiras. Via-se ao fundo o Tejo e o Cristo Rei.

Um copo, umas pedrinhas de gelo miúdo a tilintar. Um velho Kentucky Bourbon a dar-lhe cor. A mão esquerda a percorrer suavemente a coluna da Geraldinha. Um engate da véspera. Uma loira exuberante que lhe prometera acabar com o jejum da carne que atravessara...

Pela sua conspícua mente passava a confeção de uma receita de bacalhau. Quem diria?

Tempicos congeminava o que deveria vir a ser o “bacalhau à pressuposto”. Um prato adequado à época que se estava a viver. Um bacalhau que não levava bacalhau! Só batatinhas assadas a murro. Do bacalhau era só um cheirinho dado que o fiel amigo estava pelo preço do ouro.

Porém... (há sempre um porém) a cena desfaz-se, o telemóvel toca e lá se vai o bem bom e fica a “receita” por desvendar. Tempicos fora chamado a resolver mais um caso bicudo. Meteu-se a caminho. Vestiu a gabardina à Bogart, o chapéu mole e o inevitável cachimbo.

Num dos poucos resistentes “chalés” de Campo de Ourique, vivia o capitão Possidónio. Vivia, vírgula, porque acabara de ir para os anjinhos.

O capitão, segundo constava do telefonema recebido, jazia morto, no corredor que dá acesso à porta da rua. Tempicos recebera um pedido de ajuda da sua governante às 13,35h. Tempicos bateu à porta, surgiu-lhe a governanta. “Que grande desgraça Sr., Inspetor (Tempicos fora visita da casa, em tempos) o patrão está ali deitado no chão mais morto que vivo. Só não percebo se foi ele que se matou se algum malandro o fez. Eu estava no andar de cima quando ouvi um estrondo. Vim para baixo devagarinho porque estas pernas já não ajudam, e dei com o patrão deitado a escorrer sangue da cabeça e com um pistolão na mão. Sem se mexer. Aqui no corredor, junto à porta da rua. “

Tempicos perguntou-lhe pela pistola.

“Olhe, apanhei-a e limpei-a e voltei a guardá-la na panóplia das armas do Capitão aqui na sala de estar, não fosse alguém aleijar-se pois o patrão dizia que estão sempre carregadas...e no chão não havia senão sangue. Lembrei-me e telefonei-lhe logo”.

Tempicos notou que a senhora – já bastante avançada na idade e meio taralhousa – tentou fazer o

melhor e acabou fazendo o pior. Eliminou as eventuais impressões digitais.

Tempicos foi analisar a panóplia da parede onde 4 armas de fogo diferentes se perfilavam.

Com o capitão Possidónio, além da governanta, viviam também dois sobrinhos (aliás os únicos herdeiros) o Luizinho e o Paulinho rapazes modernos e amigos da esbórnia.

O Paulinho tinha ido almoçar ao restaurante “Cataplana” da Rua Ferreira Borges e estivera lá das 13 às 14. Tempicos confirmou no Restaurante.

Luizinho contou que se levantou tarde, tomou um lauto pequeno-almoço e por volta do meio-dia foi até ao jardim da Parada e leu o seu jornal num banco de jardim. Depois foi espreitar os “velhotes” a jogar às cartas no outro lado do jardim. Ficou por ali a observar, os miúdos a brincar e, por volta das duas da tarde regressou a casa.

Para complicar tudo, o capitão tinha na véspera feito um disparo com uma das armas da sua panóplia a um gato que saltara o muro do quintal. Felizmente não acertara mas a bala ficara incrustada no muro e fora recuperada pelo inspector. Este facto foi-lhe contado pela governanta.

A polícia científica confirmou a hora da morte, por volta das 13h e as 13,30h de domingo.

A porta da rua estava fechada à chave quando Tempicos chegou ao local. A governanta abriu-a quando ele tocou, com a sua chave que mantinha sempre no avental.

As armas da panóplia eram:

- 1 – Revólver: calibre .45;
- 2 – Pistola: calibre – 6,35 mm;
- 3 – Pistola: calibre .32;
- 4 – Pistola: calibre – 9 mm.

A bala que fora extraída da cabeça da vítima era de 6,35 mm. e a extraída do muro do quintal era de 9 mm.

As armas na panóplia estavam todas com os respetivos cartuchos exceto uma onde faltava uma bala de calibre.38 e que fora disparada recentemente. Às 3^{as} feiras o capitão tratava da armaria. Limpava, oleava e repunha todos os cartuchos, se necessário. Ganhara vários prémios em concursos de tiro.

A solução do caso poderia ser, como diria La Palisse, suicídio ou crime, mas isso compete ao amigo leitor resolver e contar, o que se passou...

Tempicos estava baralhado mas visivelmente bem-disposto. O seu Benfica já levava 4 pontos de avanço sobre o rival. Este ano é que a vitória não iria fugir e a ser assim... Tempicos iria a pé a Fátima com a faixa de campeão comprar uma medalhinha de Francisco, o Papa.

Policiário nº 1135 – Público de 5 de Maio de 2013

SOLUÇÃO

Para se chegar à solução é preciso ordenar os factos enumerando-os:

1º Análise das balas, das cápsulas e calibres em função das armas da panóplia.

2º Análise das datas das ocorrências, local da ação, controle das horas e situação meteorológica.

3º Conclusões.

Analisemos o ponto 1:

A bala que ficou na cabeça da vítima, matando-a, era de calibre 6,35 mm e a que se retirou do muro de 9 mm. Não se encontrou cápsula junto ao corpo.

Das armas da panóplia só uma tem falta de munição e corresponde à que foi encontrada no murete, ou seja, a que tem de calibre 9 mm.

As restantes três armas estão carregadas inclusivamente a que tem o mesmo calibre da que atingiu a vítima.

Conclusão: A arma que disparou e matou o capitão desapareceu, bem como a respetiva cápsula. Recordemos que o capitão só limpava e recarregava as suas armas às terças-feiras e a ação decorre ao domingo. Logo, alguém levou a arma e a cápsula e meteu na mão do capitão uma das suas armas da panóplia. Logo, foi crime e não suicídio.

Análise do ponto 2:

Se a porta da rua estava fechada à chave quando Tempicos chegou e foi a velhota com a sua chave que a abriu, conclui-se que alguém que possuísse a chave da porta teria encenado o “suicídio”, sabendo que a velhota levaria o seu tempo a descer as escadas o que lhe daria tempo para colocar na mão do morto a arma, que teria já retirado da panóplia. Depois saiu, fechando à chave a porta da rua. Lembramos que eram 13,30h e o sobrinho Paulinho já saía para almoçar.

A ação decorre na Primavera. O “jejum da carne” mencionado sugere que os factos ocorreram na semana santa e o crime no domingo de Páscoa. Dia 31 de Março de 2013.

Nessa altura o Benfica tinha 4 pontos de avanço na tabela sobre o Porto. E foi naquele ano que Francisco foi entronado Papa.

Este dia foi de franca invernia. Os jornais do dia seguinte afirmaram que houve na Grande Lisboa chuvas fortes, vento e frio. Justifica-se Tempicos sair de casa com gabardina e chapéu mole.

Suspeitos e conclusões, no ponto 3:

O sobrinho Paulinho tem álibi que Tempicos confirmou. A velha governanta não tem álibi, mas também não tem vantagem na morte do patrão. Não herda e arrisca-se a perder o emprego.

O sobrinho Luizinho mente ao afirmar que esteve no jardim quase duas horas a ler o jornal e a observar as crianças a brincar e os velhos a jogar às cartas. Com o temporal não haveria ninguém que aguentasse manter-se no jardim tanto tempo.

O facto de o sobrinho mentir só por si não prova a sua implicação no caso mas investigações da polícia e inquéritos bem conduzidos encurralariam o criminoso e levariam à confissão. É para isso que serve a polícia, partir da investigação de um mentiroso e chegar ao criminoso conseguindo a confissão, antes do julgamento.

Policiário nº 1141 – Público de 16 de Junho de 2013

MELHOR SOLUÇÃO

Autor: INSPECTOR ARANHA

DEDICADA, EM HOMENAGEM, A M. CONSTANTINO,
MESTRE NA PRODUÇÃO DE ENIGMAS POLICIAIS
Assinalando a publicação do seu livro

Memórias de desafios intelectuais
Enigmas policiários (1945 – 2011)

PROBLEMÍSTICA POLICIAL

I PARTE

TEORIA

A) Produção

O QUE É A PROBLEMÍSTICA OU ENIGMA POLICIÁRIO?

Por M. CONSTANTINO

Regista o Grande Dicionário da Língua Portuguesa, de Moraes da Silva, que PROBLEMA é a “questão proposta para se lhe obter solução”, conceito que, na simplicidade de uma única frase se ajusta inteiramente à intenção. Mais adiante, e no mesmo dicionário, manancial de sabedoria, indica para ENIGMA “a descrição de uma coisa por particularidades ou pelas qualidades que lhe são próprias, mas propositadamente de modo que se torne difícil identificar do que se trata”. O mistério que advém deste problema ou enigma é um desafio ao espírito investigador do solucionista, vivificante, vitalizando elementos intelectuais, ante o labirinto arduo, armadilhado pacificamente, edifício de chaves incomuns nas sólidas portas. Todas as armas e bagagens são possíveis, da simples dedução/indução aos complexos indícios do saber humano. É um desafio à inteligência que excita e motiva a curiosidade.

Na fascinação e emoção do apelo à solução existe um duelo de inteligência astuciosa para vencer outra inteligência, igualmente astuciosa – o autor do enigma.

É certo que não existem normas fixas nos problemas ou enigmas policiários, antes se concretizam pela livre representação de ideias, factos, significados clássicos ou ao encontro de novas imagens e

enredos originais. Todavia, não se pode falar em policiário ou policial, sem a ligação a algo relativo ou afecto à polícia, regra geral um delito, um mistério que requer a intervenção de um investigador oficial ou particular de características e métodos afins, já que é imprescindível afastá-los da vasta gama dos enigmas charadísticos. Qual é a diferença determinante entre as espécies? Ambos são um desafio evidente, mas o enigma charadístico não passa de um passatempo reforçado na pesquisa da cultura geral; no policiário, para além da recreação, desenvolve-se num problema (um em outro!) pessoal do solucionista, que assume a luta repressiva do ilícito – ainda que imaginado – apossa-se da investigação, recorre às regras policiais, raciocina, tira conclusões intuitivas baseadas em circunstâncias complicadas extraídas do texto, dos erros que aí se cometem e levam ao esclarecimento ou impunidade do crime.

O que escreve Lima da Costa em relação à literatura policial é aplicável ao enigma policiário:

“...o crime é essencial à ficção detectivesca. A actividade ilícita é o palco de toda a acção... o centro irradiante dum entrecho que pode roubar laivos românticos ou retoques de sátira, mas não existe sem aquele eixo elementar que o sustenta e individualiza”.

Artur Varatojo, por sua vez, opina que “na problemística policial, a síntese desenvolve um papel de primordial relevo, porquanto na condensação da sua estrutura está o embrião duma obra.

O problema policial constitui, por assim dizer, a célula viva que pode originar, ao desenvolver-se, um espécime perfeito – o romance policial.

No problema policial tudo é restrito e condensado – o ambiente, os suspeitos, as declarações, as pistas. O leitor sabe que dispõe, sob os olhos, da chave do mistério, dificilmente disfarçada na escassez de meia dúzia de linhas ou de gravuras, enquanto no abismo de duas centenas de páginas de um livro ela pode encontrar-se esquecida a um canto, ou entre um montão de objectos sem importância.

O grão de areia inidentificável na praia da negligência, toma a forma de um pedregulho colocado indefeso, na lamela, sob as lentes do microscópio da acuidade.

No problema, o jogo com o leitor é mais puro e daí maior dificuldade na produção”.

Ainda – e para terminar – Domingos Cabral escreveu numa das suas secções policiais: “Problemas policiais são pequenas histórias em que vulgarmente nos é descrito um qualquer acto delituoso (assassinato, roubo, burla, falsificação, etc.) ainda sob a forma de enigma por não esclarecidas nos aspectos fundamentais do quem (foi o culpado) e/ou como, quando e porquê (o acto foi praticado), desafiando a argúcia do leitor para as respostas a tais perguntas”.

PROBLEMÍSTICA POLICIAL
II PARTE
PRÁTICA

B) Decifração

Passemos à prática, começando por apresentar o caso a resolver:

[Texto do Problema “Bacalhau à Pressuposto”]

E, exposto que está o desafio, passemos à sua dissecação. Assim,
Suicídio?

Segura e definitivamente, não.

E nem será necessário aprofundar muito a questão, destacando todos os elementos que inviabilizam a hipótese. Basta sublinhar que todas as armas existentes na panóplia da sala de estar (com excepção da pistola de calibre 9mm que disparou o tiro para o gato, na véspera) se encontrarem “com os respectivos cartuchos”, isto é, carregadas.

Assim sendo, e independentemente de ali estar ou não alguma do calibre da que causou a morte da vítima – “bala de calibre 38”, equivalente á pistola de calibre de 9mm/9,3 mm -, a verdade é que o capitão Possidónio não poderia disparar um tiro na cabeça, e após isso carregar a arma. Além de que, a suicidar-se, decerto o faria na sala, e não no corredor, junto à porta da casa.

Poderia ser admissível a hipótese de ter sido a governante a carregá-la, após a tirar da mão do patrão, e a voltar ali a colocá-la? Claro que não. Provavelmente porque não saberia carregá-la; Porque não teria ao seu alcance os meios necessários para o fazer; porque não se vê motivo para a realização de tal acto, naquele momento (compreendendo-se, embora, que a tenha limpo (só exteriormente) e recolocado na mão da vítima “não fosse alguém aleijar-se pois o patrão dizia que estão sempre carregadas...” – mas fundamentalmente por falta de capacidade para a execução de tal acto pois a senhora (era) já bastante avançada na idade e meia taralhousa”, inclusive locomovendo-se devagarinho, porque estas pernas já não ajudam”.

Assim, é óbvio que a arma que disparou a bala extraída da cabeça da vítima, de calibre 6,35 mm, não era do mesmo calibre da que estava na panóplia, porque as que ali se encontravam “estavam todas com os respectivos cartuchos” (excepto a de 9mm, que disparou sobre o gato).

Desta forma, a conclusão é a de que o capitão Possidónio foi vítima de homicídio, cometido com uma

arma provida do exterior. O que, de resto já era indiciado pelo facto da governante ter declarado que deparou com o patrão a escorrer sangue da cabeça e com um pistolão na mão, quando, como sabemos, a bala extraída da cabeça de vítima era de 6,35 mm. – logo uma arma de pequeno porte. E, assim sendo, também para o exterior foi depois levada, porque a que a governanta encontrou na mão do patrão e limpou e colocou na panóplia, estava totalmente carregada. Logo, se tivesse acabado de disparar, não estaria nessas condições...

Também por ter vindo e ido de e para o exterior ficamos sem saber se deveria ser de aqui registar a possível falta da cápsula da bala fatídica (a governante disse que “no chão não havia senão sangue”), isto porque conhecendo embora o calibre não sabemos qual o tiro de arma utilizada (pistola ou revólver).

Ainda do exterior porque a porta do “chalet” se encontrava habitualmente fechada à chave (recordemos que, quando Tempicos ali chegou, “a governanta abriu a porta, quando este tocou, com a sua chave que se mantinha no avental”, e porque não se verificou a existência de portas ou janelas abertas ou arrombadas. Logo, o crime só poderia ter sido cometido ou por quem se encontrasse no interior do “chalet” ou, estando no exterior, possuísse a chave da casa.

Naturalmente que, nestas condições, o autor do crime apenas poderia ter sido um dos três personagens (vivos) da história - uma vez que não há mais e se, na história, não houvesse um suicídio ou um culpado a mesma não faria grande sentido, até porque, no seu final, se pergunta se se tratou de suicídio ou crime...

Logo, temos como

Suspeitos:

Paulinho e Luizinho, ambos sobrinhos da vítima, rapazes modernos e amigos da esbórnica e seus únicos herdeiros.

Governanta – “Já bastante avançada na idade e meio taralhoca”.

Por razões já anteriormente consideradas, colocamos desde já a governanta fora dos suspeitos, por falta de condições – e até de motivação.

Mas óbvio é que Paulinho também terá que ser inocentado, porquanto “a polícia científica confirmou a hora da morte, por volta das 13h e as 13,30 de domingo”, e aquele afirmou que “tinha ido almoçar ao restaurante “Cataplana” na Rua Ferreira Borges e estivera lá das 13 às 14” - álibi que Tempicos confirmou no Restaurante.

Desta forma, e por exclusão de partes, fica-nos Luizinho como culpado.

De facto, o seu depoimento revela fragilidades, a saber:

Afirmou que por “ volta do meio-dia foi ao Jardim da Parada e leu o seu jornal num banco do jardim. Depois foi espreitar os “velhotes” a jogar as cartas no outro lado do jardim. Ficou ali a observar os miúdos a brincar e, por volta das duas da tarde, regressou a casa”.

Claro que se o jardim da Parada a que se referiu fosse o de Cascais, não podia lá ter ido – porque este encontrava-se, na altura, encerrado por motivo de obras (ver anexo).

Mas não era. A lógica diz-nos que Luizinho se referia ao jardim da Parada de Campo de Ourique, já que era também aqui que se situava o “chalet” da vítima – local do crime, onde ambos viviam.

Prosseguindo:

a) Seria pouco natural que, á hora do almoço – embora lauto tivesse sido o seu pequeno-almoço – fosse passear para o jardim durante duas horas;

b) E não muito normal também seria que, àquele dia e hora, muitos “velhotes” se encontrassem a jogar às cartas no jardim;

c) Como, ainda, estranha se afigura que igualmente, àquele dia e hora, ali estivessem muitos miúdos a brincar...

Era pouco provável, e significativo...

Aqui chegados, as incógnitas iniciais parecem estar resolvidas, apurado que está que o capitão Possidónio foi vítima de crime, ocasionado por um tiro disparado por uma arma não sua (ou pelo menos não com presença habitual na sua panóplia), tiro de que foi autor seu sobrinho Luizinho, tendo como móbil o recebimento de parte da herança de que era herdeiro.

Mas, será que o desafio está mesmo completamente resolvido, isto é, que, conforme M. Constantino escreveu, “foram extraídos do texto todos os indícios e erros que levam ao esclarecimento do crime?

Haverá também que ter em conta as palavras de A. Varatojo, quando diz que “no problema policial tudo é restrito e condensado – o ambiente, os suspeitos, as declarações, as pistas”.

Ou seja, no texto de um problema praticamente só se encontram descrições que, podendo parecer inocentes e sem importância para a sua resolução, são todavia essenciais, não havendo lugar a devaneios descritivos.

E é à luz destas recomendações que, relendo o problema com muita atenção, um aspecto curioso ressaltou: a frequência de referências feitas de índole temporal (datas/eventos):

Repare-se:

1. Chegara a Primavera;
2. Um engate na véspera em que fora chamado ao “Chalet” do Capitão Possidónio;

3. “A época que se estava a viver”;
4. Por volta do meio-dia foi...;
5. Por volta das duas da tarde regressou...
6. O capitão tinha na véspera feito um disparo...;
7. A polícia confirmou a hora da morte por volta das 13h e as 13,30 de domingo...
8. Às 3^{as} feiras o capitão tratava da armaria...
9. O seu Benfica levava já 4 pontos de avanço sobre o rival...
10. Este ano é que a vitória não iria fugir...
11. Tempicos iria a pé a Fátima com a faixa de campeão comprar uma medalhinha de Francisco, o Papa...

Claro que só podia ser 2013. Mas, quando?

Comecemos pelo Papa Francisco – que foi eleito no dia 13 de Março, 4^a feira. Desta forma, tendo o crime ocorrido a um domingo, já com o Papa eleito, e, também, depois da chegada da Primavera (20 de Abril), a ser neste último mês só restavam dois – 24 e 31, este domingo de Páscoa!

Páscoa? Pois... a evocação desta data conduz-nos a associá-la a uma referência feita no texto que estava a passar despercebida... Páscoa, deveres religiosos, não comer carne... E pela conspícua mente de Tempicos passava a confecção de uma receita de bacalhau. Um prato adequado “á época a que se estava a viver”. Porque Tempico, sendo religioso (projectava ir a Fátima a pé e ali comparar uma medalhinha do Francisco, Papa) encontrava-se a fazer abstinência à carne. Por isso o engate da véspera – Geraldinha, uma loira exuberante- não constituía ainda “refeição” e ela prometera-lha acabar com o jejum da “carne” que atravessava...

(Razão de facto têm os que defendem que tudo, num problema policial, tem que ser “peneirado”, confirmado...).

O curioso é que a determinação da data do crime no domingo de Páscoa veio simultaneamente pôr a nu uma situação de grande relevância para a incriminação do culpado: a completa falsidade do depoimento prestado por Luizinho, porquanto – como bem nos lembramos – o domingo de Páscoa foi, em Lisboa e em quase todo o país, um dia de Inverno, muita chuva, vento e frio. – Doc. O que, como é evidente, não lhe permitiria passar duas horas no Jardim da Parada, a ler o jornal e a ver os “velhotes” a jogar as cartas e as crianças a brincar. E, assim, lá se foi, completamente, o seu álibi...

Ao mesmo tempo o conhecimento de tal situação veio revelar ainda mais um pormenor e explicar o que até então um tanto “estranho”: o facto de Tempicos, ao sair de sua casa para o “chalet” em plena

Primavera, ter vestido uma gabardina. Pudera... Só que, nem mesmo ela lhe evitou um grande e gelado “banho”: a sua prisão por homicídio!

E pronto, agora é que parece ser tudo. Como? Não é, ainda? Ah, pois, falta dizer que o Benfica não foi campeão (para o ano é que é...), e que Tempicos não foi a Fátima a pé nem comprou a medalhinha de Francisco, o Papa... mas que logo a seguir, volvido o período de abstinência, substituiu o “Bacalhau à pressuposto”, sem bacalhau, por “refeição” bem mais “carnívora” e “condimentada”...

[JUNTA: Anexos diversos (10)]

O AMIGO BENEVIDES

Original de A. RAPOSO & LENA

Tempicos tinha um velho amigo dos bancos da escola – o Benevides – e um dia recebeu uma misteriosa carta dele, que já não via há anos.

O que se passava era simples. O amigo Benevides estava muito receoso que um dos seus sobrinhos (únicos herdeiros) estaria a preparar um “acidente” para enviar o tio para o outro mundo mais cedo do que a ordem natural das coisas.

Benevides seguira Belas-Artes e era um conceituado e rico conhecedor de arte antiga e as suas opiniões eram muito apreciadas.

Acontece que passados uns dias, após Tempicos ter recebido a carta Benevides era encontrado morto. Suspeitava-se de assassinato.

Eis o conteúdo da carta:

“Amigo Tempicos, velho companheiro do Liceu Camões,

Já não nos vemos há tempos mas a nossa relação de amizade e companheirismo mantém-se forte e ativa.

Recordo, saudoso, aquelas jogatanas com bola de trapo, no pátio do liceu, e da regra sagrada do “muda aos cinco e acaba aos dez”.

Recordações...

O que o te vou contar vai, certamente, levar-te a agir em busca da verdade.

Acontece que eu sou um homem com uma grande sensibilidade e descobri que um e só um dos meus quatro sobrinhos, está a preparar o meu enterro. Se tal acontecer peço-te o favor de correres a investigar o que se passou e que faças atuar a justiça. Sei que eras e continuas a ser um ás nas investigações.

Um dos meus herdeiros universais, um autêntico zelote, anda a congeminar um “trabalhinho”. Eu conto contigo e como sabes tenho o gosto pela pintura antiga, conheço e sou reconhecido no meio artístico. Sei comunicar por analogias pois não me parece que deveria indicar-te preto no branco o nome de quem desconfio.

Tempicos, chegarás lá, aposto, basta utilizar o que a natureza, tão pródiga te proporcionou: a capacidade de raciocínio.

*Só posso adiantar que o malandreco é, conforme afirmou Leonardo, o último da direita.
Teu amigo, BENEVIDES”.*

Os sobrinhos de Benevides são:

A – Sócrates

B – António

C – Simão

D – Joaquim

Policiário nº 1136 – Público de 12 de Maio de 2013

SOLUÇÃO

Solução correta: C - Simão

Neste problema encontramos três indícios básicos que ligados induzem à descoberta do caso:

1º A palavra pouco corrente “zelote” encontrada no texto como pertencente ao sobrinho malandrecos.

2º O facto de Benevides ser um reputado e reconhecido conhecedor de arte antiga e afirmar que comunicava por analogias.

3º O Leonardo que aparece na história como o que afirma que “ele” é o último da direita

A palavra “zelote” é sinónimo de falso mas também indicia um grupo de indivíduos judeus do tempo de Cristo, que se opunham a Roma.

No quadro do Leonardo da Vinci – o fresco conhecido pela última ceia, tem ao fundo, à direita, SIMÃO, o zelote.

Leonardo da Vinci não se limitou a pintar a “Ultima Ceia”, fez vários estudos prévios dos apóstolos e inclusivamente desenhou as figuras e assinalou os respetivos nomes.

Tudo se encontra na internet. Basta fazer a busca...

Para a solução do nome do sobrinho que Benevides sabe que o quer liquidar, terá que se indicar o nome de Simão.

Chega-se lá, como diria Hercule Poirot, juntando os três fios à meada.

Policiário nº 1141 – Público de 16 de Junho de 2013

CAMPEONATO NACIONAL E TAÇA DE PORTUGAL 2013

PROVA Nº 5

PARTE I

A ODISSEIA DE ÁLVARO DOMINGUES

Original de PAULO

PARTE II

CUCURRU!...

Original de PA PU CHEIO

A ODISSEIA DE ÁLVARO DOMINGUES

Original de PAULO

Algumas gotas de chuva caíram da gabardina do Eugénio enquanto ele me apertava a mão fortemente.

– Que tempo! Chega uma pessoa de Paris e depara-se-lhe uma borrasca destas. No dia de hoje, apenas vejo uma vantagem nesta chuva. Evita que ande mais gente na rua, com aquela estúpida tradição carnavalesca de atirar com ovos podres, ou fazendo qualquer outra brincadeira desajustada.

– Entra, entra! Temos muito que conversar. Quatro anos sem nos vermos, é muito tempo. Quando me telefonaste a dizer que cá estavas nem acreditei. Estou sozinho em casa. A Luísa foi com os miúdos passar três dias a casa dos meus sogros.

Eugénio entrou, deixando-me na mão a gabardina, que eu pendurei num bengaleiro.

Não tardou muito que a conversa se encaminhasse para os assuntos proibidos: a ida do Eugénio para França na tentativa de evitar males maiores, que poderiam ir até à sua prisão; a despedida na Estação de Santa Apolónia, quatro anos antes; a esperança que tudo acalmasse, que ninguém falasse demais, permitindo o esquecimento dos factos, o que na verdade acontecera, e um regresso rápido; a expectativa de fazer o doutoramento que lhe fora vedado na sua pátria; e a esperança que os ventos mudassem de vez o rumo, levando a mordaza que a todos calava.

– Deixemo-nos de assuntos tristes e falemos da tua vida em Paris. Há dois anos as coisas estiveram beras por lá.

– Bem o podes dizer. A polícia a dar pancada e as manifestações a crescerem. Foi uma loucura. Começou com os estudantes, mas depois alargou-se a outras áreas da sociedade. Foi um mês de Maio completamente louco.

Instintivamente baixei a voz para dizer.

– Cá também tem havido problemas. Em Abril do ano passado houve uma bronca em Coimbra. Numa sessão com o Ministro da Educação e o Presidente da Republica, um estudante pediu para usar a palavra. Nem queiras saber no que aquilo deu.

A conversa continuou em redor de assuntos políticos até que:

– Já chega de assuntos sérios e diz-me o que te fez vir até minha casa. Ainda não digeri o que me

contaste pelo telefone.

Eugénio meteu a mão no bolso do casaco e desdobrou a folha que de lá retirou.

– Como já te tinha dito, o meu regresso tem a ver com a morte do meu tio Firmino. Eu e os meus irmãos somos os herdeiros e na distribuição da herança estão a aparecer problemas. Não sei se te lembras de quem era o meu tio Firmino? Era aquele que parecia não bater bem da cabeça, afogado em papéis velhos que ele chamava documentos. Claro que lá tem algumas coisas valiosas, mas outras, são autêntico lixo. É de um desses papéis que eu te venho falar. Os meus irmãos dizem que é o mais valioso mas eu penso que é uma burla.

É uma carta escrita por um Álvaro Domingues, datada de há 100 anos, que narra uma travessia de África, desde Angola a Moçambique. A ser verdade tal facto, alguma História teria de ser reescrita. Eles não me deixaram trazer o documento, mas eu transcrevi algumas partes que queria que lesse. Claro que modifiquei a grafia da época para a atual.

Entregou-me a folha que tinha na mão enquanto acrescentava.

– O papel de onde copiei o que aí está escrito aparentemente é muito antigo, amarelado, com a tinta a ficar com uma tonalidade acastanhada. Por análise visual simples nada nos faz detetar uma falsificação.

Peguei no papel que ele me estendeu, alisei melhor a folha, e vi algumas linhas entre as aspás.

“...agora que estou nesta costa do oceano Indico, esperando pelo barco que me levará de volta a casa dez anos após ter partido, posso finalmente erguer os olhos para o alto e agradecer à Virgem a graça de ter intercedido por mim junto do Seu filho...”

“...tantos meses, na solidão, orientado apenas pelas estrelas, e por Ela”

“... Quando todos os carregadores me abandonaram, deixando-me apenas a roupa que vestia, uma arma de fogo, uma faca e um pequeno caderno no bolso, foi a Senhora de Fátima que me valeu e me guiou, afastando de mim as feras e os selvagens que me poderiam atacar”

“...para escrever utilizei sucos de plantas e...”

“...sempre a clareza de ideias que me permitiu ir registando o que via, depois do boicote que sofri na minha expedição”

“...comendo o que a mãe natureza me oferecia e pequenos animais que eu apanhava com as mãos ou a faca...”

“...de noite ouvindo as feras, rezando e olhando o céu estrelado”

“Encontrei o caminho para o Oriente, chegando a este porto do Indico”

“...o privilégio de observar os sete planetas, que vogavam na abóboda azul que me cobria, e de fazer

o desenho das constelações...”

“...dar a conhecer aos homens da ciência a posição dos planetas nas diferentes constelações do hemisfério do Sul”

“...esperar uma recompensa de Sua Majestade, pelo engrandecimento que o meu feito faz da nossa amada Pátria.”

– Não preciso de ler mais. É evidentemente uma falsificação.
– Também o penso – referiu o Eugénio. – Vou dizer-te o que me levou a formar opinião sobre a falsidade do documento.

Sem dúvida que o leitor já se apercebeu que se está perante um documento falso.

Explique as razões.

Policiário nº 1139 – Público de 2 de Junho de 2013

SOLUÇÃO

A primeira fase da solução consiste em situar no tempo a suposta travessia de África. Para se conseguir essa localização temporal é necessário ter em conta o diálogo entre os dois personagens do texto.

A época do ano em que decorre o diálogo é o chamado "Domingo de Carnaval" ou "Domingo Gordo" do ano de 1970.

Como se pode chegar a essa conclusão?

Considerando:

- a) A referência às brincadeiras de Carnaval e ao facto de ser Domingo.
- b) A indicação de um mês de Maio muito agitado, em Paris, dois anos antes. Trata-se de uma alusão óbvia ao movimento que ficou conhecido como Maio de 68.
- c) A referência ao incidente ocorrido na universidade de Coimbra, no ano anterior e que sucedeu em 17 de Abril de 1969.

O passo seguinte consiste em localizar o ano em que presumivelmente foi escrita a carta. 100 anos antes. Estamos então em 1870.

Falta referenciar quais os aspetos existentes no texto da carta que levam à conclusão que esta não poderia ter sido escrita nessa data, mas muitos anos mais tarde, sendo portanto um documento forjado.

1º A menção a Fátima.

O culto religioso no local surgiu apenas depois de 1917. Impossível portanto de ser referenciado numa carta escrita em 1870.

2º A alusão à observação dos sete planetas.

À data em que se pretende ter sido escrita a missiva, eram conhecidos sete planetas. Mercúrio, Vénus, Marte, Júpiter, Saturno, Úrano e Neptuno, tendo este último sido localizado em 1846. Até aqui nada de estranho. A questão põe-se no facto de Neptuno não ser observável a olho nu. Úrano embora no limite da possibilidade de observação sem aparelhos óticos, pode considerar-se que poderia ser observado a olho nu, dado que não se sabe se o presumível autor da carta teria ou não problemas de visão.

Como o explorador ficou apenas com uma arma, a roupa e um caderno, não teria qualquer luneta ou telescópio que lhe permitisse observar Neptuno.

Portanto, quem escreveu a carta não poderia ter feito o que está descrito.

3º Na carta há uma palavra que à data não existia. Trata-se da palavra boicote. Esta palavra teve

origem no nome do irlandês Boycott e foi introduzida na linguagem falada e escrita ao longo do século XX, mais propriamente durante o conflito italo-abexim (1935-36).

Trata-se de mais um impedimento para que o texto tivesse sido escrito em 1870.

Pode-se então concluir que o documento é falso, tendo sido escrito alguns anos após 1870.

Quanto ao facto de os planetas serem ou não serem visíveis no hemisfério Sul durante o período da viagem, Eugénio, nos extratos da carta que copiou, não fornece elementos suficientes para o sabermos. Apenas poderíamos localizar a viagem entre 1860 e 1870, dado que a única informação fornecida aponta para a partida de Portugal em 1860, o que não chega para analisar a situação nessa perspetiva.

Para finalizar quero indicar qual foi a bibliografia que consultei para escrever resolver o problema. Obviamente que existem muito mais locais onde as respostas poderão ser consultadas, mas as fontes que eu utilizei foram estas. Não é necessário consultá-las todas para se responder corretamente ao problema, bastando uma ou duas. A variedade serviu apenas para confirmação das informações:

- História de Portugal, direção de José Matoso, do Círculo de Leitores;
- História de Portugal em Datas, coordenação de António Simões Rodrigues, de Temas e Debates;
- Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Selecções, de Selecções do Reader's Digest;
- Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, da Verbo;
- Guia Prático de Astronomia, de Jean Lacroux e Denis Berthier, da Gradiva;
- Diciopédia 2000, da Porto Editora;
- Enciclopédia Universal Multimédia, da Texto Editora.

Em alternativa, basta apenas uma boa enciclopédia e alguma cultura geral.

Policiário nº 1146 – Público de 21 de Julho de 2013

MELHOR SOLUÇÃO

Autor: VORSICHT-25

O encontro de Eugénio que chega de Paris e Paulo que está em Portugal passa-se no Carnaval de 1970. Talvez terça-feira. Se choveu ou não pouco interessa ao problema. Dois anos antes fora Maio 68 e a partida de Eugénio para Paris por razão decerto política fora 4 anos antes, de comboio, ou seja 1966. A questão de os estudantes em Coimbra foi de fato em 1969. O início do problema está certo e permite saber o ano do documento cuja falsidade à que reconhecer ou não.

Este por que se diz datado de 100 anos antes é pois de 1870. É a carta de um Álvaro Domingues que refere a travessia de África de Angola a Mozambique, estando ele já nessa costa oriental 10 anos após ter partido de casa. Partiu de casa pois 10 anos antes, em 1860, e a sua travessia terá sido entre 1860 e 1870.

Se verdade, o documento poderia ser importante pois contaria outra travessia de África na cinta geográfica entre Angola e Mozambique antes das obras de Capelo e Ivens em travessia de 1884 a 1885 e de Serpa Pinto de 1877 a 1879 mas depois dos trabalhos de Livingston de 1849 a 1855, de Silva Porto de 1853 a 1856, de Burton e Specke, de 1857 a 1858 e mais a norte, mas todos antecedendo Stanley 1874 a 1877 e porem o muito british *"Doctor Livingston, I presume!"* é de 1871. Esta cinta geográfica seria muito discutida no Kongresso de Berlim em 1855 e daria forte comoção internacional entre Portugal e os Ingleses em 1890.

Não permitindo os outros herdeiros que Eugénio trouxesse o original vieram partes por ele reescritas. Mas Eugénio diz que o documento é em papel aparentemente muito antigo, amarelado, com a tinta a ficar em tonalidade acastanhada. Só uma análise das fibras do papel permitirá dizer algo mais, mas esses dados não são incompatíveis com a idade provável referida. A tinta da carta será ferro/galhica como se usava ao tempo e poderá levar a queimar o papel pela sua acidez. O ataque às próprias penas metálicas por esta tinta é conhecido e está noticiado, bem como várias formas de o evitar.

Vendo agora as partes reescritas tiradas por cut and paste do blog.

1. *"...agora que estou nesta costa do oceano Indico, esperando pelo barco que me levará de volta a casa dez anos após ter partido, posso finalmente erguer os olhos para o alto e agradecer à Virgem a graça de ter intercedido por mim junto do Seu filho..."*

Esta primeira cópia marca o tempo de ausente de viagem, como acima eu disse. Depois tem uma invocação religiosa algo estranha pois dirige-se à Virgem com maiúscula e também Seu mas deixa filho em minúscula. Se se analisarem os tempos de travessia de outros exploradores acima trazidos, dez anos é mesmo tempo demasiado. E falta a razão e o preço, quem determinou a travessia, quem a financiou, o que procurava. Silva Porto parecendo ser o menos oficial de todos os referidos esse mesmo tinha uma intenção, que era comercial. Explorar não era chegar a África e tentar logo, havia o plano e a logística e custava muito - e mesmo metade dos 10 anos, ou seja 5, é muito mais tempo que os outros. Quem pagava tudo?

2. *"...tantos meses, na solidão, orientado apenas pelas estrelas, e por Ela"*

As solidões são duas quando numa exploração desse tempo ou seja solidão de estar só sem mais ninguém e sem encontrar ninguém, como no deserto, e solidão de não poder contactar com o exterior. Capelo e Ivens andaram perdidos cerca de um mês numa zona pantanosa e até os deram como mortos, segundo a wiki mas estiveram sós apenas no primeiro sentido. Livingston perdeu-se e Stanley foi buscá-lo mas quando encontraram-se Livingston não estava só. E a África dessa cinta é diferente do deserto. Haveria sempre populações a encontrar, mesmo que o resto da expedição o abandonasse como diz mais abaixo e relação com autóctones traz risco. Mas admira que não fale em bússola e recorra apenas às estrelas e à Virgem que chama d-Ela. Ninguém sem ser imprevidente faria expedição sem bússola. Claro que estrelas, neste caso as duas guias (alfa e beta Centauro) e o cruzeiro do sul podem ajudar ao encontro do polo sul celeste, onde não há estrela, ao contrário da Polar no Hemisfério Norte, mas avançar sem bússola é mesmo de não acreditar de todas as formas.

3. *"... Quando todos os carregadores me abandonaram, deixando-me apenas a roupa que vestia, uma arma de fogo, uma faca e um pequeno caderno no bolso, foi a Senhora de Fátima que me valeu e me guiou, afastando de mim as feras e os selvagens que me poderiam atacar"*

Esta é definitiva, como se verá. Terá sido abandonado pelos carregadores e nisso não terá sido único e Burton censurava Stanley por resolver casos destes a tiro. A continuidade da travessia sem carregadores, com a simples roupa do corpo, pois acabaria nu e descalço, e com a exiguidade do equipamento restante também é suspeita. Munições onde estão e quem as leva e para que serve uma

arma de fogo sem munições. Uma faca. Um caderno de bolso. O tamanho do caderno. E iluminação, onde está. E material para fazer fogueira, como era.

Mas o mais importante de toda a carta e a dar de imediato e firme como falsa e intrujona é a invocação da Senhora de Fátima, cujas aparições datam de 1917, umas dezenas de anos depois. Bastaria isto para atestar a falsidade do documento e a ignorância de quem o obrou.

4. *"...para escrever utilizei sucos de plantas e..."*

Escrever obriga a três coisas que são: suporte, manchadura por tinta pigmento ou risco e utensílio. Suporte era curto pois simples caderno de bolso, manchadura aqui dizia tinta pelos vistos usava suco de planta que entendo como por exemplo bagas espremidas o que é possível. Por pigmento e risco isto é tipo lápis está fora de questão pelo narrador. Poderia usar pluma ou cana aguçada pela faca para mergulhar no sumo de baga, mas daria sempre letra muito grande e gorda e o caderno acabaria depressa, além de poder borrar folha de ambos os lados.

5. *"...sempre a clareza de ideias que me permitiu ir registando o que via, depois do boicote que sofri na minha expedição"*

E diz que ia registando o que via, o que, como dito, certamente teria visto muito e será difícil de ter feito e cabido em dito caderno de bolso e dita tinta e caneta de improviso que ambos pouco registo poderiam dar. Mas há ainda a palavra boicote. Esta palavra, em inglês boycott, nasceu do nome de Charles C. Boycott, administrador inglês de propriedades na Irlanda (1832-1897) e das ações coercivas não violentas contra ele exercidas pelos trabalhadores irlandeses em 1880. Ou seja dez anos depois da data da carta! Ou seja, na data assumida desta a palavra boicote não existia mesmo! Intrujice de novo. E além disso o que relata é uma deserção e não mesmo um boicote.

6. *"...comendo o que a mãe natureza me oferecia e pequenos animais que eu apanhava com as mãos ou a faca..."*

Fruta? Ratos? Caçar por mão e com faca não deve ter sido muito simples. Mas deveria mesmo dizer ter comido qualquer coisa.

7. *"...de noite ouvindo as feras, rezando e olhando o céu estrelado"*

Os ruídos da selva à noite são muito variados. Não necessariamente ouvindo as feras sempre, que de facto se ouve, mas porque também na selva noturna à um fundo contínuo de ruídos de insetos e pequenos animais. O youtube dá. Mas admite-se a frase. As rezas estão na linha das invocações religiosas até beatas do princípio do texto. Olhar o céu estrelado só quando possível isto é quando sem nuvens e em espaços não tapados em cima por ramagens.

8. *"Encontrei o caminho para o Oriente, chegando a este porto do Indico"*

Sem comento. Andando para oriente tinha de chegar ao oceano.

9. *"...o privilégio de observar os sete planetas, que vogavam na abóboda azul que me cobria, e de fazer o desenho das constelações..."*

Sete? Lua, Mercúrio, Vénus, Marte, Júpiter, Saturno soma seis. Úrano podendo ser visível a olho em condições muito especiais e raras foi o primeiro planeta a ser descoberto por telescópio em 1781 e isto, depois de confusões com estrela, cometa e nebulosa mostra a dificuldade de ser reconhecido sem instrumento, pelo seu fraco brilho e movimento muito lento. Por isso é que conceituados portais de astronomia falam nos só CINCO planetas visíveis, sem incluírem a Lua porque satélite. Não se entende pois que o Autor da carta fale em sete (mesmo contando com a Lua). O desenho de constelações é sempre possível a qualquer um, mas o que interessa é seguir o mapa dos céus reconhecido e o céu austral estava reconhecido desde muito.

10. *"...dar a conhecer aos homens da ciência a posição dos planetas nas diferentes constelações do hemisfério do Sul"*

Não compreendo a ideia nem compreende bem como este levantamento e registo poderia ser feito de forma precisa, sem outros recursos que os mencionados. Como disse céu austral estava conhecido desde há muito. Qual pois o interesse senão próprio. Até porque os planetas não andam a vaguear em qualquer céu, norte ou sul. Uma noção importante, o plano da eclíptica que é o plano da órbita da terra em redor do sol e que é usado como primeira referência para a localização de qualquer astro no

sistema solar. Como se refere em fonte consultada muitos dos objetos no sistema solar orbitam aproximadamente neste plano e no mesmo sentido que a Terra relativamente ao sol, com a exceção de alguns cometas e planetas menores. Nesse plano arruma-se doze constelações e são sempre as mesmas se visíveis em cima, se visíveis em baixo, se visíveis ao mesmo tempo nos dois hemisférios celestiais. E é nelas que os planetas se situam, como os astrologistas fazem e não tem qualquer problema com a localização dos astros nos signos de referência que são os do zodíaco, cada qual à sua constelação e já muito muito antigos. Ou seja: nada de novo haveria a dar a conhecer aos homens das ciências para os planetas conhecidos. Mas mesmo que houvera algo novo, seja por exemplo cometa, faltaria precisão para localizar preciso. Pouco poderia mais que a sua própria orientação pelas estrelas: vastaria dizer se na constelação x ou y etc. Para o estudo mensal de planetas no céu austral veja-se Southern Sky Watch em <http://home.mira.net/~reynella/skywatch/ssky.htm> para se analisar como a posição deles no céu de cada mês. Pode-se lá ir!

11. *"...esperar uma recompensa de Sua Majestade, pelo engrandecimento que o meu feito faz da nossa amada Pátria."*

De acordo com meus amigos portugueses este poderia ser de facto o sinal até mais evidente de documento falsificado. Dizem-me eles que recompensa do Estado em Portugal ou não existe ou seria logo motivo de tributo. Onde espírito sadio ou carta não forjada deveria esperar nada, por mais certo.

CUCURRU!...

Original de PA PU SHEIO

- Então, agora é que são horas de vires almoçar?
- Estive em casa do padrinho a vê-lo tratar dos pombos e a aprender coisas sobre columbofilia.
- Ora, os pombos... são ratos com asas que andam por aí e ainda lhes dão de comer.
- Oh, pai! Isso foi conversa do Woody Allen no filme Memórias em relação aos pombos da cidade, mas os pombos do padrinho são pombos-correio.
- E que diferença é que isso faz?
- Faz toda a diferença. Os pombos-correio não andam por aí à solta. São criados pelos columbófilos com todos os cuidados de higiene para os manterem com saúde. Por isso, são desparasitados e vacinados, como outros animais domésticos. Além disso, têm o sentido de orientação muito mais desenvolvido e são muito mais atléticos e elegantes do que os “vulgariços”, pois foram selecionados pelo homem para a competição. Com saúde e bem treinados, os pombos-correio de algumas linhas genéticas são capazes de voar para o seu pombal de locais a mais de 900 km de distância, num só dia, a velocidades superiores a 65 km/h.
- Mas só servem para entreter columbófilos.
- Não é bem assim. O pombo-correio tem prestado valiosos serviços, como aconteceu na II Guerra Mundial. Alguns pombos-correio foram considerados autênticos heróis pela importância das mensagens que levaram ao seu destino, voando sobre as forças inimigas. Ainda há pouco tempo veio no jornal a notícia de que, em Inglaterra, quando estavam a limpar a chaminé de uma casa, encontraram o esqueleto de um pombo-correio morto em serviço na II Guerra Mundial. O bichinho ainda tinha com ele o invólucro com a mensagem que transportava escrita num papel semelhante a uma mortalha de tabaco. O padrinho diz que quando estive na tropa ainda havia um pombal militar no Regimento de Transmissões. Em Portugal, há até a chamada Lei de Proteção ao Pombo-Correio que lhe atribui o estatuto de interesse público.
- Ah, ele disse isso?
- Também me disse que me dava um casal de borrachos, se o pai me fizesse um pombal no quintal.
- É melhor não pensares nisso.

– Oh, pai! Eu gostei tanto daquele casal de pombinhos, com uma pena de cor lilás, tão aveludada, eram tão bonitinhos!

– Já disse que não!

– Mas, oh pai, aqueles borrachinhos podem vir a ser grandes campeões. O padrinho disse-me que são filhos do seu melhor casal de azuis, os seus filhos têm tão elevada qualidade que ele até lhe chama o seu casal de ouro. E, já vê, um casal de borrachos filhos de campeões, em Portugal, já pode custar mais de 1000 euros.

– O teu padrinho é um grande campeão e sabe muito de columbofilia, mas às vezes exagera.

– Ah, pois! E o que é que o pai sabe disso?

– O suficiente para te dizer que nem tudo é como ele te disse.

– Oh, pai! Não me diga que:

A – Não existiram pombais militares e que o pombo-correio não prestou grandes serviços durante a II Guerra Mundial;

B – Os pombos-correios não podem fazer uma média de mais de 65 km à hora, numa prova de 900 km;

C – Não há casais de pombos-correio que, em Portugal, podem atingir o preço de mais de mil euros;

D – Os borrachos que o padrinho disse que me dava não são filhos do seu casal de ouro!

– Ah, isso não sei. Em vez de estudares, passas tanto tempo ao computador, procura na net, que logo descobres.

– Está bem, “kota” ...

Policiário nº 1140 – Público de 9 de Junho de 2013

SOLUÇÃO

A resposta correta é a D.

A cor dos pombos está ligada ao sexo, ao cromossoma X. Os machos são XX e as fêmeas XY. A cor azul é recessiva e a cor lilás dominante. Por isso, num casal de pombos azuis, em cada X há apenas informação para a cor azul e não para a cor lilás, pois, de outro modo, o membro do casal que tivesse lilás em X seria também lilás. Logo, se o casal era azul não tinha a cor lilás, pelo que não poderia transmiti-la aos filhos.

Policiário nº 1146 – Público de 21 de Julho de 2013

CAMPEONATO NACIONAL E TAÇA DE PORTUGAL 2013

PROVA Nº 6

PARTE I

OUVINDO O FLECHA DE PRATA PASSAR...

Original de VERBATIM

PARTE II

A MORTE DE CALÍGULA

Original de VERBATIM

OUVINDO O FLECHA DE PRATA PASSAR...

Original de VERBATIM

Este é um caso antigo que, por razões familiares, tive de analisar. Sigo as notas do meu tio-avô, José Gaio, mas modifico alguns nomes para evitar melindres.

Ele era ao tempo regedor da freguesia de Outeiro do Bailador, situada perto da linha de caminho-de-ferro do Norte, entre Pombal e Entroncamento. Ali, o traçado da via dupla, segundo a direção Norte-Sul, permitia ao comboio rápido Flecha de Prata atingir uma muito gabada velocidade de 100 km/h.

Alguns minutos depois do sol-posto de um desanuviado dia de Junho de 1945, foi encontrado morto, na sua loja de comércio, o Sr. António Rijo. A mulher fora à procura dele, seguindo pelo quintal e entrando pelas arrecadações. Estranhando as luzes apagadas e já de coração apertado, acendeu um candeeiro de petróleo cuja localização conhecia. Deu com o marido caído atrás do balcão, inanimado e com sangue junto da orelha direita. Saiu a gritar, dizendo que lhe tinham morto o marido com uma pancada na cabeça. Uma criada, que a seguira, já nem chegou a entrar na zona do balcão. O meu tio-avô, avisado de imediato, verificou a morte, concluiu que ninguém mais se aproximara do cadáver até à sua chegada e impediu o acesso à loja de quem não fosse agente da autoridade. Mas não pôde obstar à rápida difusão da notícia da morte do Rijo com uma pancada na cabeça.

A vítima apresentava um ferimento na têmpora direita, característico de projétil disparado entre um e meio metro de distância. Ao lado do corpo estava um revólver, propriedade do lojista, com sinais de uso recente, no qual faltava uma bala e onde não se detetaram impressões digitais diferentes das do dono. António Rijo tinha calçadas umas luvas de couro, fortes, que costumava usar para manusear materiais grosseiros ou cortantes. As portadas das duas janelas altas de iluminação estavam abertas e a porta da rua encontrava-se destrancada. Não havia sinais de roubo.

A venda situava-se a leste da linha, em frente do apeadeiro, muito próxima da passagem de nível onde a estrada de macadame atravessava a via-férrea.

Não se conheciam inimigos de António Rijo. Alguns apodavam-no de candongueiro, talvez por despeito, porque ele não aceitava manobras com as senhas de racionamento. Muito invejada era a sua viçosa fazenda à beira da Ribeira da Laje.

Naquela noite, foi possível detetar as quatro últimas pessoas que terão contactado com a vítima, as

quais foram formalmente ouvidas no dia seguinte.

Aníbal Ruivo, que morava a dois minutos da loja, por um único e mau caminho, disse: “Estava no quintal e tinha começado a reparar a rede do galinheiro, quando ouvi o apito agudo do Flecha de Prata para Lisboa. Era esse, porque o outro, para o Porto, tinha passado um bocado antes. Foi então que me lembrei que tinha de ir buscar sulfato. Saí a correr. Sabia que o Rijo costumava ficar na loja, embora com a porta fechada. E, se não estivesse lá, estaria em casa. Comprei o sulfato e não dei por nada de anormal. Não sei quem o poderia querer matar.”

Zeferino Carreira prestou declarações em sua casa, no Casal da Ferradura, um quilómetro a norte da loja. No momento ouviu-se o apito arrastado do Flecha da manhã para Lisboa. (Conquanto os comboios rápidos nem sempre fossem pontuais, funcionavam no Outeiro do Bailador como relógio, dado apitarem sempre que se aproximavam da passagem de nível. No dia anterior, o segundo e último Flecha para Lisboa passara às 21h15, quase à tabela). Carreira contou o seguinte: “Fui à venda do Rijo já depois da porta fechada, porque me demorei na Espinheira a tratar de assuntos relacionados com uma possível eletrificação da freguesia. Levei a carroça até à loja para poder trazer arame farpado e mais algumas coisas para a patroa. Cheguei a casa pouco depois das oito da tarde.”

Brás Laranjeira, advogado e proprietário rural, declarou: “Não fixei a hora a que estive na venda, mas lembro-me que ainda era de dia. Procurei o António Rijo para falar da divisão da água da Ribeira da Laje. Nada de especial. Ele, no fim da conversa, até aproveitou para arrumar um resto de arame farpado. Espero que não julguem que seja minha a arma com que o Rijo se suicidou. Tenho um revólver parecido, mas muito bem guardado e sem uso há uns bons meses.”

Maria Perpétua do Souto, sexagenária, disse: “Fui de propósito ter com o Tóino Rijo para lhe pagar onze mil reis. Deviam ser umas oito horas. Ele tinha a porta entreaberta. Mas eu era lá capaz de lhe dar uma sacholada na cabeça! Credo!”

Haverá incongruências nas declarações, ou entre elas, que nos levem a suspeitar de alguém? O que terá acontecido? Explique tudo e diga de sua justiça, caro leitor.

Policiário nº 1144 – Público de 7 de Julho de 2013

SOLUÇÃO

Na resolução deste caso, temos de verificar, em primeiro lugar, se a morte de António Rijo se deveu a suicídio. Vemos que é muito pouco provável que tal tivesse acontecido, porque o disparo foi efetuado a mais de meio metro de distância da têmpora da vítima e também porque Rijo se encontrava com umas fortes luvas de couro calçadas, pouco ou de todo impróprias para acionar o gatilho.

Sem qualquer referência ao estrépito do tiro, temos de inferir que o ruído, além de abafado pelas paredes da loja, também não encontrou pessoa no exterior que o tivesse ouvido.

Analisando as declarações, vemos que o testemunho de Aníbal Ruivo parece contraditório. Primeiro porque às 21h15 já se teria posto o sol, não fazendo muito sentido que, numa aldeia sem luz elétrica, ele comesse então a consertar uma rede de galinheiro e a seguir saísse a correr, sem iluminação, por um mau caminho. Depois há a referência ao apito agudo do comboio que não conjuga com o apito arrastado assinalado pelo narrador. Finalmente, ele teria chegado à venda com o lojista já morto, talvez em simultâneo com a viúva. É muita coisa duvidosa.

Há porém duas importantes explicações.

Quanto ao pôr-do-sol, deverá notar-se que, em Junho de 1945, a hora de verão estava adiantada 120 minutos e não apenas 60. Assim, durante aquele mês, numa latitude como a do Outeiro do Bailador, o sol nunca se terá posto antes das 21h55 nem depois das 22h11. Portanto, às 21h15 era dia. O Sol ainda não se pusera e o ar estava desanuviado. Aníbal Ruivo pode mesmo ter regressado a casa em condições de continuar com o conserto da rede.

No que respeita ao apito dos comboios, será de notar que o silvo de uma locomotiva, em bom andamento, é ouvido de um modo mais agudo ou mais grave conforme a fonte de som caminha para nós ou se afasta de nós. É o efeito de Doppler. Como o Flecha de Prata andava ali relativamente depressa, esse efeito fazia-se sentir. Aníbal Ruivo, estando a uma pequena distância da loja e, portanto, perto da passagem de nível, ouviu o apito agudo relativo a uma aproximação. Já o narrador, um quilómetro a norte da passagem de nível, assinalou o apito arrastado do Flecha que se afastava para Sul.

Aníbal Ruivo não mostrou saber mais sobre a morte de António Rijo do que aquilo que por ali constaria a partir dos gritos da viúva, isto é, que o lojista tinha sido morto com uma pancada na cabeça.

Zeferino Carreira e Maria Perpétua do Souto nada disseram de comprometedor. Esta última, ao atribuir a morte de António Rijo a uma sacholada na cabeça, limitou-se a ligar o que se contava com uma das mais vulgares formas de agressão que conhecia. Ela terá ido à loja pelas 20h00 e Carreira,

considerando o tempo necessário para a carroça fazer um quilómetro, terá saído cerca das 19h50. Portanto, estiveram os dois na venda antes de Aníbal Ruivo.

A viúva de António Rijo e a criada são ilibadas pelo narrador. O testemunho cruzado terá ajudado.

Brás Laranjeira é que se denunciou ao falar de suicídio e da arma que a vítima teria usado para se matar porque, em princípio, não deveria saber de uma coisa nem da outra, pois o regedor providenciou no sentido de não ser dado a conhecer mais do aquilo que a viúva entendera e gritara.

Deduz-se que o advogado não se deu ao trabalho de verificar o que sobre a morte de António Rijo corria entre o povo e que confiou demasiado na divulgação da cena que contemplou, ainda com bastante luz, na altura de abandonar a loja. Enganou-se porque a viúva não viu tudo e as autoridades foram discretas.

Resta uma questão por esclarecer: como terá Brás Laranjeira acedido ao revólver de António Rijo? Não o sabemos ao certo, mas é o próprio advogado que nos fornece uma pista e nos faz suspeitar de crime premeditado, quando afirma saber que tinha um revólver parecido com o do lojista. Poderá, portanto, ter congeminado aproximar-se deste último sob o pretexto de fazer uma comparação de armas. Talvez até se tenha munido de umas luvas finas para manusear o revólver, com a descarada desculpa de não o querer manchar. Logo que ficou com a arma de António Rijo na mão, alvejou-o. Simulou, então, um suicídio. Ao fazê-lo esqueceu-se da distância a que disparou e das luvas que a vítima calçara para arrumar o arame farpado.

A ação criminosa poderá ter acontecido depois de Aníbal Ruivo ter deixado a loja, talvez entre as 21h30 e as 21h45, ainda com o Sol acima do horizonte.

Policário nº 1151 – Público de 25 de Agosto de 2013

MELHOR SOLUÇÃO

Autor: CUSTÓDIO MATARRATOS

Nesta estória o autor põe-nos perante um caso de 1945, retirado das notas do seu tio-avô, que nos dá conta de um tal António Rijo que apareceu morto na sua loja numa povoação junto à linha férrea entre Pombal e Entroncamento.

Segundo o autor, modificou alguns nomes para evitar melindres e essa alteração é muito visível no nome das povoações que são referidas no texto, pois não consta que existam ou tenham existido perto daquela linha, tanto a freguesia do Outeiro do Bailador como a Espinheira, o Casal da Ferradura ou a Ribeira da Laje, como se pode ver nas cartas militares daquela época (nºs 274, 286, 298, 299, 310, 320 e 330 em <http://www.igeoe.pt/cartoteca/cartogramaM888.htm#>).

O Outeiro mais perto que conseguimos encontrar foi o que se situa cerca do Apeadeiro de Seíça e que se mostra na imagem. Vendo em pormenor, lá encontramos um caminho antigo que atravessa a linha de caminho de ferro e algumas casas antigas que poderão eventualmente ajustar-se ao escrito no texto.



Ali o traçado tinha via dupla, como refere o texto, e o “Flecha de Prata” poderia atingir uma velocidade mais elevada, mas não é certo que aquela seja a localização exacta onde decorreu a acção nem parece que esclarecer este ponto seja importante para a resolução do problema.



Em 1952, a ligação entre o Entroncamento e Pombal ainda incluía um troço com via simples



Viagem inaugural do “Flecha de Prata” (Budd), comboio rápido entre Lisboa e Porto. Veja-se

<http://www.cp.pt/cp/displayPage.do?vgnextoid=2fdfcef780e5c010VgnVCM1000007b01a8c0RCRD#17> em 7-7-13

e <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2010/07/construcao-de-uma-carruagem-budd-flecha.html>

O que aconteceu, então, em Outeiro do Bailador num desanuviado dia de Junho de 1945?

Conta-nos o autor que:

- a mulher do Sr. António Rijo fora à procura do marido e deu com ele caído atrás do balcão, inanimado e com sangue junto da orelha direita.

Quando é que isto aconteceu?

- Alguns minutos depois do sol-posto de um desanuviado dia de Junho de 1945.

Onde se deu a ocorrência?

Na venda do Sr. A. Rijo, a qual se situava a leste da linha do Norte que passava em Outeiro do Lidador, em frente do apeadeiro, muito próxima da passagem de nível onde existia uma estrada de macadame que atravessava a via-férrea.

O que nos diz a “cena do crime”?

Diz-nos que:

- o corpo estava caído atrás do balcão
- tinha sangue junto da orelha direita
- apresentava um ferimento na têmpora direita, característico de projectil disparado entre um e meio metro de distância
- ao lado do corpo estava um revólver, propriedade do lojista, com sinais de uso recente, no qual faltava uma bala e onde não se detectaram impressões digitais diferentes das do dono
- o corpo tinha calçadas umas luvas de couro, fortes, que A. Rijo costumava usar para manusear materiais grosseiros ou cortantes
- as portadas das duas janelas altas de iluminação estavam abertas, as luzes estavam apagadas, havia um candeeiro de petróleo apagado cuja localização a mulher de A. Rijo conhecia
- a porta da rua encontrava-se destrancada
- não havia sinais de roubo.

Porque terá ocorrido esta fatalidade?

À priori é difícil de dizer, porque

- não se conheciam inimigos de António Rijo
- alguns apodavam-no de candongueiro, talvez por despeito, porque ele não aceitava manobras com as senhas de racionamento
- muito invejada era a sua viçosa fazenda à beira da Ribeira da Laje

Para onde devemos, então, encaminhar a nossa investigação?

Segundo, por exemplo, a <http://library.thinkquest.org/04oct/00206/>, interessa, nesta fase, começar por examinar o corpo após a morte, tendo em vista esclarecer a causa da mesma, o tempo passado desde que ela ocorreu (tempo pós morte) e a maneira como a morte se deu.

Qual a causa da morte de A. Rijo?

Segundo o texto, num primeiro momento, a mulher de A. Rijo “deu com o marido caído atrás do balcão, inanimado e com sangue junto da orelha direita” e “saiu a gritar, dizendo que lhe tinham matado o marido com uma pancada na cabeça”. Caso assim fosse, poderíamos pensar que a causa da morte

teria sido um traumatismo craniano, que só exames RX ou a necrópsia poderiam esclarecer. Mais à frente no texto, é referido que “a vítima apresentava um ferimento na têmpora direita, característico de projectil disparado entre um e meio metro de distância” e nada mais acrescenta sobre o assunto, nomeadamente se o projectil entrou e não saiu e sobre os efeitos que terá produzido nos tecidos. Por isso, teremos que concluir que se tratou apenas de uma observação exterior do corpo e não foi efectuada necrópsia que pudesse de uma maneira mais objectiva esclarecer a causa da morte.

Assim, podemos especular que a causa da morte terá sido a destruição de tecido encefálico pelo projectil, acompanhado da concomitante ruptura de vasos sanguíneos, o que terá levado a uma anoxemia dos tecidos.

Isto apesar de o texto não dar indicações claras de que tivesse efectivamente ocorrido uma hemorragia significativa e suficientemente grave para causar a morte, pois conhecem-se casos de pessoas que sobrevivem em circunstâncias parecidas (<http://www.maisfutebol.iol.pt/jornal-do-incrivel/insolito-guarda-redes-bala/1461636-1473.html> e <http://hypescience.com/como-e-possivel-sobreviver-a-um-tiro-na-cabeca/>).

A que horas terá ocorrido a morte de A. Rijo?

A determinação da hora a que a morte acontece é um dado importante numa certidão de óbito e ainda mais quando ela ocorre numa situação como a que é descrita neste desafio policial, já que é uma chave fundamental para se estabelecer a ligação entre a sequência dos acontecimentos e este momento fatal.

Estabelecer a hora a que se deu a morte, no fundo, corresponde a determinar o intervalo de tempo decorrido entre a hora a que a morte ocorreu e aquela em que corpo foi encontrado (intervalo pós morte). Trata-se de uma tarefa difícil e de resultado pouco rigoroso, a não ser que a morte tenha sido presenciada por alguém, pois não existe um parâmetro suficientemente confiável que por si só permita estabelecer com segurança a hora exacta a que tal ocorreu. Habitualmente, é feita uma estimativa e o resultado é dado sob a forma de intervalo, o qual é tanto maior quanto mais tarde for feita a sua determinação. Veja-se por exemplo:

http://avaxsearch.com/avaxhome_search?q=Time+of+Death%2C+Decomposition+and+Identification+&commit=Go.

As estimativas mais confiáveis assentam numa combinação de diversas observações feitas no corpo e na “cena do crime”. No corpo, procuram-se sinais que evoluam em função do tempo decorrido desde que a morte teve lugar, como sejam a diminuição da temperatura corporal e o desenvolvimento da

rigidez cadavérica, ou a alteração da cor da pele resultante de deixar de haver circulação sanguínea, e a análise do conteúdo estomacal, por exemplo.

As observações feitas durante a investigação da “cena do crime” ajudam a avaliar se o corpo foi movido e também podem oferecer informações adicionais úteis para se estimar de maneira mais fiável quando a morte ocorreu

Vejamos, então, o caso presente.

O que nos diz o texto sobre o corpo?

Fundamentalmente, diz-nos que o corpo estava caído atrás do balcão, tinha sangue junto da orelha direita e apresentava um ferimento na têmpora direita, característico de projectil disparado entre um e meio metro de distância.

Ora, estes dados não fornecem qualquer informação minimamente útil para a determinação da hora a que a morte de A. Rijo teve lugar, pois nem sequer nos informa se o sangue ainda corria, já estava coagulado ou tinha secado?

Procuremos, então, na “cena do crime” se há indícios que nos possam dar alguma pista. De facto, há 3 dados que podem ter alguma utilidade para este fim, a saber:

- 1-as portadas das duas janelas altas de iluminação estavam abertas
- 2-as luzes estavam apagadas, e havia um candeeiro a petróleo apagado
- 3-a porta da rua encontrava-se destrancada

Os dois primeiros dados apontam para a possibilidade de a morte ter ocorrido ainda de dia ou, pelo menos, o tiro que terá matado A. Rijo ter sido disparado quando ainda se via sem luz artificial na sua venda. No entanto, não pode descartar-se totalmente a hipótese de alguém ter composto o cenário depois da morte do A. Rijo para confundir a investigação.

O terceiro vem no mesmo sentido, se considerarmos que este tipo de comércio, mesmo naquela época, fechava as portas ainda de dia e nas aldeias o dono ainda ficava com as portas encostadas em actividades correntes ou à espera dos retardatários até ser noite, como neste caso, segundo a afirmação de uma personagem: *“Sabia que o Rijo costumava ficar na loja, embora com a porta fechada.”*

Naquele tempo, certamente que as vendas encerravam ainda de dia, dado que em Junho de 1945, já no final da II Guerra Mundial (1939 - 1945), os relógios andavam adiantados 2 horas em relação à hora normal ou uma em relação ao que agora se pratica, no sentido de se poupar energia (embora isso pouco significado tivesse em aldeias sem electricidade). Veja-se, por exemplo:

<http://oal.ul.pt/hora-legal/legislacao-sobre-a-hora-legal/> e

<http://oal.ul.pt/documentos/hora-legal-desde-1911.pdf>

Embora o texto não se refira explicitamente a esta questão e não esclareça em que dia de Junho em concreto é que a estória se desenrolou, tendo em conta que não existem grandes alterações nestes fenómenos de ano para ano, podemos usar os dados deste ano para ficarmos com uma ideia mais concreta sobre esta questão.

Jun. 01, 2013	Rise	Set
Actual Time	6:13 AM WEST	8:55 PM WEST
Civil Twilight	5:42 AM WEST	9:27 PM WEST

Jun. 21, 2013	Rise	Set
Actual Time	6:11 AM WEST	9:04 PM WEST
Civil Twilight	5:39 AM WEST	9:36 PM WEST

Como se vê nas tabelas anteriores (<http://www.wunderground.com>), há cerca de 10 minutos de diferença entre o 1º e o 21º dia do mês de Junho, dia este em que o dia iguala a noite em extensão, e a diferença para o dia 30 ainda é menor. Por isso, fica claro que, no dia em que ocorreu a estória, o Sol se punha por volta das 22h e a noite caía cerca das 22,30h.

Segundo o narrador: “A mulher (do A. Rijo) fora à procura dele, seguindo pelo quintal e entrando pelas arrecadações. Estranhando as luzes apagadas e já de coração apertado, acendeu um candeeiro de petróleo cuja localização conhecia”.

Portanto, teremos de concluir que, quando chegaram à venda, não se via o suficiente dentro de casa, mas ainda era possível andar no quintal sem iluminação (apesar de a terra não ter electricidade) ou seja, estar-se-ia no lusco-fusco, entre o pôr-do-sol (o Set do Actual Time), por volta das 22h, e a queda da escuridão (Civil Twilight), cerca das 22.30h.

Não sabemos de que tipo era o revólver que disparou a bala que atingiu A. Rijo, mas fosse qual fosse, mesmo naquela época e disparado dentro de casa, deveria fazer barulho suficiente para ser ouvido no exterior a alguma distância. No entanto, em parte alguma do texto é feita referência à audição do disparo.

A certa altura do texto há uma personagem que afirma:

“...No dia anterior, o segundo e último Flecha para Lisboa passara às 21h15, quase à tabela).”

E outra que diz: “...Era esse, porque o outro, para o Porto, tinha passado um bocado antes.”



438200_SOUNDDOGS_ha.mp3

PUM!



Revólver contemporâneo da época em que decorreu a estória

Ora, se tivermos estas afirmações em conta, poderemos pensar que o tiro terá sido disparado no momento em que passava e apitava um dos comboios, daí ninguém ter ouvido o disparo e, por isso, não o referiram, nem mesmo o vizinho que morava a 2 minutos da venda, que o deveria ouvir noutras circunstâncias e não ouviu neste dia. Realmente a venda “situava-se a leste da linha, em frente do apeadeiro, muito próxima da passagem de nível onde a estrada de macadame atravessava a via-férrea”, onde o Flecha de Prata sempre apitava. Ora, a 2 minutos de distância, não só não se está muito longe para ouvir como pode mesmo estar-se muito perto, pois a estrada pode não ir a afastar-se em linha recta.

Assim, com os dados do texto, parece ser razoável admitir-se que o tiro que matou A Rijo terá sido disparado pelas 21,15h (hora a que apitava o Flecha de Prata para Lisboa) ou um “bocado antes” desta hora (em que apitava o que ia para o Porto), tendo a morte ocorrido pouco tempo depois do disparo.

O “Flecha de Prata” foi na época um comboio famoso sobre o qual existe alguma informação, como seja na Gazeta dos Caminhos de Ferro, mas infelizmente o n.º 1264, de 16 Agosto de 1940, e o mais promissor, está em falta em:

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/GazetaCF.htm>

e não pode ser acedido pela Net. Quanto ao Arquivo documental da CP, este só pode ser consultado dois dias na semana e na Calçada do Duque, em Lisboa, o que também não ajuda.

Por isso, é impossível fazer estas consultas neste momento, mas seria interessante fazê-la, pois pela consulta dos horários do “Flecha” poderíamos esclarecer o que quer dizer “um bocado antes” e mesmo ficar a saber onde se localizava este misterioso Outeiro de que Verbatim nos fala.

Assim, ficamos com o que temos de concreto e consideraremos as 21,15h como a hora mais provável do tiro ter sido disparado.

De que maneira se deu a morte de A.Rijo?

Com se sabe, podemos classificar em quatro categorias a maneira como ocorre uma morte: morte natural, acidental, suicídio ou homicídio.

Na ausência de outros, com os dados que a estória fornece, teremos de concluir que a morte de A. Rijo não foi natural, (pois, como se demonstrou anteriormente, chegámos à conclusão de que foi motivada pelo tiro que o atingiu. Além disso, como nada sabemos sobre a idade ou estado de saúde da personagem ficamos sem elementos para avaliarmos da naturalidade ou não da sua morte ou atribuir-lhe uma causa acidental, (para ser atingido àquela distância, com as luvas calçadas, não poderia ter feito aquele disparo acidentalmente. Além disso, se a pistola era dele, não se percebe como é que outra pessoa o poderia atingir acidentalmente). No entanto, é também importante realçar que embora “ao lado do corpo estava um revólver, propriedade do lojista, com sinais de uso recente, no qual faltava uma bala”, nada no texto nos permite afirmar que havia uma bala alojada na cabeça de A. Rijo nem que, havendo, ela tivesse sido disparada pelo seu revólver.

Vejamos, então, se terá sido suicídio ou homicídio.

Analisemos em primeiro lugar a hipótese de suicídio.

Como já referimos, vamos considerar como mais provável que a morte de A. Rijo tenha sido uma consequência directa do tiro que o atingiu na têmpora, daí que, neste caso, teríamos um suicídio com disparo sobre a cabeça.

As mortes por suicídio estão intimamente ligadas a problemas pessoais de natureza muito diversificada. Quase sempre há sinais no comportamento de pessoas que apontam no sentido desse desenlace, mas muitas vezes quem as cerca não se apercebe dos mesmos, desvaloriza ou procura ignorar, quase sempre com maus resultados para a vítima. Não menos vezes, esta procura deixar um testemunho da sua decisão fatal na forma mensagem escrita ou de outra forma de comunicação.

No caso presente, nada indica que A. Rijo estivesse sobre pressão que o levasse por este caminho.

Segundo o texto, por um lado, não se lhe conheciam inimigos. É certo que alguns o “apodavam de candongueiro, talvez por despeito, porque ele não aceitava manobras com as senhas de racionamento”, mas isso não parece com impacto suficiente para levar a suicídio. O mesmo se poderia dizer relativamente ao facto de “a sua viçosa fazenda à beira da Ribeira da Laje ser muito invejada”. No entanto, por invejas deste teor já houve lugar a homicídios, como ainda há pouco tempo aconteceu: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Seguranca/Interior.aspx?content_id=3312283

Por outro lado, apesar de temente da sorte de A.Rijo, a própria mulher nunca pôs a possibilidade de

ele se ter suicidado, antes afirmando que teria sido morto com uma pancada na cabeça, mostrando que estava mais preocupada com a questão do despeito e da inveja sobre a sua propriedade agrícola, manifestada certamente por outros agricultores da terra, talvez vizinhos, que ela sentia capazes de darem uma “sacholada” no marido.

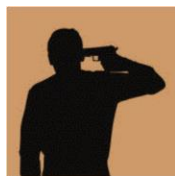
Podemos, pois, concluir que na estória não se manifestam motivos ou sinais que nos levem a pensar que A. Rijo queria pôr termo à sua vida.

Já vimos que, segundo as indicações do texto, o mais plausível será que a personagem A. Rijo tenha morrido do tiro que o atingiu “na têmpora direita”. Neste caso, existe um conjunto de sinais que aparecem com frequência associados a suicídio com tiro na cabeça, como sejam:

- o tiro ser dado com a arma encostada à pele ou a curta distância, produzindo uma queimadura em anel à volta do orifício de entrada da bala e uma marca devida aos resíduos quentes da pólvora.
- a maioria dos tiros serem ligeiramente inclinados para cima;
- ser disparado um único tiro;
- existir um bilhete escrito alusivo a existirem problemas pessoais, consumo de drogas, bebidas ou outros.

Além disso, quando um revólver é disparado ficam resíduos químicos nas mãos (ou nas luvas se as houver) do atirador, o que poderá ser determinado por análises específicas, mas o texto nada diz de concreto sobre estes pontos, a não ser que foi disparado um único tiro à distância de meio a um metro, por isso é neste ponto que devemos fixar a nossa atenção.

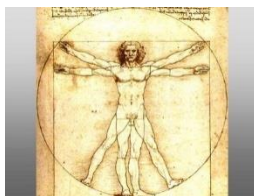
Em primeiro lugar, “o corpo tinha calçadas umas luvas de couro, fortes, que A. Rijo costumava usar para manusear materiais grosseiros ou cortantes”. Como depois de morto não poderia calçar as luvas, temos uma situação que dificilmente lhe permitiria manusear um revólver e pressionar o gatilho, pois o dedo com tais luvas calçadas teria dificuldade no acesso ao mesmo.



Em segundo lugar, como se pode ver na figura anterior, a posição mais favorável para o disparo é colocar o cano da arma encostado ou perto da cabeça. Para ele ficar a meio metro desta, isso já implica que se tenha de abrir o ângulo entre o braço e o antebraço de tal maneira que torna muito difícil o tiro, a não ser que ele seja feito com o polegar, porque o ângulo entre a mão e o antebraço não permite uma

orientação favorável para atingir a têmpora. Em geral, numa situação como a que a estória descreve, é praticamente impossível fazer um tiro a mais de 70 cm da cabeça, nunca a um metro. Isto para uma estatura média de 1,72 m, pois da ponta do dedo da mão à têmpora, distam no máximo 83cm; do ombro à ponta do dedo vão, em média, 76cm; e do pulso à ponta dos dedos esticados, em média, dista 18cm. Quer dizer, o membro superior esticado mede, em média, 94 cm, o que torna impossível um tiro na própria cabeça a uma tal distância ou maior, tanto mais que ainda há que ter em conta o comprimento do cano do revólver e o facto de o disparo ter de ser feito com o polegar. No caso em apreço, há ainda a juntar a dificuldade de, com as tais luvas calçadas, pelo seu volume, ser ainda mais difícil pressionar do gatilho.

O comprimento do braço e do antebraço são proporcionais à altura do indivíduo, pelo que quanto mais compridos forem de mais longe o tiro pode ser dado, mas o texto também não fornece qualquer tipo de informação antropométrica de A. Rijo, pelo que não podemos ser mais objectivos na análise desta hipótese.



Também se poderia pensar que o suicida poderia ter imobilizado a arma a uma distância apropriada e puxado o cordel preso ao gatilho para disparar o revólver, mas então o cordel teria de estar na “cena” preso ao gatilho da arma e nada disso nos é relatado na presente estória.

Finalmente, não foi analisado se a bala que se alojou na cabeça de A. Rijo foi mesmo disparada pelo seu revólver e se era aquela que nele estava em falta.

Assim, tomadas no seu conjunto as razões aqui expostas, temos como mais plausível que a personagem A. Rijo não cometeu suicídio, configurando a sua morte um caso de homicídio.

Quem terá, então, assassinado A. Rijo?

Uma questão que sempre se coloca quando se inicia uma investigação desta natureza é a de elencarmos os possíveis inimigos declarados ou potenciais que a vítima pudesse ter e elegê-los como prováveis suspeitos. Neste caso, afirma-se que “não se conheciam inimigos de António Rijo” o que não

quer dizer que os não tivesse. Daí que poder-se-ia estar na presença de um crime cometido por autor incerto ou desconhecido, se outra hipótese não fosse demonstrada.

Diz-nos o texto que “naquela noite, foi possível detectar as quatro últimas pessoas que terão contactado com a vítima, as quais foram formalmente ouvidas no dia seguinte”. A língua portuguesa tem fama de ser muito traiçoeira, e neste caso isso pode aplicar-se a “contacto”, pois é preciso ter em conta que a frase em destaque não nos permite garantir que o “contacto” tenha sido feito com a vítima em vida ou já depois de morta.

O texto não nos diz em que qualidade foram ouvidas aquelas personagens, se como testemunhas ou suspeitos. Em qualquer dos casos, deveriam ter sido englobadas neste lote a mulher de A. Rijo e a criada, porque foram elas que descobriram o morto.

Teríamos, assim, 6 pessoas que interessaria ouvir, tendo em vista aclarar o que efectivamente se passou naquele fim de tarde na venda do A. Rijo.

A mulher da personagem A. Rijo terá sido a primeira a ser ouvida e segundo afirma o narrador “a mulher fora à procura dele, seguindo pelo quintal e entrando pelas arrecadações. Estranhando as luzes apagadas e já de coração apertado, acendeu um candeeiro de petróleo cuja localização conhecia. Deu com o marido caído atrás do balcão, inanimado e com sangue junto da orelha direita. Saiu a gritar, dizendo que lhe tinham morto o marido com uma pancada na cabeça”.

Considerando que o narrador é uma figura privilegiada pelo conhecimento que tem do que se passou, das razões, pensamentos, paixões e outros aspectos das personagens, temos de tomar como verdadeiro aquilo que ele nos transmite. Neste caso, ele diz-nos que a mulher ia “já de coração apertado”, o que revela que a sua angústia pelo que pudesse ter acontecido ao marido era genuína, tal como a sua manifestação de dor face à constatação da sua morte, demonstrando que para ela este facto tinha sido uma surpresa, e atribuindo-o a alguém que golpearia o marido na cabeça. Acresce que nada consta no texto que nos possa levar a pensar que existia um contencioso ou disputa de interesses entre cônjuges ou que aquelas manifestações seriam fingidas. Além disso, a mulher vinha acompanhada pela criada que “já nem chegou a entrar na zona do balcão” onde jazia o patrão, decorrendo do texto que as duas teriam estado em casa juntas, talvez nos seus afazeres, quando foram pelo quintal à procura do A. Rijo. Por isso, poderiam ilibar-se uma à outra (e o texto não suporta a hipótese de terem sido cúmplices).

No que respeita às quatro últimas pessoas que contactaram A. Rijo, o texto apresenta-nos as suas versões no discurso directo.

Ora, como as personagens são os agentes da acção, as suas afirmações devem ser sempre confirmadas por uma via independente, mas antes de analisarmos os seus depoimentos façamos um

ponto da situação.

Nesta estória, pretende-se esclarecer o homicídio de A. Rijo, que apareceu morto na sua venda, por ter sido alvejado com um tiro de revólver numa têmpora, presumivelmente no momento da passagem do combóio rápido Flecha de Prata para Lisboa, cerca das 21,15h num certo dia de Junho de 1945.

Antes de analisarmos os depoimentos daquelas quatro personagens, convém salientar que o Regedor da terra (no século passado o Regedor era uma figura típica a quem as pessoas prestavam obediência e respeito, era chamado a intervir nas situações mais insólitas e até caricatas, como um roubo de uma galinha ou fazer as pazes entre marido e mulher, chegando até a intervir em assuntos de partilhas, em brigas e desacatos e outros. Os regedores eram uma "autoridade" civil, nomeados pelos Presidentes das Câmaras Municipais para as respectivas freguesias, que articulavam com a Guarda, a Polícia e, diz-se, por vezes, com a PIDE e, mais tarde, com a DGS) tomou conta da ocorrência e:

- verificou a morte de A. Rijo
- concluiu que ninguém mais se aproximara do cadáver até à sua chegada
- impediu o acesso à loja de quem não fosse agente da autoridade
- não pôde obstar à rápida difusão da notícia da morte do Rijo com uma pancada na cabeça

Daqui, podemos concluir que no povoado correu rapidamente a notícia de que o A. Rijo foi morto naquela noite com uma pancada na cabeça e, dado que a notícia das desgraças corre depressa nesses meios, no outro dia algumas das personagens que foram ouvidas já teriam este conhecimento.

Analisemos, então, os depoimentos daquelas quatro personagens.

Destes, parece que Zeferino Carreira foi o primeiro a contactar com o A. Rijo. Prestou declarações em sua casa, no Casal da Ferradura, um quilómetro a norte da loja, e contou o seguinte:

1-“Fui à venda do Rijo já depois da porta fechada, porque me demorei na Espinheira a tratar de assuntos relacionados com uma possível electrificação da freguesia”.

Neste ponto, Zeferino mostra ter interiorizado um certo sentimento de culpa por ter ido à venda de Rijo já depois da porta fechada.

2-“Levei a carroça até à loja para poder trazer arame farpado e mais algumas coisas para a patroa.”

Não havendo nada que nos indique o contrário, estaríamos num tempo já esquecido em que as vendas e outras lojas fechavam às 7h da tarde. A viagem de carroça entre povoações vizinhas era muito

comum naqueles tempos e lugares e, pelo modo como se refere à dita, parece claro que antes de ir para casa passou pela venda com a carroça para transportar o arame farpado, pois é uma matéria demasiado pesada e perigosa para ser transportada na mão. Mais à frente o depoimento do Brás sobre a arrumação do arame farpado pelo Rijo torna plausível o depoimento do Zeferino: terá então ido à venda e levado a carroça para comprar o arame farpado.

3-“Cheguei a casa pouco depois das oito da tarde.”

Curiosamente, Zeferino não se refere à morte do Rijo. Considerando que ela ocorreu pelas 21,15h, como se disse atrás, ou mesmo um bocado antes quando passou o “Flecha” para o Porto, Zeferino terá contactado com um Rijo vivo e vivo o deixou. Por isso, não faria ideia do que lhe tinha acontecido. Provavelmente, Zeferino depois de chegar a casa teve mais que fazer e não saiu à rua, por isso não soube a novidade, tanto mais que foi interrogado logo pela manhã, como o texto refere.

Tomando os comentários anteriores no seu conjunto, parece evidente que a personagem Zeferino está completamente descomprometido com o caso da morte de A. Rijo.

Depois deverá ter sido a Maria Perpétua do Souto, sexagenária, a ter contactado com o Rijo, tendo afirmado no seu depoimento:

1-“Fui de propósito ter com o Tóino Rijo para lhe pagar onze mil reis. Deviam ser umas oito horas.”

De notar que, no período de 1941 a 47, o salário médio da maioria dos trabalhadores fabris portugueses era de 17\$00 (dezassete mil réis) e o povo do campo ganhava muito menos. Por isso, seria natural que estas dívidas fossem pagas com descrição já depois do comércio fechar. Tendo o encontro ocorrido quando “seriam oito horas”, não podemos excluir que fosse de manhã antes de Rijo formalmente abrir a venda, mas pode ter sido apenas distração do autor, porque assim Maria teria sido a primeira pessoa a contactar o Rijo logo de manhã e as restantes três (das quatro referidas) só o teriam feito depois da loja fechar, o que queria dizer que teria sido um dia de porta aberta em vão para o Rijo.

2-Ele tinha a porta entreaberta.

Sabia-se que o Rijo costumava ficar na loja, embora com a porta fechada. No entanto, como tinha acabado de aviar o Zeferino, que Maria por pouco não terá encontrado na venda, seria natural que ainda tivesse a porta entreaberta quando esta chegou (Zeferino chegou a casa pouco depois das 8h da tarde de carroça, depois de ter percorrido um km. Embora não se saiba a qualidade do caminho, terá certamente saído da venda antes das 20h e de Maria ter entrado).

3-Mas eu era lá capaz de lhe dar uma sacholada na cabeça! Credo!"

Esta afirmação parece mostrar que Maria teve conhecimento do boato espalhado pela aldeia sobre a pancada que Rijo teria levado na cabeça. No entanto, nada mostra que esteja comprometida com a sua morte.

Aníbal Ruivo, que morava a dois minutos da loja, por um único e mau caminho, disse:

1-"Estava no quintal e tinha começado a reparar a rede do galinheiro, quando ouvi o apito agudo do Flecha de Prata para Lisboa. Era esse, porque o outro, para o Porto, tinha passado um bocado antes. "

Dada o facto de o "F.P." às 21,15h atravessar a passagem de nível que distava da casa do Aníbal apenas 2 minutos por mau caminho, seria natural que este ouvisse o combóio apitar, e como a hora legal estava 2h adiantada, começando a noite a cair por volta das 22h, tem de aceitar-se como plausível a sua afirmação de que tinha começado a reparar a rede do galinheiro, pois ainda tinha luz natural suficiente para o efeito.

2-"Foi então que me lembrei que tinha de ir buscar sulfato".

No campo, o sulfato usa-se para tratar as videiras e em Junho ainda pode ser necessário fazê-lo. Embora não saibamos concretamente onde fica o dito Outeiro, como o cultivo da videira tem sido comum em Portugal desde há muito tempo, poderemos considerar que o Aníbal tratava do seu cultivo e aceitar a sua afirmação como plausível.

3-"Sabia que o Rijo costumava ficar na loja, embora com a porta fechada. E, se não estivesse lá, estaria em casa.

É perfeitamente natural que numa aldeia (naquele tempo e ainda hoje é assim) todos soubessem os hábitos dos donos das vendas e onde os poderiam encontrar para lhes desenrascarem uma necessidade ou lembrança de última hora.

4-"Comprei o sulfato e não dei por nada de anormal. Não sei quem o poderia querer matar."

Em primeiro lugar Aníbal teria de explicar onde, quando e como tomou conhecimento de que o Rijo foi morto por alguém. Se o tiro foi disparado às 21,15h quando o "FP" passou, é evidente que o Aníbal estaria a mentir-nos (mais um...) quando afirmou que comprou o sulfato, pois quando partiu a correr para a venda já o A. Rijo teria sido atingido. Não sabemos a que velocidade correu o Aníbal, mas não terá demorado mais de 2 minutos a chegar à venda, tempo mais do que suficiente para que alguém que tivesse disparado sobre o A. Rijo tivesse fugido dali a sete pés.

O texto não permite confirmar se o Aníbal levou consigo o sulfato ou não, nem o que ele considerava

ser normal ou anormal na venda do A. Rijo para podermos entender o que queria dizer com a sua afirmação. O mais provável é que tenha feito uma afirmação de circunstância para não se envolver no assunto, pois nada parece indicar que tivesse qualquer contencioso com a vítima. De qualquer maneira, num caso real, Aníbal teria muita coisa que explicar. Neste caso, é uma personagem não totalmente isenta de suspeitas por ter mentido, mas não parece ter tido nada que ver com a morte de Rijo. É claro que nem sempre uma mentira é sinal de que a personagem é a culpada, pois pode mentir-se pelas mais variadas razões sem que qualquer delas tenha alguma coisa que ver com o crime de que se é acusado, ... e isso devia ser tido em conta mais vezes nos problemas policiais.

Brás Laranjeira, advogado e proprietário rural, declarou:

1-“Não fixe a hora a que estive na venda, mas lembro-me que ainda era de dia”.

É uma afirmação banal, pois nem sempre nos lembramos ou tomamos consciência das horas, sendo mais comum que nos lembremos se foi de manhã, de tarde ou à noite que teve lugar um determinado acontecimento a que estivemos ligado. Neste caso, o Brás diz-nos que ainda era de dia ou seja ainda não eram 22h, e não podemos ir mais além.

2-“Procurei o António Rijo para falar da divisão da água da Ribeira da Laje. Nada de especial.”

Ora, bem! Se há coisa que ao longo dos tempos tem levado a discussões e conflitos, alguns bem sangrentos, tem sido precisamente a partilha das águas, seja entre pessoas, seja entre povos. Por isso, o “nada de especial” pode querer dizer precisamente o contrário.

3-Ele, no fim da conversa, até aproveitou para arrumar um resto de arame farpado.

Este “até” vem vincar o carácter benigno da conversa e reforçar que ela seria “nada de especial”. Logo voltaremos a este ponto. Entretanto, podemos considerar que a afirmação de que Rijo arrumou um resto de arame farpado vem de certo modo ao encontro do depoimento de Zeferino, que afirmou ter lá ido comprar arame farpado, entre outras coisas. Segundo a mulher de Rijo, antes de ela ter entrado na venda, passou pelas arrecadações, pelo que seria natural que certos materiais, como o referido arame, estivessem aí armazenados à espera de quem aparecia para comprá-los e só quando tivesse tempo ou no fim do dia o Rijo os ia arrumar.

4-Espero que não julguem que seja minha a arma com que o Rijo se suicidou.

Bom, depois de tanto trabalho a levantar as “moscas” que se escondiam neste caso, não deixa de ser surpreendente que, pela mão do autor, a principal nos venha “cair mesmo no prato”, dando assim uma enorme “sacholada” na competência e habilidade retórica dos advogados em geral ao pôr na boca desta

personagem uma frase tão lapidar e comprometedora.

Realmente, como ficou expresso no texto, o Regedor da aldeia, depois de concluir que ninguém para além da mulher e da criada se aproximara do cadáver até à sua chegada, impediu o acesso à loja de quem não fosse agente da autoridade, embora não tenha podido obstar à rápida difusão da notícia da morte do Rijo com uma pancada na cabeça. Ora, um advogado, apesar do seu papel na defesa da lei, não é uma autoridade no sentido policial do termo, que é o único que pode admitir-se como tendo sido aludido pelo Regedor. Por isso, Brás Laranjeira demonstrou que tinha conhecimento pessoal do facto de Rijo ter sido atingido por um tiro disparado pelo seu próprio revólver, indo até ao ponto de demonstrar um conhecimento muito pormenorizado da arma do crime ao afirmar ser parecida com a sua: *“5-Tenho um revólver parecido, mas muito bem guardado e sem uso há uns bons meses”*, facto este que só poderia ocorrer se Brás Laranjeira tivesse assistido ao vivo ao que se passou na venda.

Segundo Brás, A. Rijo ter-se-ia suicidado com o seu próprio revólver, o qual, contrariamente às pistolas, não expulsa a cápsula, pelo que não há referência à mesma na “cena do crime”. Mas já vimos atrás que existem vários argumentos que permitem concluir que A. Rijo não se suicidou. Daí só poder haver uma explicação para a morte de Rijo: foi a personagem Brás Laranjeira, advogado e proprietário rural, que o assassinou.

Assim, podemos especular que Brás Laranjeira foi o penúltimo dos quatro inquiridos a contactar com A. Rijo, naquele dia de Junho de 1945, e isso terá acontecido ainda antes das 21,15h e de Aníbal ter ido à venda.

Depois de uma conversa azeda e não “sem nada de especial”, que não terá agradado aos interesses do Brás sobre a partilha das águas, este aproveitou o facto de Rijo ter ido arrumar na arrecadação o resto de arame farpado para retirar o revólver que Rijo guardava na gaveta e sabia ser parecido com o seu (um advogado de aldeia sabia tudo sobre os seus habitantes, tal como o padre e o regedor), tendo tomado os cuidados necessários para não deixar as suas impressões digitais na arma (por exemplo usando o lenço para a proteger) e Rijo não perceber a sua intenção. Depois, quando este voltou à sala da venda e ficou em posição que Brás considerou mais apropriada, com mais ou menos conversa, disparou sobre o seu interlocutor atingindo-o na têmpora, o que não lhe foi difícil fazer por estar habituado a disparar com um revólver igual àquele e, tal como por vezes acontece nas variadas coincidências da vida, nem o Rijo ouviu o disparo, por o som ter sido abafado pelo grito estridente do “Flecha Dourada”, das 21,15h que passava nesse momento para Lisboa, e apitou, como habitualmente, ao aproximar-se da passagem de nível do Outeiro do Bailador. Assim morreu o António Rijo, com as luvas de couro, fortes, calçadas, que usou para não se picar no arame farpado que fora arrumar.

A falta de água potável é um grave problema que afecta a população mundial. Cerca de 11% desta (783 milhões de pessoas) continua sem lhe ter acesso, em particular na Oceânia e na África Sub-Sahariana, esperando-se que em 2015 este número desça para 605 milhões...

A MORTE DE CALÍGULA

Original de VERBATIM

O cadáver de Calígula foi retirado de um automóvel ligeiro, registado em seu nome, que se incendiara. A causa da morte não estava ainda apurada, embora o grau de queimaduras fosse suficiente para a ter provocado. O carro colidira com um muro mas de modo ligeiro. O cinto de segurança, deteriorado pelo fogo, tinha sido colocado. Nos fluidos corporais notou-se a presença de álcool em dose quatro vezes superior à permitida para a condução, não havia sinais de drogas, os pulmões estavam limpos e não se tinham ainda detetado fraturas. O rosto estava irreconhecível.

O inspetor Vespasiano ouviu as quatro últimas pessoas que terão contactado com Calígula.

Cláudio disse ter ajudado a trazer Calígula para o parque de estacionamento. “Vim com o Tibério, ambos a ampará-lo, porque ele estava perdido de bêbado. Encostámo-lo a uma árvore, mas ele não se sustinha. Fomos então sentá-lo no carro, um bom bocado depois, porque Calígula levou uns dez minutos a encontrar as chaves. Quando me pareceu que ele estava a dormir, abri-lhe uma janela do automóvel, pus-lhe as chaves num bolso, fechei a porta e voltei para a discoteca. Nessa altura apareceram também o Augusto e o Trajano.”

Tibério confirmou a declaração de Cláudio e acrescentou: “Quando o Augusto e o Trajano chegaram, pedi-lhes para verificarem se o Calígula continuava a dormir e sem fazer qualquer disparate. Regressei ao parque de estacionamento cerca de meia hora depois. Vinha o Augusto a correr para a discoteca. Aproximei-me do carro do Calígula e vi-o já em andamento, com ele lá dentro a acenar-me como quem vai de férias. Não o consegui deter. Logo a seguir estampou-se contra o muro. Ato contínuo o carro incendiou-se, corri para o socorrer, vi que não conseguia abrir a porta devido às labaredas e fui á procura de um extintor.”

Trajano afirmou que se limitou a ver se Calígula descansava tranquilo. “Até tive o cuidado de verificar se o travão de mão estava bem puxado, não fosse o diabo tecê-las. O Augusto disse-me que ainda ficava por ali a espreitar um bocado. A iluminação era muito fraca mas dava para passear. Ele estava aborrecido com a namorada, uma miúda danada para a dança. Só voltei ao parque quando o Augusto e o Tibério gritaram a dizer que o carro do Calígula se tinha incendiado. Fui buscar um extintor que tinha na carrinha, mas já não pude fazer grande coisa.”

Augusto confirmou que andou cerca de vinte minutos a espreitar ali pela zona do parque de estacionamento. “Fui até mais do que uma vez ver se o Calígula estava a dormir. Não notei nada de anormal. Pensei que um de nós teria de o levar. Nessa altura lembrei-me do que prometera à minha namorada e corri para a discoteca. Depois foi o burburinho. Pedi extintores. Sabia que o Cláudio tinha um, mas verifiquei que ele tinha desaparecido. Até o carro já saía do parque.”

Vespasiano não ficou com boa impressão destes quatro amigos e encontrou razões para apontar um deles como causador da morte de Calígula. Quem será o suspeito:

- A – Cláudio
- B – Tibério
- C – Trajano
- D – Augusto

Policiário nº 1145 – Público de 12 de Julho de 2013

SOLUÇÃO

A resposta correta é B – Tibério.

Verificamos que qualquer dos quatro amigos podia ter conseguido uma ocasião para estar a sós com Calígula e aproveitar-se da sua embriaguez para o liquidar através de um suposto acidente automóvel. Há contudo dois pormenores que nos levam a desconfiar mais de Tibério do que dos outros três: os pulmões da vítima estavam limpos e Tibério afirmou ter visto Calígula a acenar-lhe do carro pouco antes de embater no muro.

Os pulmões limpos indiciam morte da vítima anterior à incineração. Como o choque do carro contra o muro foi ligeiro, o cinto tinha sido colocado e não se tinham descoberto fraturas no corpo, conclui-se que o embate não terá sido de molde a provocar a morte imediata. Então, Calígula já deveria estar morto quando o automóvel bateu no muro. Nesse caso, Tibério não o poderia ter visto a acenar imediatamente antes do embate. Muito provavelmente foi ele que matou Calígula, tendo encenado uma morte accidental devida a imprudência da própria vítima.

Policiário nº 1151 – Público de 25 de Agosto de 2013

CAMPEONATO NACIONAL E TAÇA DE PORTUGAL 2013

PROVA Nº 7

PARTE I

A TIA LAURINDA E A MORTE DE DONA PERPÉTUA

Original de BÚFALOS ASSOCIADOS

PARTE II

A MORTE DA CABELEIREIRA

Original de PAULO

A TIA LAURINDA E A MORTE DE DONA PERPÉTUA

Original de BÚFALOS ASSOCIADOS

O Inspetor Garrett gostava de contar as histórias da Tia Laurinda aos seus amigos. Algumas constituíam autênticos enigmas policiais, como o caso de Dona Perpétua, antiga colega de escola de Laurinda e que falecera vítima de crime violento na sua moradia do Algarve, vizinha da Tia Laurinda. Vivia com três filhas: Clara, Mercês e Joana. Segundo a polícia, o falecimento ter-se-ia dado pelas cinco horas da manhã, hora a que todas as filhas se encontravam em casa, dormindo cada uma no seu quarto, conforme afirmaram.

Dona Perpétua era uma senhora conservadora, avessa às mais recentes tecnologias. Possuía uma notável coleção de discos e deitava-se sempre tarde, ficando pela noite fora a ouvir as óperas de Wagner. Era viúva, muito rica e não se lhe conhecia qualquer outro herdeiro além das filhas solteiras, uma das quais constava estar em dificuldades financeiras, escrava que era do vício do jogo. A Tia Laurinda sabia que a relação da mãe com as filhas não era pacífica. Constava ainda que eram todas boas amigas da bebida.

Clara, a mais velha e a mais mandona, era a dona da casa. Administrava os dinheiros e discutia amiúde com a mãe. Mercês, estava desempregada e como tinha o sono muito leve irritava-se quando a mãe punha o som da música demasiado alto. Joana era talvez a mais pacífica, mas não tinha qualquer afinidade clubística com a família e quando o seu Sporting perdia ninguém a podia aturar.

O corpo fora encontrado por Zenóbio, o jardineiro, que antes das cinco da manhã já se preparava para regar os canteiros quando, através das janelas fechadas, ouviu vozes femininas que discutiam e ruídos que pareciam de uma luta corpo a corpo. Depois, o barulho de uma forte pancada e um grito que juraria ser da Senhora. Zenóbio não se conteve e gritou: "Quem está aí? Que se passa?" Ainda ouviu uma fuga precipitada pela escada acima e, como não tinha a chave da casa, correu a bater à porta principal. Algum tempo depois, a empregada Umbelina, que dormia no fundo da casa, veio abrir. Zenóbio correu à sala e viu a cena macabra: Dona Perpétua jazia de borco sobre a alcatifa, com as marcas de uma fortíssima pancada na cabeça. Umbelina, como em tempos tinha tido experiência de enfermagem, rapidamente verificou que a Senhora estava morta. Depois correu à escada e gritou repetidamente a chamar as filhas, que dormiam no andar de cima e que, aos poucos, foram descendo

alarmadas pelo alarido.

Chamada a polícia, que não demorou a chegar, Umbelina lembrou-se de avisar a vizinha Laurinda, cuja predileção por histórias de crimes era conhecida. E esta ainda pôde ver que perto do corpo estava um atizador de ferro da lareira, certamente a arma do crime, e que debaixo do corpo apareceu caído um telemóvel.

Aparentemente nada terá resultado do interrogatório breve que a polícia teve com todos os intervenientes. E após toda a casa ter sido amplamente fotografada, a polícia retirou-se, deixando a impressão de que dera especial importância a uma janela aberta para as traseiras numa casa de banho do piso térreo. As três filhas recolheram aos seus quartos. Foi então que a Tia Laurinda deu início à sua investigação particular.

"Terá alguém fugido por aquela janela aberta?" A empregada afirmou não acreditar, aquela janela, afastada do chão, estava sempre aberta de Verão ou de Inverno pois a Senhora gostava da casa sempre arejada. "Além do mais fica mesmo perto do meu quarto e eu teria dado por qualquer coisa". Usando umas luvas que sempre a acompanhavam, Laurinda sentou-se a um canto da sala consultando o telemóvel que a polícia tinha deixado ficar. As últimas mensagens enviadas revelavam alguma dificuldade em pagar avultadas dívidas e percorrendo a agenda de contactos gravados, à procura de nomes conhecidos, encontrou: Clara, Dona Laurinda, Joana, Umbelina e Zenóbio. Perto da lareira uma mesa de jogo sobre a qual se espalhavam as cartas de dois baralhos. Dona Perpétua costumava jogar "crapô" com as filhas, sempre a dinheiro, e normalmente ganhava. Perto, uma pequena mesa com jornais dos quais se destacava um desportivo com um título em caixa alta: SPORTING VOLTA A PERDER. Também dois copos com sinais de terem sido usados e uma garrafa de whisky quase vazia. "Umbelina, você encontrou a aparelhagem de som ligada?" - "Não, mas ouviu-se música muito alto até tarde esta noite. E agora estou a lembrar-me de uma coisa importante, quando as chamei, duas das meninas desceram em camisa de noite, mas houve outra que vinha vestida como tinha andado durante o dia."

"Não diga mais, Umbelina, acho que já desconfio de quem possa ter sido a assassina da Dona Perpétua. Coitada, que de perpétua teve pouco."

Amigos do Inspetor Garrett, digam lá de quem suspeitou a Tia Laurinda, e porquê.

Policiário nº 1148 – Público de 4 de Agosto de 2013

SOLUÇÃO

Grave erro cometeu a polícia ao não recolher o telemóvel encontrado debaixo do corpo da falecida Perpétua. Ficou assim privada de obter a informação que determinou a suspeita da Tia Laurinda sobre quem poderia ter sido o autor do crime. Para já não falar de eventuais impressões digitais reveladoras da identidade da proprietária.

Na realidade, ao verificar que na lista de contactos gravados apenas constavam nomes conhecidos e expectáveis com exceção dos da vítima e da filha Mercês, é lógico supor que o telemóvel deverá pertencer a uma dessas duas personagens. Mas a Tia Laurinda sabia bem que a perecida Perpétua era avessa a todas as modernas tecnologias, portanto não possuía certamente telemóvel. No caso contrário até nem seria natural que faltasse na agenda de endereços o nome de apenas uma das filhas. Assim sendo, o aparelho de comunicação aparecido debaixo do corpo da finada Perpétua não podia deixar de pertencer à Mercês, certamente tombado durante a discussão e a luta corpo a corpo testemunhadas pelo jardineiro.

Que pode ter acontecido? As mensagens lidas no telemóvel pela Tia Laurinda revelavam problemas no pagamento de avultadas dívidas, o que a fez então desconfiar de que o conflito daquela noite entre mãe e filha poderia bem ter origem, além da música ouvida demasiado alta, na exigência por parte da Mercês de apoio financeiro para a liquidação das mesmas. Não se esqueça que ela estava desempregada. O adiantado da hora, a existência muito provável de quezílias anteriores e os efeitos produzidos pela ingestão de whisky em doses exageradas, terão mesmo levado a Mercês a mostrar à mãe o testemunho das mensagens gravadas. Os ânimos exaltaram-se, o telemóvel terá caído, o atizador da lareira estava ali mesmo à mão, e pronto: a ocasião faz a agressão! Depois o grito da agredida Perpétua, a queda do corpo sobre o telemóvel, o alarme provocado pela voz assustada do Zenóbio que nem sequer deu tempo à desnaturada filha para recuperar o aparelho e a fuga precipitada pela escada acima. E foi certamente ela que, perturbada pelo acontecido, nem terá tido a lucidez de mudar de roupa e terá descido a escada sem dar mostras de ter estado a dormir, pois apareceu vestida como tinha andado durante o dia, tal como constatou a Umbelina.

Concluindo, mercê da Mercês verifica-se que não há nada que seja verdadeiramente perpétuo e que ainda não foi desta vez que nem o mau feitio de uma dona de casa desesperada, nem os maus resultados do Sporting, nem uma janela aberta nas traseiras, provocaram um crime.

Policário nº 1159 – Público de 20 de Outubro de 2013

MELHOR SOLUÇÃO

Autor: DETECTIVE JEREMIAS

1ª PARTE

Dados Objectivos / Vítima e Personagens Principais & Outros - Características Relevantes e Deduções / Local do Crime – Factos, Indícios e Deduções / Outros Factos e Indícios

Nesta história da tia Laurinda, narrada pelo Inspector Garrett, temos mais um caso de crime violento para solucionar.

Simplificando, porque para complicação já nos basta o dia-a-dia e os cortes do governo, apresento os elementos que considero importantes na compreensão do enredo e os pontos essenciais para solucionar a prova.

Dados Objectivos

Vítima: Dona Perpétua;

Local do crime: sala da vivenda da vítima;

Tipo de crime: crime violento (agressão com objecto perfuro-contundente);

Causa de morte: lesão grave na cabeça;

Arma do crime: atizador de ferro da lareira (fonte: tia Laurinda);

Hora da morte: 5h00 (fonte: polícia).

Vítima, Personagens Principais & Outros- Características Relevantes e Deduções ^①

Dona Perpétua: viúva, muito rica (a vítima ideal de um bom desafio policial), residente no Algarve é uma mulher, como qualquer ser humano, com contradições: conservadora, mas notívaga e amante de copos e jogos de cartas a dinheiro. É apreciadora de ópera de vinil. É amiga de discussões com as filhas e inimiga das novas tecnologias.



Clara: filha primogénita de Dona Perpétua. É a “governanta” da casa e partilha com a mãe os prazeres da discussão, da bebida e do jogo.



Mercês: filha de Dona Perpétua, desempregada e com problemas de sono. O volume do som das óperas da mãe dava o mote para as discussões entre as duas. Aprecia também o jogo e a bebida.



Joana: irmã das anteriores é considerada como a mais pacífica das três manas. É adepta do Sporting (com péssimo perder) e devota de Baco e de Hermes.

^① Imagens compostas a partir das caricaturas de Fengai (D^a Perpétua) e Simon Ellinas (restantes), disponíveis, respectivamente, em <http://www.toonpool.com> e <http://caricatures.org.uk>.

Zenóbio: jardineiro madrugador de Dona Perpétua. É uma testemunha importante desta história, como adiante se verá.

Umbelina: empregada de Dona Perpétua. Alertada pelo jardineiro de que algo estranho se passava, acorre ao local do crime e verifica que a patroa está morta. É também a pessoa que avisa a vizinha Laurinda.

Laurinda: ex colega e actual vizinha de Dona Perpétua. É apreciadora de crime e mistérios policiais e investigadora criminal não profissional.

Nota Importante: Uma das filhas (não identificada) tem dificuldades financeiras por dívidas de jogo.



Local do Crime – Factos, Indícios e Deduções

A mesa com os dois baralhos de cartas mostra que o “crapô” (disputado por dois jogadores) foi o jogo da noite; os dois copos usados e a garrafa de whisky quase vazia apontam que a sessão nocturna, que descambou em crime, teve apenas dois bem bebidos personagens:

Dona Perpétua e quem a matou.



A vítima está caída de bruços, e nada indica que o corpo tenha sido deslocado depois da agressão, logo, Dona Perpétua foi atingida por detrás, com o atizador de ferro encontrado junto ao corpo.



O telemóvel, encontrado debaixo do corpo, deve ser alvo de análise futura, porque é improvável que pertença à Dona Perpétua devido à sua aversão às novas tecnologias. O telemóvel poderá ter sido deixado inadvertidamente pelo próprio assassino.

Um jornal desportivo destaca mais uma derrota do Sporting, o que deverá ter azedado a doce Joana.



Quando o crime ocorreu, a aparelhagem de som estaria desligada, de acordo com a informação de Umbelina e também porque Zenóbio não refere ter ouvido música quando relata a discussão. Isto faz todo o sentido, porque a música demasiado alta teria abafado as vozes das duas mulheres, tornando a improvável o testemunho do jardineiro.



Outros Factos e Indícios

A janela do rés-do-chão encontrada aberta pode ser descartada como indício: “afastada do chão, estava sempre aberta...” e a sua utilização indevida seria notada por Umbelina, cujo quarto fica próximo.

Na altura do crime as filhas estavam em casa a dormir em quartos separados.

Testemunhos

O relato de Zenóbio sobre a discussão, os barulhos, as vozes femininas e o grito da patroa é consistente e está em conformidade com 3 aspectos: a hora da morte, o cenário encontrado no local do crime e o testemunho de Umbelina.

Não há assim motivos para duvidar das declarações do jardineiro. Além disso, não tem chaves, o que de alguma forma reforça a impossibilidade de ele ter estado no interior da vivenda.

Ao referir ter ouvido uma “fuga precipitada pela escada acima”, Zenóbio faz recair as suspeitas sobre uma das filhas, porque Umbelina, a empregada, tem o seu quarto no piso térreo.

Não restam dúvidas de que uma das filhas, ou mais do
que uma, assassinou a mãe.

Qual, ou quais?

Quem?

De quem suspeitou a Tia Laurinda?

2ª PARTE**De quem suspeitou a Tia Laurinda?**

A Tia Laurinda, como qualquer detective amadora que se preze, mantém os olhos e os ouvidos bem abertos, por isso, estava bem a par da realidade que se vivia em casa da Perpétua.

Sabia que uma das filhas, e apenas uma, tinha perdido a cabeça e atacara Perpétua: o crapô e os dois copos deram-lhe a pista.

O relato de Zenóbio e a conversa com Umbelina orientaram a Tia Laurinda para um desenrolar cinematográfico mental dos acontecimentos: uma curta-metragem lúcida e perspicaz sobre um matricídio.



A Tia Laurinda volta à terra e deixa-se de devaneios cinematográficos.

Importa, isso sim, descobrir qual das três filhas foi a assassina.

Todas tinham conflitos com a mãe. Conflitos, dívidas de jogo e mau génio acirrado por derrotas futebolísticas estão sobre a mesa.

Tia Laurinda tem então uma brilhante ideia e analisa o telemóvel deixado com alguma displicência pela Polícia, visto ser uma prova importante por ter sido encontrado sob o corpo da vítima.

As últimas mensagens acrescentam um dado novo para o móbil do crime: a real dificuldade em pagar dívidas de jogo e uma choruda herança em perspectiva empurraram uma mulher para o assassinio da sua própria mãe.

Uma pergunta irrompe pela mente de Tia Laurinda: Quem é a proprietária do telemóvel?

E logo a resposta é dada pela inteligente consulta dos contactos memorizados no telemóvel: **Clara, Dona Laurinda, Joana.**



Em falta: o contacto de **Perpétua**, que não possui telemóvel por causa da sua aversão e o contacto de **Mercês**.



CONCLUSÃO: O telemóvel é de **Mercês**, o número do proprietário de um telemóvel, habitualmente, não consta da lista de contactos, por não ser necessário e porque é memorizado pelo dono.

Mercês, dona do telemóvel, assassinou a mãe.

Dívidas de jogo, discórdias antigas, muito álcool a toldar o espírito, estão reunidos os elementos de uma combinação que se revelou fatal para Dona Perpétua.

Mercês foi a “menina” que desceu com o que tinha vestido durante o dia.

3ª PARTE**Em jeito de conclusão**

O Inspector Garrett é uma presença habitual nos desafios policiais, mas a Tia Laurinda surge somente em Setembro de 2012, numa situação que envolve roubo e charadismo. É também nesta altura que são revelados alguns dados biográficos e preferências pessoais de “a Miss Marple de Algés”.

A Tia Laurinda tem a personalidade e as características de uma investigadora/detective amadora da ficção policial clássica. Alia a paixão pela literatura policial a uma curiosidade sem limites. É dotada de uma inteligência arguta e a sorte bate-lhe à porta com alguma frequência, porque as situações em que se deixa envolver parecem a “autênticos enigmas policiais”.

A Tia Laurinda, sem quaisquer meios técnicos ao dispor, está até um passo à frente da polícia nesta investigação criminal.

O conhecimento que tem sobre as vizinhas é fruto de uma ligação antiga à vítima e da relação de proximidade. Laurinda está a par da fortuna, das discussões, das dívidas, dos vícios, das dificuldades, enfim, de todos os esqueletos no armário de quem mora mesmo ali ao lado. Conhece as pessoas e o espaço e sabe até que, como cada uma das filhas tem o seu próprio quarto, as entradas e saídas podem passar despercebidas.

Depois, Laurinda serve-se da sua aguda perspicácia para registar mentalmente todos os elementos do local do crime que lhe parecem relevantes, e usa o seu discernimento e bom senso para cruzar as pistas com as declarações das testemunhas.

Por último, pragmática e objectiva, parte para a investigação efectiva, quando se dedica à análise do telemóvel (ignorado pela polícia e num processo dedutivo, digno de Sherlock, identifica a proprietária.

A cereja em cima do bolo é dada pela afirmação de Umbelina que se recorda de um detalhe importante e a Tia Laurinda imagina de imediato o título da short story ^②:

“A Assassina Não Vestia Camisa De Noite”

^② Mantém-se o estrangeirismo por respeito às origens irlandesas da Tia Laurinda.

A MORTE DA CABELEIREIRA

Original de PAULO

Narciso Morais, maldizia a sua sorte. Depois de uma noite sossegada, quando pensava que ia para casa dormir, viera aquela chamada.

Parou em frente do bloco de apartamentos onde fora solicitada a sua presença. Ao entrar no prédio reparou que a porta da rua não fechava.

A vítima morava no 1º andar esquerdo, um apartamento T1 com algum grau de desarrumação.

O corpo estava no quarto e a causa da morte era evidente. Uma faca ao lado do corpo servira para executar a degola. Grande quantidade de sangue sujava o chão.

Duas pessoas aguardavam-no à espera de serem interrogadas. Ouviu-as isoladamente na cozinha.

- Chamo-me Manuela Rebelo e moro nesta rua, logo no início, com os meus pais. Sou cabeleireira e era colega de trabalho da Luísa. Como todas as manhãs, passei aqui para a vir buscar. Hoje cheguei mais tarde, cerca das oito e meia, pois o meu carro não pegava.

Estranhei ela não estar à minha espera e como a campainha da rua está avariada subi. Ao chegar à porta, vi o Arnaldo a sair com sangue na roupa e nas mãos. Ficou assustado ao ver-me, disse que a Luísa estava morta e que ia chamar a polícia. O Arnaldo é o namorado da Luísa, embora ela estivesse a pensar acabar com tudo. Disse-me que ele era violento e que andava a pedir-lhe dinheiro. Sei que por vezes ele passava cá a noite.

Entrei e vi isto. Pouco depois o Arnaldo voltou com a polícia.

Narciso Morais disse que, para já, não tinha mais perguntas a fazer. Mandou sair Luísa e chamou o Arnaldo.

– O meu nome é Arnaldo Moura e trabalho num café aqui em Lisboa, embora more em Almada. Moro sozinho. Saí de casa eram sete horas e apanhei o autocarro para Lisboa. Embora o meu turno só comece às dez horas, vim mais cedo para falar com a Luísa, que andava bastante preocupada. Tinha recebido telefonemas do ex-namorado, um tal Luís Almeida, que lhe não tinham agradado. Cheguei aqui eram quase oito e meia. Subi e vi que a porta estava aberta, o que achei estranho. Eu conhecia bem os hábitos dela e sei que jamais deixaria a porta aberta. Entrei e já sabe que a vi no quarto. Peguei-lhe para ver se ainda estava viva e saí para chamar a polícia. Nas escadas encontrei a Manuela, que me pareceu

um pouco irritada ou nervosa. Não sei bem explicar.

Narciso Morais mandou-o sair.

Viu as horas. Dez e meia. Devia estar a dormir e ainda estava a trabalhar, mas já que tinha começado também queria acabar. Dirigiu-se à sala, pegou no telefone e contactou o seu chefe dizendo-lhe que tinha perdido o sono e que ia continuar a tratar do caso durante o resto do dia.

O médico legista informou-o que a morte ocorrera já depois das oito. Mais pormenores, só depois da autópsia.

Chamou novamente Manuela e Arnaldo de forma a obter alguns elementos que achou necessário possuir para prosseguir a investigação.

Em casa dos pais de Manuela estes referiram ter a filha saído de casa às oito horas ou talvez um pouco depois.

No local de trabalho de Manuela e Luísa disseram-lhe que tinha havido uns mexericos acerca de roubo de namorados, mas que elas nunca tinham demonstrado qualquer tipo de inimizade.

Na sede da Judiciária verificou que Arnaldo e Luís possuíam cadastro. O primeiro fora condenado duas vezes por agressão. O segundo fora apanhado na posse de droga mas não fora provado que fosse traficante. Apenas consumidor.

No local de trabalho de Arnaldo Moura o patrão referiu que nunca tivera qualquer problema com ele. Por vezes chegava um pouco atrasado e cheio de sono, mas nada de muito grave que afetasse o serviço.

Chegou a casa de Luís passava das duas da tarde. Luís vivia com os pais e quem lhe abriu a porta foi a mãe. O filho estava a dormir e Narciso Morais teve que esperar alguns minutos até que um jovem ensonado lhe aparecesse à frente.

Quando soube o motivo da visita ficou baralhado e durante alguns momentos não conseguiu exprimir qualquer ideia. Quando finalmente acalmou, disse:

– Não é possível! Ainda há dois dias lhe telefonei. Tivemos um caso, mas a amiga dela, a Manuela, estragou tudo. Ofereceu-se e eu aproveitei. A Luísa soube e acabou tudo. Devia era ter-se zangado com a Manuela. Mas zangou-se comigo. As duas continuaram amigas.

– A última vez que a vi foi há dois meses, no Terreiro do Paço, no concerto de comemoração dos vinte anos do 25 de Abril. Já tínhamos terminado tudo, mas eu continuo a gostar dela e ultimamente telefonei-lhe algumas vezes para tentar recomeçar.

– Passei esta noite no Porto. Todos os anos vou lá passar a noite de S. João. Fui sozinho. Já de manhã apanhei o comboio e cheguei a casa pouco antes da uma hora. Agora estava a recuperar o sono. Como

estou desempregado tenho todo o tempo do mundo para mim.

Narciso Morais abandonou a casa de Luís Almeida, tendo já uma ideia precisa do que teria acontecido

Tal como Narciso Morais também o leitor não tem dúvidas.

Das hipóteses seguintes, indique a que considera correta.

Narciso Morais acredita que...

A – Manuela é a criminosa;

B – Arnaldo matou a namorada;

C – Luís é o criminoso;

D – Nenhum dos três cometeu o crime.

Policiário nº 1149 – Público de 11 de Agosto de 2013

SOLUÇÃO

A hipótese certa é a B – Arnaldo matou a namorada

1. Para chegar a esta conclusão contribuem três pormenores que mostram que Arnaldo mentiu.

a) Se ele conhecia bem os hábitos da vítima, sabia que esta saía de casa um pouco antes das oito e meia. Não se compreende que fosse a essa hora que ele lá chegasse para falar com ela, correndo até o risco de já não a encontrar.

b) É incompreensível que ele saísse de casa para chamar a polícia quando tinha um telefone à mão. Seria mais fácil, telefonar. Arnaldo ia a fugir após ter cometido o crime, e ao ser apanhado por Manuela improvisou uma história.

c) Finalmente, temos que localizar a história no tempo. Vinte anos depois do 25 de Abril, remete para o ano de 1994, e o dia a seguir à noite de S. João é o próprio dia de S. João, 24 de Junho. Nesse dia houve o bloqueio da ponte sobre o rio Tejo, a partir das 6 horas e 55 minutos, como se pode ler na imprensa da época, e à hora a que Arnaldo diz que apanhou o autocarro já este não poderia passar na ponte. Logo, Arnaldo não dormiu em casa nessa noite.

2. Arnaldo terá ficado em casa de Luísa e de manhã, por motivo de qualquer discussão, provavelmente dinheiro, matou-a. Ao tentar fugir, encontrou Manuela e o resto já é conhecido.

3. Quanto a Manuela, o tempo que demorou de sua casa até à casa da amiga, pode ser explicado pela avaria no carro. Não havendo nada que prove o contrário podemos acreditar na sua história.

4. No que se refere a Luís Almeida nada indica que ele possa estar a mentir.

Policiário nº 1159 – Público de 20 de Outubro de 2013

CAMPEONATO NACIONAL E TAÇA DE PORTUGAL 2013

PROVA Nº 8

PARTE I

O ÚLTIMO CASO DO INSPECTOR TRINDADE

Original de RIP KIRBY

PARTE II

MISTÉRIO NA PRAIA

Original de RIP KIRBY

O ÚLTIMO CASO DO INSPECTOR TRINDADE

Original de RIP KIRBY

O Insp. Trindade atendeu o telemóvel. Escutou, respondeu. Mandem a brigada, já lá vou, desligou dizendo para mim: acabou o recreio, mataram o Meneguci.

Vicktório Meneguci veio para Portugal em 1960. Em Itália era desenhador, no nosso país enveredou pela moda. Opção acertada, não muitos anos após já existiam os ateliês “Império da Moda”, onde a elite se acotovelava. O ateliê ocupa um quarteirão, forma um cubo de faces revestidas de espelhos. A meio das arestas há uma larga porta recolhida da face do edifício, formando nichos. Numa das paredes de cada nicho, há janelas para o exterior e interior, localizando-se aí o gabinete dos vigilantes. Na outra há cabines telefónicas para uso dos clientes. No interior a partir das portas, formados por vitrinas, partiam largos corredores, cortados por outros, que se estendiam até à porta oposta.

A crescente fortuna levaram-no a chamar para Portugal Giovanni, seu sobrinho e herdeiro para, no futuro, o substituir na direção do negócio. Um letreiro indicava; “SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS”. Trindade empurrou a porta e entramos num gabinete, uma jovem indicou-nos onde estava o sargento. Entramos na Sala de Espera. Silveira, e um individuo, de aspeto requintado, conversavam. Silveira dirigiu-se nos dizendo: “Todas as portas escadas e elevadores estão vigiados”. Muito bem respondeu o Insp. e lançando um olhar ao janota fez um sinal que o sargento entendeu e apresentou-os.

Giovanni teria 1,75m o rosto bem barbeado tinha um tom azulado. Trajava com requinte.

Frente à porta por onde entramos havia outras duas, envidraçadas em cujos vidros, gravados o nome de Vicktório na porta da esquerda. Na outra o nome de Giovanni. Silveira levou-nos ao gabinete de Vicktório.

O Insp. Olhou o corpo que se encontrava estendido no chão. Um cinto de seda azul, fortemente amarrado no pescoço, rosto arroxeadado, olhos esbugalhados e a língua exageradamente saindo da boca eram os sinais de qual a morte.

O Insp, dirigiu-se a uma porta frente àquela por onde entráramos. Dava para um corredor que comunicava com o exterior. Ali havia um vigilante da empresa e um agente da PJ. Era a entrada do pessoal superior. Outra porta semelhante à de Vicktório dá acesso ao gabinete de Giovanni. Voltamos para o gabinete da vítima, o corpo já tinha sido levado. Na parede da direita, vindo da sala de espera,

há uma porta. Silveira apontou-a: Há ali um corredor ao fundo do qual há outra porta que dá para o gabinete de Giovanni. De cada lado desse corredor há um banheiro e um quarto de vestir. Esta porta estava fechada com chave que estava na mesa da vítima. A porta do lado oposto está fechada pelo lado do corredor.

O chão do banheiro de Victório está molhado e no lixo há lenços de papel, manchados de vermelho. O guarda-roupa de Giovanni está repleto de fatos. No chão junto deste está uma toalha de banho usada. As únicas impressões digitais encontradas foram as da vítima.

O médico legista afirma que a morte ocorrera, aproximadamente, uma hora antes do alarme.

Silveira passou umas folhas a Trindade: O resultado dos interrogatórios que Trindade foi lendo e passando-as para mim. Giovanni encontrou o corpo, quando chegou ao escritório às 11 horas, informação confirmada pelo vigilante, e encontrou o tio naquele estado. Telefonou para a polícia. O mesmo vigilante afirmou que o patrão havia entrado às 10h.

Clarisse, a secretária chegou às 9 horas, confirmado no cartão de ponto. Pouco depois chegou uma jovem pedindo uma entrevista com Victório. Trazia um cartão de Giovanni mandou-a para a sala de espera. Esta declaração foi confirmada pelo porteiro do lado Sul que viu entrar a jovem tendo acrescentado que ela mal se equilibrava nos saltos dos sapatos. O patrão costumava chegar às 10 e nessa altura tocava uma campainha, o que não aconteceu nesse dia, para ela lhe ir dar conta do serviço. A jovem visitante era mais alta do que o normal em mulheres e envergava um vestido azul. Sem ser feia tinha umas feições grosseiras e nem o pó que lhe cobria o rosto disfarçava o tom escuro da pele. Às 11h02m foi chamada pelo porteiro da porta nascente para atender uma chamada nos telefones para serviço dos clientes. As chamadas para ali não eram transferidas para o escritório. Não estava ninguém no outro lado. O porteiro confirmou estas declarações e afirmou que a chamada era de um homem. Às 11h04m o porteiro do lado poente atendeu uma chamada de um homem que não se identificou. A ligação era péssima, havia muito barulho, não entendeu o que ele dizia. Todos os porteiros negaram ter visto a mulher de Azul sair do edifício e esta não foi encontrada no seu interior. Giovanni negou ter dado o seu cartão a qualquer mulher, mas os peritos concluíram que a letra era a dele. Neste cartão que havia ficado com Clarisse foram encontradas apenas as impressões desta e de Giovanni. Não muito longe do ateliê encontraram um vestido novo, azul, da marca Meneguci e uns sapatos.

Quem ajuda o Insp. Trindade no último caso da sua carreira?

Policário nº 1152 – Público de 1 de Setembro de 2013

SOLUÇÃO

Apesar da sua extensão a solução deste problema não oferece dificuldades por aí além.

Segundo Clarisse, a secretária rececionista de Vicktório Meneguci declarou que logo após a sua chegada ao trabalho apresentou-se ali uma jovem, usando um vestido azul, pedindo uma entrevista com Vicktório e para isso trazia um cartão de Geovani Meneguci.

Clarisse reparou que embora a jovem não fosse feia de todo apresentava umas feições grosseiras e no rosto, apesar do pó que o cobria, notava-se o tom escuro da pele.

Este pormenor faz-nos suspeitar de que a jovem era afinal um homem. O tom escuro da pele seria devido à barba muito cerrada.

Geovani apesar dos peritos afirmarem que a letra era a dele negou ter dado algum cartão seu a uma mulher. No entanto só as suas impressões digitais estavam presentes neste. Este pormenor mais à frente veremos qual a sua importância.

Pelas declarações de Clarisse sabemos que essa jovem era mais alta do que é normal em mulheres e o porteiro que a viu entrar reparou que ela mal se equilibrava nos saltos dos sapatos o que frequentemente acontece com homens que não estão acostumados a usa-los.

Este pormenor embora pareça importante, e deva ser mencionado, não tem a importância que parece, há mulheres que não sabem andar com sapatos de salto alto. A Margarida Pinto Correia é uma delas.

Isto pode levar-nos à conclusão de que Geovani facilitou a entrada de um desconhecido nas instalações da administração para liquidar o tio.

Contudo os cúmplices são sempre perigosos pelo que Geovani resolveu ser ele próprio a executar o seu plano e nesta conformidade apresentou-se na empresa, vestido de mulher, logo que Clarisse chegou entregou-lhe o seu cartão de apresentação. Em presença do cartão a jovem secretária mandou que aquele que ela pensava ser uma jovem entrasse para a sala de espera.

Uma vez aqui Geovani entrou no seu gabinete e pelo corredor que comunicava com o gabinete do tio dirigiu-se para o quarto de banho deste tendo antes fechado a porta do corredor pelo lado de dentro. Um erro que o incrimina.

Tratou de limpar o batom dos lábios e as sombras dos olhos, daí os lenços de papel manchados de vermelho. Depois tomou um banho no quarto de banho do tio para tirar os restos de pintura e eliminar os vestígios do perfume que eventualmente teria usado e de seguida foi ao seu quarto vestir-se com os seus trajes habituais. Mas teve um descuido, deixou ali a toalha de que se servira. Antes limpou todos

os lugares onde poderia ter deixado as suas impressões no banheiro do tio.

Feito isto sentou-se no escritório do tio e esperou a chegada deste que não se teria feito esperar. Logo que Vicktório chegou não lhe deu tempo a tocar a campainha para chamar a secretária. Passou-lhe pelo pescoço e apertou até estrangula-lo, o cinto de seda azul que pertencia ao vestido que tinha usado para se disfarçar. Ele era bastante mais forte e novo do que o tio pelo que isso não foi tarefa difícil.

Após isto ligou pelo telemóvel para uma das cabines de telefones para serviço dos clientes e pediu para chamarem Clarisse. Como as chamadas para aqueles telefones não podiam ser transferidas para o escritório Clarisse teve que se deslocar até à portaria do lado nascente, mas afinal não havia ninguém no outro lado e ela voltou para o seu posto,

Entretanto Giovani aproveitou a ausência da jovem para sair da sala de espera e dirigiu-se para um dos corredores do lado poente e aqui usando novamente o telemóvel ligou para as cabines obrigando o porteiro a deslocar-se ali para atender o telefone.

Não se identificou e como o ruído era intenso isso não permitiu que o vigilante lhe reconhecesse a voz. Quando o vigilante foi atender o telefone ele aproveitou e escapuliu-se. Meteu-se no carro que precisamente havia deixado ali a jeito e deu uma ou duas voltas ao quarteirão até às 11 horas quando entrou pela porta do corredor que dava acesso ao escritório o que foi testemunhado pelo vigilante. Entretanto já se havia desfeito do vestido azul e dos sapatos que usara.

Entrou no gabinete do tio e deu o alarme.

E assim está desfeito o rolo armado por Geovani Meneguci.

Policiário nº 1160 – Público de 27 de Outubro de 2013

MELHOR SOLUÇÃO

Autor: CUSTÓDIO MATARRATOS

Em traços largos, podemos considerar que este texto desafia a descobrir quem matou a personagem Vicktório Meneguci, que jazia no chão do gabinete do seu Ateliê em Lisboa, logo pela manhã, com um cinto de seda azul fortemente amarrado no pescoço.

O que sabemos sobre o local em que ocorreu o acontecimento?

Segundo o texto, tratava-se de um ateliê. Ateliê é a forma aportuguesada do francês atelier, que pode ter o significado de local de trabalho de um artista e traduzir-se por estúdio ou por local de trabalho de um artesão, traduzindo-se, neste caso, por oficina. Pode ainda este termo ser aplicado com o sentido de aula ou curso prático sobre uma actividade ou um assunto específico (ex.: ateliê de escrita, ateliê de fotografia) e, neste caso, tem igualmente o significado de oficina, veja-se, p.ex., o dicionário Priberam. Hoje em dia, não parece haver um critério muito rigoroso para classificar certas casa comerciais, e o termo ateliê tanto aparece referindo-se a microempresas, como ateliês de costura, a outras de maior dimensão, como seja, por exemplo, ateliês como o de Fátima Lopes, veja-se, p. ex.. a sua entrevista que pode ser lida no site que segue

<http://www.mulherportuguesa.com/pessoas/entrevistas/item/13540-entrevista-com-a-estilista-fatima-lopes> e na qual parece evidente que o atelier é o seu local de produção das peças que depois vende em diversas lojas. O mesmo poderemos dizer do ateliê de Gianni Versace: (https://maps.google.pt/maps?expflags=enable_star_based_justifications:true&ie=UTF8&cid=2700516759676307775&q=North+Point+Mall&iwloc=A&gl=PT&hl=en)

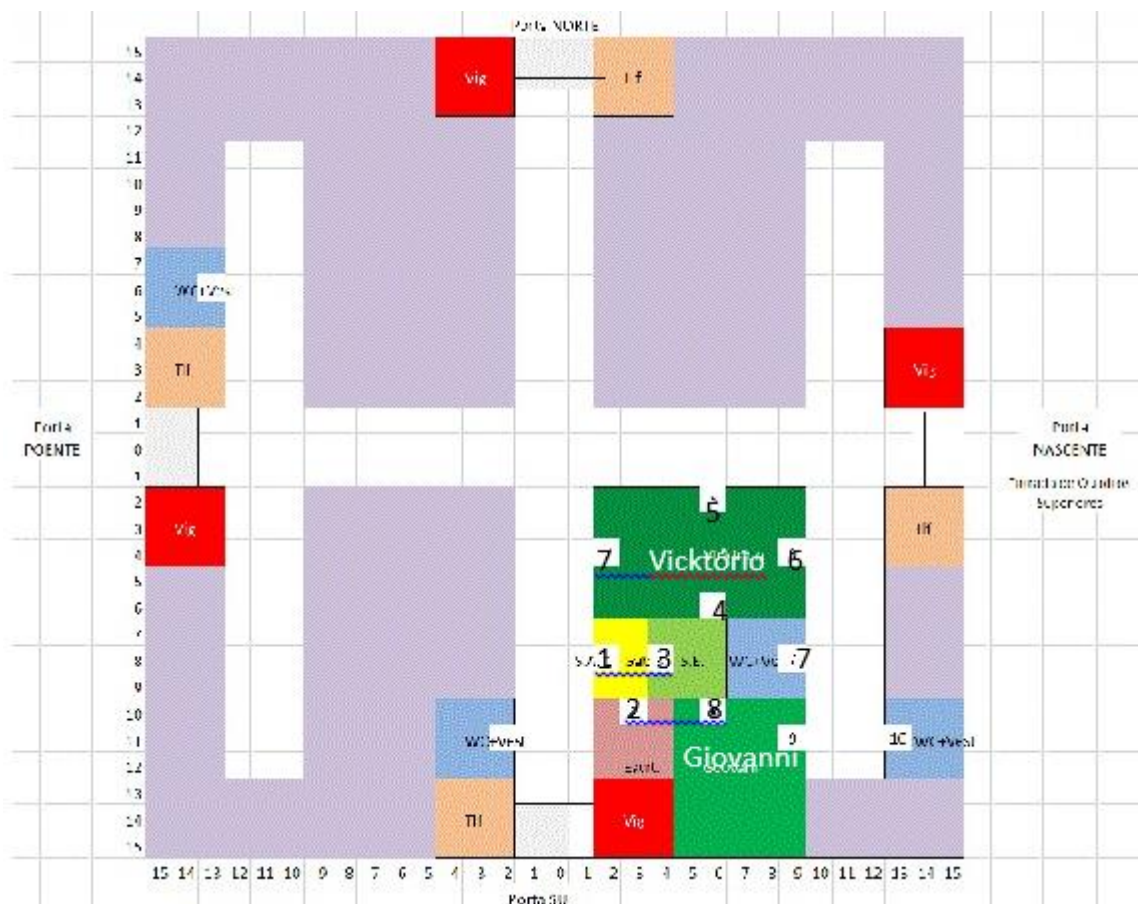
em Milão, de onde saem as suas preciosas obras em diversas áreas da moda, do vestuário à joalharia, para serem comercializadas nas mais selectas lojas de várias metrópoles mundiais.

Veja-se, p.ex., <http://www.versace.com/en/atelier/video>.

No caso em apreço, não está muito claro o sentido em que é utilizada esta designação, pois o texto informa-nos que “Vicktório Meneguci veio para Portugal em 1960. Em Itália era desenhador, no nosso país enveredou pela moda. Opção acertada, não muitos anos após já existiam os ateliês “Império da Moda”, onde a elite se acotovelava”. Mais à frente o texto refere que o ateliê em que ocorreu a estória “ocupava um quarteirão e tinha cabines telefónicas para uso dos clientes”. Ora, isto dá a ideia de que o

edifício em causa, para além de ser um ateliê propriamente dito, teria lojas onde os clientes poderiam comprar os diversos artigos de moda da produção Menegucci.

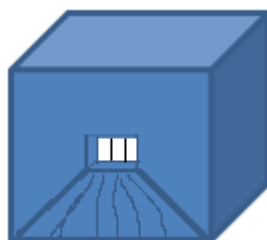
Tendo em conta a descrição do exterior e interior do edifício, tratar-se-ia de um espaço imponente. O Ateliê ocupava um quarteirão. Um quarteirão é um espaço urbano delimitado por ruas ou avenidas. Embora a sua dimensão possa ser muito variável, neste caso ocuparia, certamente, um espaço assinalável, o que se torna evidente tendo em conta a descrição da zona em que decorrem os principais momentos da acção. No interior, a partir das portas, formados por vitrines, partiam largos corredores, cortados por outros, que se estendiam até à porta oposta. Os Serviços Administrativos (S.A.) incluíam um Gabinete de Entrada (amarelo), uma Sala de Espera (verde), um Escritório (Roxo), um Gabinete de Vicktório Menegucci, um Gabinete de Giovanni deste, mais um corredor e, de cada lado desse corredor, havia um banheiro e um quarto de vestir (azul). Havia, ainda, espaços para escadas e para elevadores,



os já referidos espaços telefónicos para clientes, os gabinetes para vigilantes e ainda os espaços para as entradas. Para incluir todos estes elementos, teríamos, certamente, um piso com uma planta, no mínimo, com a dimensão aproximado ao representado no esboço anterior. Isto daria mais de 30 metros de frente e 30 metros de fundo, e já que o edifício tinha a forma cúbica, teria também, no mínimo, 30 metros de altura, ou seja, seria um edifício de enorme envergadura. Tão elevado pé-direito, a presença de escadas e elevadores mostram que o edifício teria vários pisos e, tratando-se de um quarteirão, seria rodeado por 4 ruas para onde dava directamente.

Este esboço não pretende reproduzir exactamente a planta do piso que comunica com o exterior, até porque isso seria impossível com a escassez dos dados que o texto fornece, além de haver outras possibilidades de dispor alguns dos elementos. No entanto, julgamos que esta disposição respeita perfeitamente as informações disponibilizada e permite visualizar melhor no seu conjunto os locais e os movimentos das personagens no desenrolar da acção no interior do edifício.

O texto refere que a meio das arestas há uma larga porta recolhida da face do edifício, formando nichos. Ora, o meio da aresta é o ponto em que a mediana do quadrado (segmento partindo do seu centro) encontra essa aresta (lado do quadrado), o que levaria a ter os nichos e as portas muito elevadas em relação ao piso da rua, o que neste volumoso edifício não faria muito sentido. Cada face, seria qualquer coisa como:



Nível da rua

Por isso, julgamos que o texto quererá antes dizer que o meio da base de cada porta está a meio da aresta da base do cubo ou seja as portas seriam centrais mas recolhidas da face, formando nichos. Numa das paredes de cada nicho, há janelas para o exterior e interior, localizando-se aí o gabinete dos vigilantes (vermelho) e, na outra, há cabines telefónicas (lilás) para uso dos clientes. No interior a partir das portas, formados por vitrines, partiam largos corredores, cortados por outros, que se estendiam até à porta oposta, e foi tudo isso que considerámos no esboço. Deve referir-se que a certo ponto o texto

refere que o Insp, dirigiu-se a uma porta que “dava para um corredor que comunicava com o exterior”, daí termos que concluir que os Serviços Administrativos onde decorreram as acções principais se situava no piso de comunicação com o exterior e é esse piso que o esboço representa e interessa considerar neste caso.

Quando terão ocorrido estes acontecimentos?

O texto não nos informa disso. No entanto, como se refere que “o Insp. Trindade atendeu o telemóvel”, tendo em conta que este nome foi registado pela TMN logo depois da sua criação, em Março de 1991, (<http://tmn.blogs.sapo.pt/146693.html>) e no ano seguinte procedeu ao lançamento comercial da rede digital, (é curioso recordar o primeiro anúncio dos telemóveis em Portugal http://www.youtube.com/watch?v=CA5TeNe_Rjc), a acção ter-se-á passado num “certo” ano depois desse acontecimento, certamente no Verão, tendo em conta que alguém parece ter-se vestido de seda. O título “O último caso do Inspector Trindade” também não ajuda a esclarecer, pois não sabemos se é um caso recente e, portanto, o último, porque ainda não houve outro mais recente ou se foi um caso antigo e o último por o Inspector Trindade não estar disposto a tratar de mais nenhum. Confesso que não conheço o Inspector Trindade nem os casos que terá tratado nem quando isso aconteceu, no Policiário, entenda-se.

O que nos diz a cena do crime?

- O corpo de Vicktório encontrava-se estendido no chão do seu gabinete;
- tinha um cinto de seda azul, fortemente amarrado no pescoço (julgamos que isto quer dizer como se fosse um laço ou garrote apertado);
- o seu rosto estava arroxado,
- os olhos estavam esbugalhados.
- e a língua saía exageradamente da boca
- o gabinete tinha 4 portas: uma (4, no esboço) comunicava com a sala de espera (“frente à porta por onde entramos havia outras duas, envidraçadas em cujos vidros, gravados o nome de Vicktório na porta da esquerda.”), em frente a esta, outra (5) ligava ao corredor de entrada/saída para a rua (“O Insp, dirigiu-se a uma porta frente àquela por onde entráramos. Dava para um corredor que comunicava com o exterior.”), outra (6) comunicava para um corredor onde existiam duas casas de banho/vestiário (“Na parede da direita, vindo da sala de espera, há uma porta. Silveira apontou-a: Há ali um corredor ao fundo do qual há outra porta que dá para o gabinete de Giovanni”) e outra (7), ainda, ficava oposta a esta e

dava para um corredor (“Esta porta (a 6) estava fechada com chave que estava (estava quando?) na mesa da vítima. A porta do lado oposto (a 7, portanto) está fechada pelo lado do corredor” (quando? e como? Ou seja, quando é que esta constatação foi feita? e estava a chave na fechadura ou era uma fechadura especial que permitia distinguir de que lado se encontrava fechada?).

-a porta 6 estava “fechada com chave que estava na mesa da vítima por dentro” (estava (!) quer dizer quando a polícia lá foi?)

-a porta 7 “porta do lado oposto está fechada pelo lado do corredor”. (está (!) naquele momento. E como estavam a 6 e 7 anteriormente?

-quanto às portas 4 e 5 é difícil de perceber, porque não há uma afirmação perentória que o indique. A porta 4 estaria aberta quando entraram para a sala de espera (“Frente à porta por onde entramos havia outras duas”) e a porta 5 estaria aberta também (“O Insp, dirigiu-se a uma porta (5) frente àquela (4) por onde entráramos. Dava para um corredor que comunicava com o exterior. Ali havia um vigilante da empresa e um agente da PJ. Era a entrada do pessoal superior. Voltamos para o gabinete da vítima, o corpo já tinha sido levado.” Isto mostra que saíram e voltaram a entrar pela mesma porta, a 5 do esboço). Mas, na ausência de um relatório estruturado, com a informação disponibilizada, é impossível saber como estavam as portas no momento em que a polícia começou a trabalhar no local e se estava garantido que não tinha havido alterações até ela começar esse trabalho.

Na realidade, nada é dito sobre como costumavam ficar as portas no fim do dia, se no trinco ou fechadas à chave, e se no dia seguinte eram abertas habitual e especificamente por alguém. Assim, o que nos poderá indicar o modo como nos dizem que elas estão depois do crime ter acontecido e garantir que ninguém alterou a sua situação até o crime ter sido descoberto? Com boa vontade, poder-se-á admitir, mas pouco.

A que se terá devido a morte de Victório?

O rosto arroxeadado, os olhos esbugalhados e a língua saindo exageradamente da boca são sinais evidente de morte por asfixia. O estrangulamento é uma asfixia mecânica em que ocorre uma constricção do pescoço, que causa dificuldade à livre entrada de ar no aparelho respiratório, feita por meio de um laço (ou similar) accionado pela força muscular da própria vítima ou de um estranho. Normalmente não há suspensão do corpo da vítima, mas ela pode ocorrer se houver uma desproporção física enorme entre a vítima e o agressor. O facto de o corpo de Victório ter um laço fortemente amarrado no pescoço, como um garrote, é uma característica comum em casos de estrangulamento.

Há vários tipos de estrangulamento entre os quais se inclui o feito com laço, como o caso presente,

e o feito por garrote, (garrotamento), p. ex., e o feito com as mãos (esganamento). Veja-se p. ex.: <http://forensicpathologyonline.com/e-book/asphyxia/ligature-strangulation>.

Em qualquer dos casos, os mecanismos de morte traduz-se no impedimento da penetração do ar nas vias respiratórias, num bloqueio da circulação sanguínea, devido a compressão dos grandes vasos do pescoço que conduzem para o cérebro, ou num mecanismo reflexo por inibição do vago. Normalmente, diferentes mecanismos expressam-se em sinais diferentes, pelo que é muito importante a observação do cadáver para determinar o mecanismo da morte, tanto mais que isso permite obter informações que podem ser úteis no sentido de esclarecer o que efectivamente ocorreu e, assim, facilitar a identificação do agressor.

Nos casos de estrangulamento, para além dos sinais no rosto, olhos e língua referidos no texto e já aqui tratados, é fundamental, entre outros, a análise do vinco deixado pelo laço <http://www.corpus-delicti.com/ligature.html>, nomeadamente, quanto ao tipo de sulco: se é único, duplo, múltiplo, completo, incompleto, pois isso pode fornecer informações úteis para compreender o que ocorreu e chegar ao agressor. Interessa, também, recolher os objectos na periferia do cadáver, analisar a sua integridade e disposição, verificar se o corpo apresenta ou não sinais de ter havido violência, como a existência de lesões de defesa da vítima nas mãos e antebraços, p.ex., ou a existência ou não de outros ferimentos, registar onde se localizam e de que tipo são os sinais de arrastamento do corpo, se os houver, e importa sobretudo preservar, colher e enviar com o cadáver, o laço, se possível no pescoço na posição em que foi encontrado, e todos os vestígios que pareçam estar relacionados com o caso, nomeadamente os que foram encontrados no cadáver, pois cabelos, saliva ou outros elementos com origem estranha à vítima podem ajudar a identificar o agressor.

Infelizmente, no caso concreto deste desafio, o texto não fornece outras indicações para além de que o corpo estava estendido no chão do seu gabinete com os referidos sinais no rosto, pelo que teremos de admitir que se tratou de um estrangulamento “perfeito”, e face à violência manifestada pela fâcias da vítima, provavelmente, a morte de Vicktório teve um pouco de cada um dos mecanismos referidos!

De que maneira se deu a morte de Vicktório?

Com se sabe, podemos classificar em quatro categorias a maneira como ocorre uma morte: morte por causa natural, por acidente, suicídio ou homicídio.

Na maior parte dos casos de estrangulamento trata-se de homicídios, mas também pode ocorrer em casos de acidente ou suicídio, veja-se p.ex. a análise de três casos raros em

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19901818>.

Analizados vários casos, foram registadas algumas diferenças pós morte em resultado de estrangulamentos suicidas e homicidas, veja-se p. ex. <http://www.fsijournal.org/article/S0379-0738%2803%2900279-2/fulltext>.

Neste desafio, como já referimos, os sinais faciais mostram que foi exercida grande violência sobre a vítima. O facto de não haver qualquer referência a sinais de arrastamento do corpo, agressões, presença de vestígios biológicos, como cabelos sangue ou saliva, p.ex., com origem estranha à vítima, leva a supor que ela foi apanhada de surpresa e nada fez para se defender. O facto de estar deitado no chão, ter o laço apertado no pescoço e não haver sinais de remexida, por exemplo, da sua cadeira, leva a supor que a vítima se encontraria de pé e que o agressor seria mais corpulento e, talvez, o tenha atacado por trás de forma tão rápida e violenta que Victório não teve a mínima hipótese de se defender. Normalmente, nestas situações, o desmaio acontece rapidamente e, se a compressão prossegue, a morte acaba por ocorrer passados cerca de 4 a 5 minutos. Assim, face à informação disponibilizada, o mais provável é que neste caso tenha ocorrido um homicídio.

Quando é que a morte ocorreu?

Segundo a polícia, presume-se que conhecendo o resultado da necrópsia, o falecimento teria ocorrido pouco passava das 10h, já que a indicação do médico aponta para que tivesse acontecido, aproximadamente, uma hora antes de o corpo ter sido encontrado, e isso aconteceu um pouco depois das 11h por Giovanni, cuja entrada no escritório foi assinalada como sendo às 11h.

Quem era o Victório?

O texto refere que Victório Meneguci veio para Portugal em 1960 e que em Itália era desenhador, mas não esclarece se ele era italiano. Uma pesquisa na “net” directamente em “sites” de genealogia em Itália não dá qualquer informação sobre a história desta família naquele país, embora refira a presença deste apelido em algumas cidades em particular Veneza, mas mostra que o apelido Menegucci está presente na América Latina (mas também existe o Meneguzzi e o Meneguci) e atribuem-lhe origem italiana. Também ficámos a saber que Victório mandou vir Giovanni, seu sobrinho e herdeiro para, no futuro, o substituir na direcção do negócio, mas também não nos diz qual a sua nacionalidade, pelo que não podemos esclarecer com rigor este aspecto (veja-se p. ex. Policiário 1065: “... passo por uma rua e vejo um homem caído no passeio. Instintivamente me pergunto: porque é que este homem caiu aqui? Já aqui vai um erro de raciocínio e, portanto, uma possibilidade de erro de facto. Eu não vi o homem cair

ali. Vi-o já caído. Não é, portanto, um facto para mim que o homem caísse ali. O que é um facto para mim é que ele está caído ali...”). Pois... veio em 1960 e em Itália era desenhador.

O que mais se descobriu susceptível de poder ter ligação ao crime?

O texto refere que: “O chão do banheiro de Vicktório está molhado e no lixo há lenços de papel, manchados de vermelho. O guarda roupa de Giovanni está repleto de fatos. No chão junto deste está uma toalha de banho usada. “As únicas impressões digitais encontradas foram as da vítima.”

Na descrição do Ateliê, é referido que, de cada lado do corredor ao fundo do qual há uma porta que dá para o gabinete de Giovanni, “há um banheiro e um quarto de vestir”, mas não esclarece se seriam espaços privados ou de acesso permitido a funcionários e clientes. Face à referência ao “chão do banheiro de Vicktório” e ao “guarda roupa de Giovanni”, interrogamo-nos se é a estes espaços que o texto se está a referir. Achamos que há aqui demasiada ambiguidade no texto, mas na ausência de outras referências vamos admitir que um dos banheiros e um quarto de vestir seriam de uso exclusivo de Vicktório e o outro conjunto seria para uso exclusivo de Giovanni.

O chão do banheiro de Vicktório estava molhado. No contexto em que a palavra banheiro é usada, ela corresponde à forma como o português brasileiro se refere às instalações sanitárias ou casa de banho do português europeu, também conhecidas como toalete (ou toilette), lavabo, ou WC. Banheiro pode também significar banheira, mas em português brasileiro banheira é mesmo banheira, por lá há banheiros com e sem banheira, como se pode ver p.ex. em:

<http://casa.abril.com.br/topicos/banheiros/todos/topicos/banheiras>.

O que pode ter de relevante para o caso o facto do chão do banheiro de Vicktório estar molhado? Nada a, meu ver, pois há demasiadas razões para o chão de um WC estar molhado, desde os salpicos da torneira quando vamos lavar as mãos (sabemos que Vicktório entrou às 10h, mas não sabemos mais nada dos seus movimentos até ser encontrado morto, quem sabe se não lavou as mãos antes de morrer) até à empregada que poderia ter acabado de lavar o chão há pouco tempo e ele ainda não ter tido tempo de enxugar, e o texto não permite relacionar directamente este facto com passagens ou pessoa do caso.

“No lixo há lenços de papel, manchados de vermelho”. É natural nas casas de banho haver lenços de papel no lixo. O facto de sabermos que estavam manchados de vermelho nada adianta para o caso. Vermelho poderia ser o pó para as tintas, o pastel e as próprias tintas dos designers, é claro que também pode ser o sangue de uma ferida que se faz ao barbear (é um razoável hemostático), como pode ser outras coisas, por isso esta informação sobre os lenços de papel nada adianta para o caso.

Quanto ao guarda roupa de Giovanni estar repleto de fatos, é aceitável que seja uma referência ao guarda roupa do seu quarto de vestir no Ateliê, mas nada acrescenta quanto ao caso, pois repleto significa cheio, muito cheio ou mesmo abarrotado, o que neste caso poderia até significar que não cabia lá mais nenhum ou seja não faltava lá qualquer fato nem mesmo aquele que ele trazia vestido.

No chão junto deste (guarda-fato) está uma toalha de banho usada. Ora, também esta afirmação nada acrescenta para resolução do caso, já que uma toalha usada não é mais do que isso: uma toalha usada, ou seja, e se quisermos ser um pouco mais “miudinhos”, que não foi lavada depois da última utilização, tenha essa utilização sido feita há muito ou há pouco tempo, dentro de um período razoável de tempo, já se vê, pois de outra maneira, de tão velha já não se saberia se era usada ou se nunca tinha chegado a ser estreada.

O parágrafo termina com a afirmação de que “As únicas impressões digitais encontradas foram as da vítima”. Dado que esta afirmação vem no fim, isso implica que as impressões digitais de Vicktório existiriam tanto nos seus espaços como nos de Giovanni, que acabamos de analisar.

Se os espaços eram privativos de cada um deles, não é surpreendente que houvesse impressões de Vicktório no seu espaço, mas já o mesmo não se pode dizer, se efectivamente as suas impressões apareceram também no espaço de Giovanni. Contudo sendo patrão, é como o outro dizia: a casa é dele... No entanto, o que parece verdadeiramente surpreendente é que não houvesse impressões digitais de Giovanni no seu espaço, já que, sem nos apercebermos, deixamos impressões digitais por todo o lado, quando estamos no nosso banheiro. Por isso, o facto de não as haver do Giovanni no seu, poderá querer dizer que ele simplesmente não o usava. Recordemos que a toalha era usada, mas não sabemos há quanto tempo nem por quem o fora a última vez.

“Não muito longe do ateliê encontraram um vestido novo, azul, da marca Meneguci e uns sapatos.”

Para além destas referências há mais uma a vestido azul (“A jovem visitante era mais alta do que o normal em mulheres e envergava um vestido azul”) e a sapatos (o porteiro do lado Sul que viu entrar a jovem tendo acrescentado que ela mal se equilibrava nos saltos dos sapatos”).

No caso do vestido da jovem, para além de ser referido que ele era de cor azul, não há quaisquer outras indicações das suas características que nos permita ter uma ideia da natureza do seu tecido, design, se era novo ou usado ou, sequer, se tinha ou não um cinto de seda. Quanto ao que foi achado, ficamos a saber que era também azul, novo e da marca Meneguci. Além disso, não são referidas quaisquer outras evidências físicas ou vestígios nele contidos, como cabelos da vítima, p. ex., que permitam relacioná-lo com o vestido envergado pela jovem que queria ser recebida pelo Vicktório, pelo que é impossível saber se era o mesmo vestido, e torna este achado sem relevância para a investigação.

Quanto aos sapatos a análise é semelhante. Também não há quaisquer referências às características dos sapatos, sejam os que a jovem calçava sejam os achados no exterior, quer quanto à cor, tamanho, a marca ou outros. Tão pouco são referidas evidências físicas ou vestígios que permitam relacionar os sapatos do exterior com os que a jovem calçava, como para o vestido. O tipo e o desenho do piso das solas é um excelente indicador, não só para comparar os sapatos entre si, como também para comparar as marcas, por vezes indeléveis que deixam no piso por onde se andou, e pelos vestígios que podem transportar. No primeiro caso, ainda se refere que “ela mal se equilibrava nos saltos dos sapatos”, o que poderá indicar que os saltos eram altos, mas relativamente à segunda referência a sapatos nem isso. Assim, também é impossível saber se estes sapatos achados eram os mesmos que a jovem calçava, pelo que estes “sapatos” não permitem caminhar para a solução do caso.

Assim, temos de concluir que estes achados, do modo como são apresentados, não constituem provas idóneas a apresentar como suporte de uma teoria sobre o que efectivamente terá acontecido. Apesar disso, e do que diz o Policiário 1065, é certo que não faz muito sentido no meio desta estória aparecerem estes dois objectos na proximidade, ainda por cima um vestido novo com a marca Meneguci, sem que tenham alguma coisa que ver com o que se passou no Ateliê, daí que seja aceitável, pelo menos como dúvida razoável e prova circunstancial de duvidoso valor forense, que o vestido e os sapatos fizessem parte da indumentária da dita jovem de azul vestida.

O que se apurou como “resultado dos interrogatórios”?

Não é claro quem foi interrogado nem a sequência seguida, mas dado o facto de o acontecimento ter ocorrido no piso de entradas e saídas do edifício, certamente que o foram todos aqueles que aí trabalhavam durante o intervalo de tempo que decorreu desde a abertura do edifício até ser instalada a vigilância em todos os possíveis pontos de acesso ou saída do piso. Como “Trindade foi lendo e passando-as para” o Insp, vamos considerar que a ordem pela qual aparecem os depoimentos segue a ordem da sequência dos interrogatórios.

Clarisse, a secretária chegou às 9 horas, confirmado no cartão de ponto, ou seja, ninguém afirmou tê-la visto entrar de maneira que teve de ser confirmado pelo cartão de ponto. Também não sabemos em que porta estava instalado o sistema de registo de entradas, pois apenas é referido que pela porta nascente entrava o pessoal superior, atributo que não é normal conferir a uma secretária, ainda por cima escrito com minúscula.

Pouco depois chegou uma jovem pedindo uma entrevista com Vicktório. Trazia um cartão de Giovanni, mandou-a para a sala de espera. Este “mandou-a” permite perceber melhor que se trata da

declaração de Clarisse.

“Esta declaração foi confirmada pelo porteiro do lado Sul que viu entrar a jovem tendo acrescentado que ela mal se equilibrava nos saltos dos sapatos”. Face à confirmação do porteiro, teremos de concluir que efectivamente alguém de azul vestido entrou no edifício e que o cartão de Giovanni que trazia foi também mostrado ao porteiro e este testemunhou que Clarisse a mandou entrar para a Sala de Espera, embora se diga apenas que ele confirmou e afirmou que a viu entrar.

Esta referência aos sapatos volta a aparecer no fim da leitura dos resultados do interrogatório quando se afirma que “Não muito longe do ateliê encontraram um vestido novo, azul, da marca Meneguci e uns sapatos”, mas não se percebe quem fez esta declaração.

É curioso verificar que na descrição do edifício havia um gabinete para vigilantes e depois aparece uma referência a porteiros e quatro a porteiro, enquanto que vigilantes tem uma referência e vigilante três. Ora, porteiro e vigilante têm conteúdos funcionais diferentes embora em alguns casos possa haver sobreposições, mas neste texto esta dicotomia sem outra explicação vem causar alguma confusão na interpretação do que efectivamente se teria passado nesta ficção.

Quanto ao cartão, é referido mais à frente do depoimento de Giovanni que “Neste cartão que havia ficado com Clarisse foram encontradas apenas as impressões desta e de Giovanni”. Ora, tratando-se de uma leitura e estando tão afastado do depoimento de Clarisse, dá a entender que ela não declarou este facto quando interrogada.

Prosseguindo o seu depoimento, Clarisse refere que “O patrão costumava chegar às 10 e nessa altura tocava uma campainha, o que não aconteceu nesse dia, para ela lhe ir dar conta do serviço”.

Acrescenta depois alguns pormenores sobre as características da pessoa que queria ser recebida por Vicktório dizendo que “A jovem visitante era mais alta do que o normal em mulheres” e “envergava um vestido azul”. “Sem ser feia tinha umas feições grosseiras” e “nem o pó que lhe cobria o rosto disfarçava o tom escuro da pele.”

Acrescentou ainda que “Às 11h02m foi chamada pelo porteiro da porta nascente para atender uma chamada nos telefones para serviço dos clientes.” “As chamadas para ali não eram transferidas para o escritório”. “Não estava ninguém no outro lado”.

“O porteiro (da porta nascente) confirmou estas declarações e afirmou que a chamada era de um homem.

“O porteiro do lado poente” disse que, “Às 11h04m atendeu uma chamada de um homem que não se identificou. A ligação era péssima, havia muito barulho, não entendeu o que ele dizia.”

O texto refere que em cada entrada havia um gabinete dos vigilantes e cabines telefónicas para uso

dos clientes. Percebe-se que as chamadas das cabines telefónicas não pudessem ser transferidas para o escritório, mas as chamadas aqui referidas levantam algumas questões, como sejam: o papel dos porteiros era atender os clientes e as chamadas feitas do exterior para os telefones das referidas cabines telefónicas? Então, o que faziam os vigilantes, vigiavam as pessoas que entravam e saiam, incluindo os porteiros? Havia telefones nos gabinetes dos vigilantes que permitiam a transferência de chamadas? Se havia, porque é que os porteiros não diziam às pessoas para telefonarem para esses telefones? Foi a chamada das 11h e 04m feita para o gabinete dos vigilantes onde também havia porteiros ou foi feita para as cabines telefónicas? Esta é uma questão relevante para se tentar perceber a razão de ser desta chamada. De qualquer maneira, há muitos anos que todas as chamadas deixam o rasto de quem as faz, pelo que num caso real a origem destas chamadas teria de ser apurada, pois o facto de terem tido origem interna ou externa ao ateliê é uma questão relevante para apuramento do que se passou. Poderemos pensar que a chamada das 11h e 04m foi feita do interior do edifício ou de um telemóvel do exterior do edifício, por o barulho ser tanto que o porteiro não ouviu o que o outro dizia, o que poderia ser relevante para a investigação, mas como não se explica que tipo de barulho era aquele nem de onde vinham estas duas chamadas, a partir delas acaba por não se poder esclarecer nada de relevante para apuramento do que se terá passado.

Todos os porteiros negaram ter visto a mulher de azul sair do edifício e esta não foi encontrada no seu interior. Então e os vigilantes, o que é que afirmaram? Bom, o texto diz que “O mesmo vigilante afirmou que o patrão havia entrado às 10h.” quando se refere ao depoimento de Giovanni, ou seja, quando refere que este afirmou que “encontrou o corpo, quando chegou ao escritório às 11 horas”, “informação confirmada pelo vigilante”, “e encontrou o tio naquele estado”. Telefonou para a polícia.

Procuremos interpretar. Giovanni afirma que chegou ao escritório às 11h e o vigilante confirmou.

Ora, o escritório era o local onde Clarisse trabalhava e, portanto o vigilante deveria querer dizer que viu Giovanni a entrar para o escritório ou seja o vigilante também estava no gabinete de entrada dos Serviços Administrativos, onde depois que “Trindade empurrou a porta (porta 1 do esboço) e entramos num gabinete, uma jovem indicou-nos onde estava o sargento” ou, então, passou no corredor e viu através da porta aberta.

Isto levanta várias questões que o texto não explica. Será que o escritório aqui quer dizer ateliê ou quer dizer gabinete de Giovanni? Em qualquer destes casos haveria aqui muita falta de rigor. Por isso, julgamos que a nossa interpretação é a mais correcta. Daí que outras questões como:

-Então, a que horas chegou Giovanni ao Ateliê?

-No gabinete de entrada, havia uma jovem que atendeu os investigadores quando entraram nos S.A.?

-Seria a Clarisse?

Se era não sabemos, pois o texto nada diz que nos permita concluir se Clarisse era jovem ou nem tanto.

Se a jovem era outra pessoa, então o que fez ela na manhã do crime? Seria mais alta do que o habitual em mulheres? Escura de carnes? Não estava habituada a andar de sapatos altos? Estava empregada há tão pouco tempo que Clarisse nem a reconheceu vestida de azul e com a “maquilhagem” com que cobria o rosto?

Bom, isto são algumas das “portas” que o texto abre e que, do meu ponto de vista podem, a seu tempo, levar a uma solução do caso. Independentemente de a jovem ser ou não Clarisse, onde estava esta quando Giovanni chegou ao escritório? Estaria no escritório? Se não estava porque é que isso não é referido? Se estava, terá a chegada de Giovanni e a descoberta do corpo de Victório alguma coisa que ver com a chamada que Clarisse para ir atender às cabines telefónicas dos clientes?

“Giovanni negou ter dado o seu cartão a qualquer mulher, mas os peritos concluíram que a letra era a dele. Neste cartão que havia ficado com Clarisse foram encontradas apenas as impressões desta e de Giovanni.”

Esta questão das impressões digitais é muito importante para identificação de uma pessoa, mas por si só pouca valia para identificar o autor de um crime se não houver um enquadramento apropriado, ou seja, a impressão digital é uma evidência física determinante como prova, mas o seu alcance depende de várias circunstâncias, pelo que a seu tempo desenvolveremos um pouco mais esta questão.

Tracemos uma linha temporal para os acontecimentos

Decompondo o texto, podemos fazer aqui um ponto de análise relativa à sequência dos acontecimentos mais relevantes na morte de Victório.

9h- Clarisse, a Secretária, “picou o ponto” de entrada ao serviço.

9h+xm -Uma jovem mulher entrou pela Porta Sul para uma entrevista com Victório.

9h+ym- Esta jovem mulher, trazia um cartão de Giovanni, pedindo uma entrevista com Victório, foi atendida por Clarisse que a mandou para a sala de espera. Clarisse ficou com o cartão.

10h-Victório foi visto por um vigilante da empresa a entrar.

10h+xm-Terá sido a hora da morte de Victório, ou seja, aproximadamente uma hora antes de o corpo ter sido encontrado.

11h-Geovani entrou no escritório, confirmado pelo vigilante.

11h+xm, com x<02m encontrou o corpo de Victório e telefonou à polícia

11h02m-Chamada telefónica de um homem para a secretária ir atender na Porta Nascente

11h04m-Chamada de um homem para o porteiro da Porta Poente, que o barulho não permitiu entender o que dizia

11h+ym-Chegada da Brigada policial ao ateliê de Meneguci.

11h+wm-Chegada do Insp. e do Sargento a esse local.

11h+zm- O corpo já tinha sido levado, quando o Insp e o Sargento voltaram para o gabinete da vítima

Quem poderemos considerar como suspeitos?

Giovanni?

Giovanni era sobrinho e herdeiro de Victório para, no futuro, o substituir na direção do negócio, e um sobrinho e herdeiro nestes casos é sempre um dos principais suspeitos.

Giovanni era um indivíduo, “de aspecto requintado, teria 1,75m, o rosto bem barbeado tinha um tom azulado. Trajava com requinte”. Entrou no escritório, confirmado pelo vigilante. Às 11h e pouco tempo depois encontrou o corpo de Victório e telefonou à polícia.

O texto não refere quando entrou no Ateliê nem o que andou a fazer até às 11h nem o que fez depois de chamar a polícia e esta ter chegado. Era um indivíduo de estatura razoável mas não sabendo qual a de Victório também não podemos avaliar se a sua estatura permitia matar o tio daquela maneira. No entanto, o tio estaria suficientemente à vontade com ele para se deixar surpreender por um golpe como aquele de que terá sido vítima. Assim, não é de todo inocente considerar que Giovanni ganharia com a morte do tio e se fosse sua vontade matá-lo teria muitas oportunidades para isso apanhando-o descontraído. Certamente que as portas do gabinete do tio não seriam um obstáculo à sua movimentação.

Clarisse?

Não se descortinam razões para considerar que Clarisse não estava no Ateliê quando o patrão foi assassinado. Não sabemos se era nova ou velha, nem qual a sua corpulência e desembaraço para avaliar a sua capacidade para o fazer como pensamos que terá acontecido. Foi ela que recebeu uma visitante de azul para falar com Victório, mas nada mais disse sobre a mesma, podendo com isso estar a omitir que “a dama de azul” se foi embora sem falar com Victório, pois não tinha contraditório, o mesmo acontecendo com a questão da campainha que disse não ter tocado quando o patrão chegou ao gabinete. Igualmente, fez uma descrição da “dama de azul” que praticamente a transformaram num travesti de mau aspecto com “arcaboço e má cara” suficientes para dar cabo do patrão, dizendo que “A

jovem visitante era mais alta do que o normal em mulheres” e “Sem ser feia tinha umas feições grosseiras” e “nem o pó que lhe cobria o rosto disfarçava o tom escuro da pele.”, o que poderia servir-lhe para desviar para “a dama de azul” as suspeitas pelo crime. E, finalmente, reteve um cartão com uma abonação de Giovanni para o portador ser recebido pelo tio que este disse não ter dado a tal “dama”. Ora, isto poderia querer dizer que dada a sua posição de secretária teve acesso ao cartão, no qual ficaram as suas impressões digitais e usou-o neste caso a favor dos seus argumentos para implicar a “dama de azul”. Ora, o facto foi que só havia as suas impressões e as de Giovanni no tal cartão e Clarisse não se referiu ao facto de “a dama de azul” usar luvas o que eventualmente seria reparado se o cinto de seda fosse da “dama” pois não se usa seda em tempo de luvas. E não terá sido ela que pegou um vestido novo de marca Meneguci e nuns sapatos e os foi deitar fora perto do Ateliê para dar mais consistência à hipótese da “dama de azul”? A sua entrada parece não ter sido constatada pelos vigilantes nem pelos porteiros, pois foi o cartão de registo que a confirmou, porque não poderia ter ocorrido o mesmo com a seu “saltinho” à rua com o vestido? Bom, o que é facto é que tirando a questão do cartão e das impressões digitais serem difíceis de explicar por Clarisse, tudo o resto são conjecturas sem suporte forense nos dados do problema, os quais, também já vimos, são muito débeis para fornecer provas que nos levem ao assassino de Victório e não são suficientemente consistente para incriminar Clarisse, tanto mais que nada sabemos sobre a personalidade de Clarisse e das suas relações com o patrão para considerarmos a hipótese de haver algum móbil para o crime.

A mulher de azul?

Ilibada Clarisse, resta-nos acreditar na sua estória sobre a mulher de azul. A mulher de azul foi uma figura real na estória, confirmada pelo vigilante. Se considerarmos como verídico o depoimento de Clarisse, “a dama de azul” assume um protagonismo especial nesta estória, já que depois de entrar na Sala de Espera nunca mais foi vista por ninguém. Ora, quem estivesse na Sala de Espera apenas poderia sair pelo gabinete de Giovanni ou pelo gabinete de Victório. Consideremos então o primeiro caso. A “dama de azul” tinha deixado o seu cartão, mas quando pressentiu Victório no gabinete, apresentou-se-lhe. De algum lado Victório a deveria conhecer, já que não deu qualquer alarme, não tocou a campainha a chamar Clarisse, nem sequer foi à luta, como já referimos, devendo até ter-se deixado ficar descontraído. Como já analisámos para a hipótese Giovanni, a “dama de azul” teria a compleição física e o tal cinto de seda para a cena que prevemos tenha acontecido com a morte de Victório nas circunstâncias que acima descrevemos. Então, quem seria a “dama de azul”? Alguma mulher importante da vida clandestina de Victório com razões para o desejar matar e que só ela sabia? Um maricas ou, como agora se diz, um homossexual com quem Victório teria relações íntimas. Na moda, como noutras

áreas, há modos de vida muito peculiares que às vezes descambam para um lado quando o outro pensa que está tudo na maior. Em qualquer dos casos, disfarçada entrou disfarçada poderia ter saído, uma namorada disfarçada com outro vestido, que até poderia ter trazido por debaixo do azul, um travesti, quem sabe se não traria por debaixo do vestido uns calções e uma camisa, e se entrou como mulher calçada, como homem descalço pode ter saído, com o vestido azul e os sapatos, escondidos num saco de compras para os largar logo que pudesse ver-se livre deles.

No entanto, como vimos, a Sala de Espera também dava para o gabinete de Giovanni. Não sabemos quando este entrou no Ateliê, tinha corpulência e a pele escura semelhante às da “dama de azul” então, porque não ser ele mesmo que se apresentou assim disfarçado? Mas não parece razoável que tivesse enfrentado o tio mascarado. Veio cedo, Clarisse não o reconheceu e encaminhou-o para a Sala de Espera e fechou a porta, a sala tinha acesso ao seu gabinete, este comunicava com o corredor em que se situava o seu banheiro e o seu guarda roupa, sabia que o tio só viria por volta das 10h, por isso teria tempo para tomar o seu banhito e desmascarar-se e desmaquilhar-se, vestiu uma fatiota requintada, deixou a toalha usada junto ao guarda roupa e, no interior do seu gabinete, pôs-se à coca à espera do tio. Logo que o sentiu abrir a porta, entrou no seu gabinete e a propósito de qualquer pretexto foram falando. Vicktório estava descontraído e a coisa aconteceu e o tio caiu como um passarito. Conhecia os terrenos que pisava e aquilo com que podia contar do pessoal. Deu tempo ao tempo e quando achou conveniente apresentou-se no escritório, talvez até fosse o seu costume entrar pelo escritório e não ir direito ao seu gabinete, também não sabemos se as 11h seria a hora normal de já estar no Ateliê (são tantas coisas que não sabemos). Depois foi o que já sabemos até chamar a polícia. Talvez só aí se tenha apercebido que tinha com ele o vestido e os sapatos e decidiu desfazer-se dele. Daí talvez, dado o alarme, chamou a secretária à porta de nascente para não correr o risco de ela lhe sair ao caminho no percurso e encontrou maneira de se desfazer dos ditos. Como todas as portas e escadas estavam vigiadas talvez se tenha decidido atirá-las por uma janela para a rua, daí terem sido encontrados perto do Ateliê. Terá mesmo assim saído às 11h e 02m e entrado às 11h e 04m, depois de distrair o porteiro da porta do poente? Não sabemos. Finalmente, foi apanhado porque o seu cartão só tinha as suas impressões digitais e as de Clarisse, como a letra era sua e a “dama de azul” não tinha luvas, pois se as tivesse quando seu o cartão a Clarisse ela teria constatado e não o deixaria de referir.

Quanto à jovem do gabinete de recepção, não custa a acreditar que tenha sido uma imagem desfocada de Clarisse que o texto nos transmitiu.

Que poderemos então concluir da investigação?

Parece razoável que podemos concluir que o mais provável terá sido o Giovanni a matar o tio, mas achamos esta conclusão demasiado especulativa em relação aos dados fornecidos pelo texto, que consideramos pouco consistentes e de valor forense duvidoso para o efeito, como julgamos que demonstrámos.

MISTÉRIO NA PRAIA

Original de RIP KIRBY

Era uma praia maravilhosa algures em Portugal. Era um extenso areal de cerca de 2 Km, formando um amplo semicírculo de areia muito branca, lisa e limpa. Apesar de todas estas particularidades era pouco ou nada frequentada. Havia quem lhe chamasse a “Praia do Paraíso”!

O areal era rodeado de rochedos e densa floresta o que tornava o acesso à praia bastante difícil e até perigoso por isso ela era tão pouco ou nada frequentada. Os rochedos em cada uma das extremidades do areal entravam mar dentro cerca de 5 metros apenas ficando fora de água durante as marés de Setembro.

Através da floresta havia uma vereda, quase desconhecida, que dava acesso à praia, mas era muito perigosa devido à existência abundante de répteis venenosos.

Praticamente pendurada nos rochedos da ponta Norte da Praia estava uma robusta e bela casa de madeira onde residia um antigo diretor bancário reformado. Mandara construir a casa quando se reformara e viera para ali residir quando enviuvara.

Na ponta Sul, também encavalitada nas rochas, havia uma cabana onde habitava um velho pescador que subsistia graças aos produtos que retirava do mar e que ali existiam em abundância e que ele ia vender à vila próxima, a um restaurante, todas as manhãs.

Certa altura, depois de o velho ter passado três dias sem lá ter ido levar o pescado o dono do restaurante participou o caso às autoridades competentes.

A Polícia Marítima deslocou-se à moradia do velho pescador e ao chegar lá constatou que o velho tinha sido assassinado com uma facada na garganta que quase o degolara por completo. Entregue o caso à judicatura esta entrou em ação tendo em primeiro lugar interrogado o antigo bancário.

Perguntaram-lhe se ele tinha visto o pescador.

– Não, quase nunca o vejo, eu vim para aqui para ficar isolado do mundo por isso não procuro companhia o que não significa que umas vezes por outras não vá até lá à cabana conversar um pouco com ele. Agora já há uns dias, talvez uma semana que não vou lá. Quando preciso de alguma coisa o meu filho vem cá trazer-me.

– Sempre se demora aqui um pouco, mas vai-se embora depressa para evitar que o barco dele fique

em seco.

– Às vezes vem por aqui um jovem numa moto de água e quando me vê na praia sempre vem falar comigo. Chama-se Aguiar de Oliveira, é estudante de biologia e as nossas conversas versavam sempre esse tema.

Depois deste interrogatório a polícia esquadrinhou todos os recantos da praia incluindo a vereda que lhe dava acesso onde não foram encontrados sinais recentes da passagem de alguém.

Na extremidade Sul da praia foram encontradas pegadas que dos rochedos se dirigiam na direção da cabana do pescador e desta para os rochedos.

Galgando os rochedos a polícia, depois de caminhar sobre estes cerca de um Km foi até à parte sul destes tendo voltado aí a encontrar pegadas semelhantes às que viram perto da cabana. Havia também o sinal evidente de que ali havia sido estacionada uma moto de água.

Segundo o legista o velho teria sido morto 4 dias antes cerca das 16 horas. Antes não porque essa era a hora a que habitualmente ele voltava a casa de regresso da vila.

Na cabana que apresentava sinais de ter sido revolvida não foram encontrados quaisquer valores assim como nas roupas do velho.

Na vila a Judiciária interrogou o filho do antigo bancário e o estudante de Biologia. O primeiro disse que quando ia à praia era só para levar produtos que o pai lhe pedia via rádio. Nunca se demorava lá muito porque o barco dele era muito pesado e ele não podia arriscar-se a que ele tocasse em seco.

Aguiar de Oliveira respondeu que quando ia para a “Praia do Paraíso” era sempre com a intenção de falar com o Bancário. Ele tinha bastantes conhecimentos de Biologia e sempre o ajudava bastante. Quando não o via dava uma volta ou duas por ali e voltava á vila.

Interrogado se conhecia alguém que tivesse uma mota de água ele indicou um indivíduo conhecido p’lo “Pica-Pau”. O “Pica-Pau” conhecido pela sua dependência de drogas afirmou:

– Há mais de uma semana que não ia para a “Ilha do Paraíso” e muito menos para a extremidade Sul da praia.

Pergunta-se, o assassino foi:

- A – O Bancário;
- B – O filho do Bancário;
- C – O Aguiar de Oliveira;
- D – O “Pica-Pau”.

Policiário nº 1153 – Público de 8 de Setembro de 2013

SOLUÇÃO

A solução deste mistério está escondida com o rabo de fora na alínea D.

No texto não há qualquer pormenor que nos permita suspeitar dos outros intervenientes na história, mas o Pica-Pau logo se desmascarou ao afirmar que já havia uma semana que não ia à praia e muito menos para a ponta Sul.

Ao fazer esta afirmação ele demonstra que sabe os motivos porque está sendo interrogado pela Polícia.

Policiário nº 1160 – Público de 27 de Outubro de 2013

CAMPEONATO NACIONAL E TAÇA DE PORTUGAL 2013

PROVA Nº 9

PARTE I

MERGULHO NA ESCURIDÃO

Original de MARCELO CAMPOS

PARTE II

A VINGANÇA DO MARIDO TRAÍDO

Original de FELIZARDO LOPES

MERGULHO NA ESCURIDÃO

Original de MARCELO CAMPOS

Os dois elementos do Departamento de Investigação Criminal da Polícia Judiciária, Eduardo Bravomonte e o colega de equipa Jorge Miranda, regressam, em marcha lenta, de uma ação de rotina, quando foram ultrapassados por um carro da P.S.P. assinalando a marcha a alta velocidade seguido de um veículo do INEM. Três quarteirões adiante deparam com aqueles veículos estacionados junto a um edifício. Algumas pessoas haviam-se aproximado curiosas, contidas por um dos agentes, os outros dois já haviam penetrado no edifício. Eduardo e o colega conferenciaram entre si e resolveram estacionar, por sua vez, já quando os paramédicos entravam carregados com diversa aparelhagem.

Eduardo identificou-se e o polícia elucidou:

– É no rés-do-chão. Parece que um homem caiu do 3º andar pelo poço do elevador de serviço. Os meus colegas estão lá...

Entraram na ampla sala de receção do edifício e o Inspetor Eduardo entrou na cabine do elevador onde um homem jazia enrodilhado em si próprio. No momento em que o paramédico procurou melhorar a posição da vítima para verificar os possíveis ferimentos, esta abriu os olhos, encarou Edmundo e murmurou:

– Ins...tor Bra... Um fio de sangue saiu-lhe do canto da boca e deixou cair a cabeça.

– Poça... está morto! – elucidou o paramédico, retirando o auscultador que, entretanto, colocara, e cessando as operações de recuperação. Com um suspiro fundo, desabafou:

– Nada mais! É todo seu. Como disse que se chamava? – perguntou.

– Não disse... respondeu o Inspetor, algo aborrecido. – Depois serenou e apresentou-se:

– Não estava de serviço aqui; agora estou. Quero saber o que se passou.

Olhou à sua volta. No reduzido espaço da cabine do elevador, apenas a vítima – que não lhe seria desconhecida; pensava que tinha boa memória para rostos, mas este não se aproximava. Uns óculos pretos, quebrados, uma bengala de cego a espreitar por debaixo do corpo. Procurou a identificação, sem êxito, já que os bolsos do morto continham apenas um lenço sujo e uma nota de cem euros, dobrada. Na mão esquerda, que parecia crispada, abriu-a para extrair um botão branco, grande, ainda com uma linha pegada. Fechou-o num envelope de serviço, perguntando a si próprio de onde provinha.

Acabou por recolher os óculos igualmente num envelope, marcando o sítio; saiu da cabine e notou o grande letreiro na porta: “Avariado, Fora de serviço”.

O colega já tinha feito a sua parte. Segundo informação obtida do polícia que acompanhara o desenrolar das operações, o colega – terceiro elemento da corporação – estava no terceiro andar, com o homem que presenciara a queda e chamara o INEM e consequentemente a polícia. Ainda estava de pijama e foi vestir roupa mais própria, logo que chegamos.

O Inspetor fez sinal ao colega, e subiu as escadas até ao 3º andar. Passou junto do elevador cuja porta fechada ostentava igual letreiro ao do rés-do-chão e dirigiu-se ao polícia que esperava frente à porta aberta, de onde saiu um homem de meia-idade, ar descontraído e fato completo. Identificou-se e pediu esclarecimentos.

– Chato, sabe? – começou o homem. – Tenho um estabelecimento de venda imobiliária, bastante próspero. Conhecia o homem, que fora meu contabilista durante sete anos e me ajudou a obter alguns negócios. Depois deixou-me para instalar uma firma de contabilidade por conta própria. Foi “sol de pouca dura”, fez uns desfalques e foi julgado e preso. Na prisão fez parte de uma tentativa de revolta, foi atingido nos olhos por gás ou algo pior, que o terá deixado cego. Depois que saiu da grelha, já fez quatro ou cinco tentativas para me extorquir dinheiro em nome dos negócios que me proporcionou. Hoje dei-lhe cem euros, por dó. A resmungar disse que voltava... acompanhei-o com olhar enquanto avançava tateando com a bengala a parede até chegar ao elevador que estava com a porta aberta; gritei-lhe mas ele entrou e mergulhou nas trevas...corri escada a baixo enquanto chamava o INEM... veio a polícia... Sei lá, pobre desgraçado!

Eduardo bateu a todas as portas naquele andar: não encontrou ninguém. Ficou um pouco pensativo. As engrenagens do seu cérebro que o haviam tornado conhecido “entre os famosos da Judite” – com direito a retrato no jornal, o que o contrariava seriamente –, começaram a encaixar ideias e factos nos seus lugares como peças de “um dominó”. Por fim convidou:

– Venha comigo passar isso ao papel...

Quando se juntaram ao outro polícia, disse calma e deliberadamente:

– Bem, deixem alguém a tomar conta do corpo, até que a “técnica” apareça por aí e o legista, claro, dispense a vítima para a autópsia. Este – e apontava ao próspero comerciante de imóveis – levem-no para a esquadra, preparem tudo para amanhã ser levado perante o juiz. Vou providenciar para que me passem uma busca incriminatória na sua habitação – preciso completar uma prova!

Qual o raciocínio do Inspetor para tal procedimento? Justifique a resposta.

Poliário nº 1157 – Público de 6 de Outubro de 2013

SOLUÇÃO

A vítima não era cega – fazia-se – uma vez que reconheceu o Inspetor Bravomonte antes de morrer. As suas últimas palavras assim o indicam “Ins...tor Bra...” e lembremo-nos que Eduardo não se identificara após entrar na cabine, e que, quando chegou junto da vítima sentiu que “esta não lhe seria desconhecida”, decerto por esta já ter sido presa e julgada por desfalques e, portanto, ter passado pela polícia. Não a terá identificado uma vez que se apresentava agora com “óculos pretos e com uma bengala de cego.”

E não sendo cego e sabendo ler (fora contabilista) teria lido a inscrição na porta do elevador. Aliás já subira pela escada os três andares, uma vez que se desconhece a existência de outro elevador (que também não foi usado pelo comerciante, como teria sido natural se um segundo existisse, quando subiu com o polícia para despir o pijama.

Não sendo cego não arriscaria um mergulho na escuridão, tanto mais que prometera voltar (talvez para continuar a chantagem). Foi empurrado gentilmente pelo antigo patrão levando na mão a única coisa que conseguiu agarrar na queda – o botão do pijama (grande e branco, com um bocado de linha).

A busca do Inspetor destinava-se a encontrar um pijama sem botão para completar a prova incriminatória, tanto mais que, não se encontrando mais ninguém naquele andar (o Inspetor “bateu a todas as portas”) aquele botão só podia provir da única pessoa que nele estava, por ocasião do acontecimento – o comerciante. E de um pijama, porque era assim que ele se encontrava vestido, quando o polícia chegou junto dele.

Policiário nº 1163 – Público de 17 de Novembro de 2013

MELHOR SOLUÇÃO

Autor: CUSTÓDIO MATARRATOS

Nota prévia

A Prova n.º 9 parte I, publicada no passado domingo, dia 6 de Outubro, deu lugar a uma clarificação que foi bem-vinda. Com efeito, também aqui parece não haver entendimento entre as pessoas, nem mesmo dentro de alguns grupos. Basta procurar no Google pela palavra elevador e logo se vê que assim é, pois cada componente aparece com designações diferentes e, neste aspecto, o poço é um dos mais evidentes.

Cabina, caixa e poço correspondem a diferentes componentes do elevador, como a Wikipédia indica e a tabela da Thyssenkrupp (um dos líderes mundiais em matéria de elevadores), disponível em <http://www.thyssenkrupp-elevadores.pt/pdf/pt/synergyCabina.pdf>, ajuda a esclarecer.

Num elevador de prédio, viajamos dentro de uma cabina (de cabana, capanna(m) Lt, pela via do francês cabine-habitáculo pequeno) através da caixa (de kpsa Gr e caps(m) Lt (objecto oco) e, se a cabina se solta, vamos cair no poço (puteu(m)Lt – cova funda) onde se situam os sistemas de amortecimento de queda da cabina.

Por isso, foi útil e muito oportuno o esclarecimento, não só porque cair no poço desamparado ou dentro de uma cabina configuram circunstâncias diferentes que podem levar a conclusões diferentes, como também pelo facto de um dos valores pedagógicos mais importante dos textos do Policiário ser o seu contributo para apuro do domínio da língua portuguesas por aqueles que os escrevem e lêem.



Caixa



Poço



Cabinas

O desafio

Trata-se de um tema interessante sobre um meio de deslocação com características muito próprias e que coloca problemas potenciais delicados, os quais na maior parte das vezes são desconhecidos do público utilizador ou este não está suficientemente sensibilizado para eles.

Em geral, os elevadores são considerados seguros, dizendo-se mesmo que a maioria das pessoas que morrem em elevadores são justamente técnicos em elevadores. No entanto, uma busca na Net para homem queda elevador devolveu 589 000 resultados e 543 000 para mulher queda elevador, o que não deixa de ser um número elevado, tendo em conta que apenas se refere a notícias em língua portuguesa.

Neste desafio, o texto apresenta-nos o caso de um indivíduo que apareceu caído no poço (assim o vamos entender) do elevador de um prédio e do papel que a personagem Inspector Eduardo Bravomonte acabou por desempenhar, tendo em vista identificar o responsável pelo acontecimento.

O texto conclui deixando a pergunta: “Qual o raciocínio do Inspector para tal procedimento? Justifique a resposta”.

Embora se reconheça que perguntas como esta possam ocorrer em certas fases associadas à resolução de crimes reais, não deixam de constituir um elemento de perturbação que gera alguma insegurança e incerteza na resposta, na medida em que, em boa verdade, nunca se sabe realmente aquilo em que as pessoas estão verdadeiramente a pensar, pois não estamos na mente das outras pessoas e ela tem recantos insondáveis, às vezes para a própria pessoa.

Já é tão difícil adivinhar os juízos (não as opiniões) que as pessoas fazem ao emitirem certos comentários, quanto mais adivinhar os seus raciocínios, que são processos mais complexos e elaborados... http://criticanarede.com/fil_conceitosjuizos.html, até porque um caso como este aqui tratado suscita alguma dúvida saber qual o procedimento em concreto a que o texto se está a referir. Mas, vamos ver até onde o texto nos permite chegar.

Em geral na investigação criminal, como na investigação científica e na investigação jornalística, segue-se a regra dos 5 Ws, como se diz em língua inglesa: Who is it about? What happened? When did it take place? Where did it take place? Why did it happen? No entanto, nos problemas policiais isso não é obrigatório, podendo faltar algum deles. O caso presente é um bom exemplo disso. Realmente, não se encontra no texto um dado que nos permita concluir onde é que o acontecimento teve lugar nem quando é que ele ocorreu e só muito remotamente se podem discutir as motivações, ou seja, porque razão ele terá ocorrido.

O que poderemos dizer quanto à localização no tempo e no espaço sobre o acontecimento?

O texto diz-nos que “dois elementos do Departamento de Investigação Criminal da Polícia Judiciária, ..., regressam, em marcha lenta, de uma acção de rotina”. Deixando de lado o termo “regressam”, vejamos se podemos retirar daqui alguma indicação.

Segundo o organigrama da Polícia Judiciária não existe só um mas vários Departamentos de Investigação Criminal, que são sub-unidades regionais a quem compete a prevenção, detecção, investigação e coadjuvação das autoridades judiciárias relativamente aos crimes da competência da PJ, praticados ou conhecidos na sua área geográfica de intervenção, cuja competência não esteja atribuída às unidades nacionais. Os Departamentos têm uma localização territorial restrita e determinada, como se pode constatar no Portal desta polícia em

<http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/content/?id={9CB284D9-F20A-46AD-9F38-0EAEA5E191D}>.

Essa localização faz parte do nome do Departamento e individualiza-o, p.ex. o Departamento de Investigação Criminal da Polícia Judiciária de Portimão. Por isso, esperar-se-ia que num caso real isso fosse mencionado. Assim, não há possibilidade sequer de especular sobre este assunto. Não é que esta indicação seja um factor determinante para a resolução do problema, mas aproximá-lo-ia mais da realidade.

Quanto ao tempo, como veremos mais à frente, já poderia ter alguma relevância para se perceber melhor alguns pormenores do desafio, mas aqui não se vislumbra qualquer informação susceptível de ser utilizada neste sentido, quer no que diz respeito ao dia em que as coisas ocorreram, quer quanto às horas a que terão acontecido. O facto de a polícia regressar em marcha lenta de uma acção de rotina poderia dar alguma pista, mas nada acrescenta neste sentido, pois nada sabemos sobre a hora ou momento do dia em que isso poderia ter acontecido com maior probabilidade. O facto de mais à frente no texto se falar de haver alguém em pijama, também não é decisivo, pois há quem ande em casa de pijama até tarde.

Assim, quanto ao onde e quanto ao quando nada se pode concluir.

Por que razão a vítima estava naquele local?

Vejamos o que o texto nos diz sobre o assunto.

A primeira referência que nos pode dar alguma indicação foi feita pelo agente que estava a conter as pessoas que queriam aproximar-se para ver o que aconteceu: - “e o polícia elucidou: -É no rés-do-chão. Parece que um homem caiu do 3º andar pelo poço (caixa) do elevador de serviço. Os meus colegas estão lá...”.

Depois, no 3º andar, “...um homem de meia-idade, ar descontraído e fato completo...” “...começou...” e explicou quem era o outro e ao que viera “...acompanhei-o com olhar enquanto avançava tacteando com a bengala a parede até chegar ao elevador que estava com a porta aberta; gritei-lhe mas ele entrou e mergulhou nas trevas...”.

Podemos, então, com isto responder à questão anterior?

O polícia disse que lhe parecia, por isso, o que disse não tem valor como prova do que terá acontecido. Daí que ficamos com o homem de meia idade como única testemunha, já que no andar não havia mais ninguém (“...Eduardo bateu a todas as portas naquele andar: não encontrou ninguém”). Mas, no final do texto, aquela personagem é incriminada, pelo que, em vez de testemunha, passa a principal suspeito pela morte da vítima. Por isso, a estória que contou não pode ser considerada como testemunho, mas sim como um depoimento que tem de ser verificado, confirmado ou não, por uma via independente, quer recorrendo a outras pessoas que poderiam, eventualmente, ter presenciado os acontecimentos ou às evidências ou vestígios relacionadas que tivessem sido recolhidos pela investigação. Por isso, nesta fase não podemos perceber o que terá levado a vítima ao fundo do elevador nem respondermos à questão anterior. Tanto mais que há casos semelhantes com desfecho diferente e outros com o mesmo desfecho, mas ocorrendo com características e em circunstâncias diversas.

O que nos diz a vida real sobre acidentes como o que, hipoteticamente, terá ocorrido nesta estória?

Vejamos 3 exemplos ao acaso.

Em 03-09-2011, o DN informou: “Um homem morreu, na tarde deste sábado, no poço de um elevador em Quarteira, informou fonte do Instituto Nacional de Emergência Médica. O homem, um idoso com cerca de 70 anos, caiu do rés-do-chão para a cave (uma altura de seis metros), disse fonte dos Bombeiros de Loulé.

“Abriu a porta do elevador e caiu no vazio”, refere, sublinhando que o prédio em causa é conhecido como Torre Azul. Segundo o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS), o acidente ocorreu às 15.20 horas. No local estiveram os Bombeiros de Loulé com cinco elementos e material de desencarceramento, o INEM e a GNR. A vítima foi transportada para a morgue do Hospital de Faro”.
Veja-se em:

http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Faro&Concelho=Loul%E9&Option=Interior&content_id=1974619

Em 30-08-2013, no Brasil, “um vendedor de 71 anos ficou ferido na manhã desta sexta-feira (30)

após cair sobre um elevador em um centro comercial na esquina das ruas São Sebastião e Dom Pedro II, no Centro de São Carlos. A reportagem do São Carlos Agora esteve no local e descobriu que a vítima estava no terceiro andar do prédio e quando a porta se abriu ela não percebeu que o elevador não estava parado no andar. Ele acabou despenhando em cima do equipamento que estava no piso inferior. Um dos passageiros, que não quis se identificar, disse que o “barulho foi muito forte e não imaginava que era uma pessoa que tinha caído”. O Corpo de Bombeiros foi acionado e socorreu o vendedor. Ele foi encaminhado à Santa Casa de São Carlos, onde foi medicado. As causas do acidente não foram informadas.” Veja-se em:

<http://www.saocarlosagora.com.br/policia/noticia/2013/08/30/45675/vendedor-cai-em-poco-de-elevador-no-centro/>

Em 08-03-2010, a BBC News informou que o antigo piloto de Fórmula 1, Stirling Moss, se encontrava hospitalizado devido a uma queda no poço do elevador de sua casa. Moss abriu a porta do elevador no 3º andar da sua residência em Londres e caiu no vazio, devido a uma avaria que provocou a paragem do elevador no andar inferior. O britânico de 80 anos sofreu fracturas em ambos os tornozelos e lesões na coluna, passando todo o fim de semana nos cuidados intensivos, mas não sofreu lesões internas. A sua família disse que ele estava recuperando bem, esperando que em 6 semanas estivesse totalmente recuperado. Veja-se em:

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/8555609.stm>

Assim, temos de concluir que não há um padrão comum na ocorrência e no resultado de casos destes. Por vezes, morre-se mas noutras não.

O que nos diz a cena do “crime” sobre este caso?

Aqui a cena do crime tem de ser considerada na sua acepção mais alargada, considerando todo o percurso do elevador, na medida em que a vítima foi encontrada no poço do elevador e há uma dúvida razoável quanto ao andar de onde terá caído, podendo duvidar-se mesmo se a vítima não terá sido empurrada.

Segundo afirmou a personagem agente que estava a conter algumas pessoas que se haviam aproximado curiosas do acontecimento “-É no rés-do-chão. Parece que um homem caiu do 3º andar pelo poço do elevador de serviço. Os meus colegas estão lá...”.

Ora, na investigação da cena de um crime, as opiniões não contam e as suposições podem ser prejudiciais. Ao descrever a cena de um crime, um perito deve fazer observações factuais sem esboçar quaisquer conclusões. Por isso, a afirmação do agente quanto ao que lhe parecia não é um juízo e não

tem valor para a investigação.

Seguindo a linha habitual nestes casos, vamos procurar registar aqueles que consideramos serem os factos e as evidências mais relevantes que podem ser retirados dos dados do desafio e acrescentaremos aquilo que consideramos ser a leitura mais plausível que se lhe pode dar nesta fase da resolução do problema.

Assim temos: 1º-“na cabine-poço do elevador (onde) um homem jazia enrodilhado em si próprio”

O facto de uma pessoa estar enrodilhada em si próprio caída num poço de elevador pode significar que a pessoa se precipitou de sua livre vontade no poço ou que a queda ocorreu acidentalmente em consequência de algum engano, descuido ou tontura repentina, por exemplo, mas também pode significar que alguém empurrou a vítima deliberadamente.

Em qualquer dos casos há uma circunstância fundamental para que isso possa acontecer que é o facto de a porta do elevador estar aberta no momento em que a pessoa dá o passo ou ocorre uma queda no sentido da porta.

No entanto, há elevadores que têm a caixa praticamente aberta podendo alguém cair, como uma criança a brincar, ou ser empurrado com facilidade para o abismo, como o da figura seguinte que fotografamos, na 6ª feira passada, num prédio (colégio!) em Lisboa.



Neste caso pode ocorrer uma queda no precipício sem ser necessário abrir a porta do elevador, o que torna indispensável conhecer-se o tipo de elevador em questão para se poder analisar com algum rigor uma situação como a que este desafio descreve.

Como vimos nos exemplos retirados da informação real sobre este tipo de acontecimentos, pode-se cair de uma altura relativamente pequena e morrer-se ou de um nível mais elevado e sofrer-se apenas algumas fracturas sem por a vida em perigo

<http://www.youtube.com/watch?v=twUvCOnLgsg>.

Por isso, nem sempre o resultado da queda permite esclarecer de que nível a pessoa caiu nem as circunstâncias em que ela ocorreu.

Na presente estória diz-se que: 2º-“Um fio de sangue saiu-lhe do canto da boca e deixou cair a cabeça”, o que, juntamente com o estar enrodilhado, temos de convir, é pouco para percebermos verdadeiramente de que andar a queda teve lugar. Fosse qual fosse, o que é certo é que a personagem acabou por morrer, mas deixemos a questão da morte um pouco mais para a frente.

No poço não estava mais ninguém, apenas a vítima, e esta não parecia ser de todo desconhecida do Inspector: 3º- “No reduzido espaço da cabine-poço do elevador, apenas a vítima – que não lhe seria desconhecida; pensava que tinha boa memória para rostos, mas este não se aproximava”.

Além disso, antes de ocorrer a morte: 4º-“No momento em que o paramédico procurou melhorar a posição da vítima para verificar os possíveis ferimentos, esta abriu os olhos, encarou Edmundo e murmurou: - Ins...tor Bra...” ou seja Inspector Bravomonte. Aqui o texto é bem claro, porque representa o murmúrio empregando maiúsculas e minúsculas, se fosse apenas em minúsculas poderia ser entendido como quaisquer outras palavras. Ora, como até àquele momento o Inspector não tinha proferido palavra desde que tinha chegado ao poço do elevador, este murmúrio significa que a vítima também conhecia o Inspector, tendo-o reconhecido pelo que viu nele e não por lhe conhecer a voz, daqui se concluindo que a vítima não seria invisual (não é muito plausível que tivesse recuperado a visão naquele momento, pois não parece plausível que, p.ex., um eventual traumatismo no crânio tivesse devolvido imediatamente a visão a um cego, embora haja diversas origens da cegueira e algumas sejam reversíveis).

O Inspector: 5º “Procurou a identificação, sem êxito, já que os bolsos do morto continham apenas um lenço sujo e uma nota de cem euros, dobrada” . Temos assim um corpo por identificar, com uma nota de 100€ e um lenço sujo no bolso, o que não costuma ser um par que ande associado.

Além disso, no poço encontravam-se: 6º- “uns óculos pretos, quebrados, uma bengala de cego a espreitar por debaixo do corpo”. O Inspector (detective não é perito e perito não é detective, cada macaco devia estar no seu galho...) recolheu “os óculos (igualmente) num envelope, marcando o sítio”, mas não sabemos o que fez à bengala.

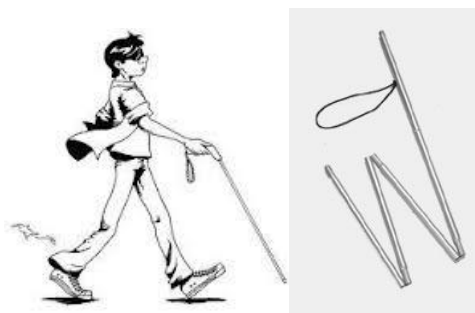
Sobre a bengala é referido que era de cego e estava a espreitar por debaixo do corpo, mas sobre os óculos pretos não dá indicações sobre o local onde estavam, se postos na vítima ou perto do corpo, e de que tipo eles eram. Isso é relevante, pois dizer que os óculos são pretos indica-nos apenas a sua cor e nada nos diz sobre a sua transparência. O que no caso da cor ser preta é relevante, na medida em que há óculos de soldador pretos que nada mais deixam ver através deles para além de luzes muito intensas, como os que seguem na imagem, que à primeira vista não se distinguem de outros para visão ao longe por exemplo,



e são usados para proteger a vista da luminosidade excessiva de certos dispositivos de soldar por arco eléctrico ou chama intensa de gás, por exemplo. É claro que a um cego não adianta serem transparentes, translúcidos ou opacos, mas neste caso concreto já vimos que a vítima não seria cega e por isso seria interessante saber se os óculos em vez de lhe esconderem a cegueira não teriam antes o papel de lhe auxiliarem a visão por esta estar muito afectada. Também era muito importante saber se havia impressões digitais de outra pessoa nos óculos (como na bengala) em vez da referência a óculos e bengala de cego, pois não parece haver tal categoria de objectos, que permitisse dizer com segurança se estes objectos eram efectivamente da vítima.

A informação de que os óculos estavam partidos, por si só, também é insuficiente como evidência, pois não sabemos o que estava partido, se os vidros, a armação ou ambas as partes. Daí que os dados relativos aos óculos sejam pouco consistente e de pouca adiantam para a resolução do caso.

Quanto à bengala ser de cego, também se trata de um conceito muito difuso e mal caracterizado. Se é uma referência ao tipo de bengala que os invisuais mais usam, ele tem evoluído com o tempo, sendo hoje quase todas de metal, articuladas, e sem os riscos encarnados que as identificavam antigamente. Talvez o texto se queira referir a algo do tipo que se mostra na figura seguinte, mas não é certo.



Merece ainda uma referência o facto de se indicar que a bengala estava a espreitar por debaixo do corpo, na medida em que isso poderá dar uma ideia de quem caiu primeiro e ajudar a perceber as

circunstâncias em que a queda poderia ter ocorrido. A este propósito é interessante recordar alguns ensinamentos da Física acerca da queda dos corpos, tanto mais que, como as notícias acima transcritas mostram, os media para darem estas notícias usam muitas vezes a expressão caiu no vazio. Ora, os corpos no vazio caem à mesma velocidade e chegam ao mesmo tempo ao fundo.

<http://www.youtube.com/watch?v=ohar1iCgRbw>

Por isso, se uma bengala e uma pessoa caíssem ao mesmo tempo na caixa do elevador e ela fosse efectivamente vazia, chegariam ao mesmo tempo ao fundo do poço do elevador, mas como a presença do ar oferece resistência à queda dos corpos, a velocidade depende da sua forma e peso. Assim, se uma folha de papel lisa e uma bola feita de uma folha igual forem lançadas na caixa do elevador ao mesmo tempo, a bola chegará mais rapidamente do que a folha. Mas, se for uma pedra com as dimensões dessa bola de papel, ele chegaria ainda mais cedo, porque é mais pesada e vence mais facilmente a resistência do ar. No caso concreto de um percurso curto a diferença pode mesmo não ser muito evidente. Ora, no caso do humano e da bengala (dependendo do material e, portanto do seu peso), caindo em simultâneo, seria possível que o corpo chegasse primeiro que a bengala e, portanto, esta lhe caísse em cima, mas é perfeitamente natural que uma bengala chegue primeiro ao fundo, desde que o humano não a largue e acabe por ser o humano a cair-lhe em cima, por exemplo, por tentar usá-la instintivamente para amortecer a queda.

http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=618687

Daí que os dados do problema sobre a posição da bengala, por si só, também pouco contribuem para a resolução do problema, podendo apenas concluir-se que a bengala não foi lançada no poço depois do corpo nele ter caído. Tanto mais que não se sabe de que andar caiu ou foi empurrada a vítima ou se nunca largou a bengala, e para quedas de pequena altura não há uma grande diferença dos tempos em que os objectos diferentes demoram a chegar ao chão.



In: <http://www.youtube.com/watch?v=rnFp4yJqksI>, em continuação deste

<http://www.youtube.com/watch?v=tiSoq-28-tI>

De salientar ainda que: 7º “Na mão esquerda, que parecia crispada, abriu-a para extrair um botão

branco, grande, ainda com uma linha pegada. Fechou-o num envelope de serviço, perguntando a si próprio de onde provinha”. Mais uma vez temos o Inspector a executar uma tarefa que em princípio devia pertencer a um perito, mas tomemos a questão da mão fechada com o botão com a linha ainda amarrada, que de todas as evidências físicas parece ser uma das mais relevantes. Realmente, a indicação de que a mão estava crispada imediatamente àquilo a que o paramédico reagiu dizendo “Poça... está morto”, num momento em que ainda nenhuma das fases pós-morte se tinha manifestado, pode demonstrar que reter o botão na mão fechada foi um gesto desesperado da vítima, talvez tentando proteger-se da agressão ou do empurrão de que foi vítima antes de cair no poço. Mas isto para não passar de uma mera suposição tem de ser uma hipótese a estudar. Quanto ao botão e à linha que ainda continha, pode haver alguma coerência na perspectiva com que é apresentado, mas isso não é um facto que se possa inferir dos dados do problema. Neste, o que menos importa é a cor do botão, porque há botões de mil e uma cores e gostos para todas as combinações com as cores dos tecidos, mas a sua natureza, forma e o tamanho sim, bem como a cor da linha, interessando mais a sua grossura e o material de que seria feita. No entanto, o texto nada nos diz sobre a sua proveniência nem tão pouco fornece dados a partir dos quais possamos lá chegar, o que retira valor forense a este pormenor e confere à estória algum afastamento relativamente ao modo como estas coisas da investigação criminal se passam na vida real.

Um dado importante é: 8º “quando o Inspector saiu do poço notou” um “grande letreiro na porta” que dizia “Avariado, Fora de serviço”. Depois o “Inspector (PJ) fez sinal ao colega, e subiu as escadas até ao 3º andar. Passou junto do elevador cuja porta fechada ostentava igual letreiro ao do rés-do-chão”

Como já assinalámos, a vítima, que não era cega, terá percebido perfeitamente que o elevador estava fora de serviço, por isso, não parece razoável que ele de alguma forma o tenha tentado usar. No entanto, relativamente a esta questão há pelo menos mais dois pontos que são relevantes e que o texto nada diz que nos possa esclarecer sobre o assunto. Por um lado, se estava presente a cabina do elevador e, estando, em que andar é que ela se encontrava no momento da queda. Por outro lado, seria necessário saber se as portas do elevador estavam funcionais e abriam e fechavam estando o elevador avariado e fora do serviço. O texto diz-nos que a porta do 3º andar estava fechada. Ora, para que a vítima pudesse eventualmente cair daquele piso seria indispensável que a respectiva porta pudesse abrir e fechar naquelas circunstâncias, porque ela estava fechada quando o Inspector chegou ao 3º andar. Além disso, não poderia estar lá estacionada a cabina. É claro que também seria relevante saber se a porta do elevador no rés do chão também fechava e abria ou se estava aberta mas não fechava ou fechada e não abria, desde que a caixa estivesse bem protegida e não permitisse outro acesso para além da porta do

elevador, dado que o texto deixa supor que estava aberta quando o Inspector entrou no poço, onde já estaria o paramédico, e aberta ficou quando de lá saíram.

Percebe-se que haja uma grande contenção naquilo que estes desafios nos dizem e que os dados sejam reduzidos ao mínimo, face à limitações do espaço disponível, mas há mínimos abaixo dos quais não se deve passar, pois nestes problemas deve continuar a ser válida a regra ética dos textos policiais que diz que os dados relevantes para a resolução do caso devem ser do conhecimento do leitor antes da solução ser apresentada e que no policiário ficam totalmente ao cuidado do policarista.

É ainda relevante que 9º “o colega – terceiro elemento da corporação – estava no terceiro andar, com o homem que presenciara a queda e chamara o INEM e consequentemente a polícia. Ainda estava de pijama e foi vestir roupa mais própria, logo que chegamos.” E o Inspector “dirigiu-se ao polícia que esperava frente à porta aberta (no 3º andar), de onde saiu um homem de meia-idade, ar descontraído e fato completo. O Inspector “Identificou-se e pediu esclarecimentos”. Além disso, “bateu a todas as portas naquele andar: não encontrou ninguém”

A narração afirma, assim, que este homem de meia-idade presenciou a queda e chamou o INEM e, consequentemente, a Polícia, pelo que se apresenta como única testemunha do caso, já que segundo o Inspector não havia mais ninguém naquele andar. Bom, quer a queda tenha sido acidental ou ele próprio tenha empurrado a vítima, o narrador não nos engana por dizer que o homem presenciou a queda. Já vimos que não se sabe onde nem em que dia nem a que horas ocorreram os acontecimentos descritos, nem porquê, nem tão pouco quantos andares tinha o prédio ou se era habitado por mais inquilinos. Seria ainda manhã por o homem ainda estar de pijama? Estaria em pijama quando a queda ocorreu? Seria hora de trabalho e tinham saído todos para os seus empregos ou para as compras? Não sabemos. Vejamos, então, qual foi o testemunho/depoimento do único habitante no 3º andar àquela hora.

O que disse esse homem de meia-idade?

“-Chato, sabe? – começou o homem. Depois foi explicando que tinha um estabelecimento de venda imobiliária, bastante próspero. Conhecia o homem, que fora seu contabilista durante sete anos, e ajudou-o a obter alguns negócios.

Depois, deixou-o para instalar uma firma de contabilidade por conta própria. Foi “sol de pouca dura”, fez uns desfalques e foi julgado e preso.

Na prisão fez parte de uma tentativa de revolta, foi atingido nos olhos por gás ou algo pior, que o terá deixado cego.

Depois que saiu da grelha, já tinha feito quatro ou cinco tentativas para lhe extorquir dinheiro em nome dos negócios que lhe proporcionou.

Hoje deu-lhe cem euros, por dó. A resmungar disse que voltava... Acompanhou-o com olhar enquanto avançava tacteando com a bengala a parede até chegar ao elevador que estava com a porta aberta;

Gritou-lhe mas ele entrou e mergulhou nas trevas...

Correu escada abaixo enquanto chamava o INEM... veio a polícia... Sabia lá, pobre desgraçado!”

E foi o que disse.

O que terá, efectivamente, acontecido à vítima para acabar no fundo do poço do elevador?

A maior parte da estória contada pelo homem de meia idade parece verosímil, pois não há no texto dados que a permitam refutar. Mas, num caso real teria tudo de ser confirmado pela investigação. No entanto, há alguns pontos que levantam dúvidas.

Em primeiro lugar a referência à cegueira da vítima. Como já foi referido anteriormente nesta resposta, a vítima emitiu um murmúrio, o qual poderá ser entendido como um chamamento do Inspector pelo seu nome no momento em que este acabava de chegar ao poço do elevador e ainda não tinha proferido qualquer palavra, murmúrio que nesta circunstâncias significaria que a vítima conhecia o Inspector, tendo-o reconhecido pelo que viu nele e não por lhe reconhecer a voz. Por isso, daqui poderemos concluir que a vítima não seria cega. No seguimento deste episódio, temos de nos interrogar se seria a vítima que se fazia passar por cego e enganou a própria presumida testemunha ou se foi esta que mentiu a este respeito.

Se a vítima caiu do 3º andar, como não era cega, teria certamente lido o letreiro na porta do elevador no rés do chão a dizer que este estava avariado. Mas, mesmo que não soubesse ler, teria percebido que o elevador estava avariado, e teria de subir as escadas para chegar ao 3º andar. Por isso, não é plausível que tenha andado a tactear com a bengala até chegar ao elevador que estava com a porta aberta, e se tenha precipitado através da caixa do elevador e caído no respectivo poço. Se a porta estava mesmo fechada, temos aqui mais um motivo para duvidarmos da presumida testemunha, mesmo que ela pensasse que a vítima era efectivamente cega.

O agente afirmou que, quando encontrou a presumida testemunha no 3º andar, ela estava em pijama. Ora, esta ao afirmar que “correu escada abaixo enquanto chamava o INEM” quer dizer que quando veio atender a vítima e correu escadas abaixo trazia consigo o telemóvel e marcou o número enquanto corria escada abaixo. Não sendo de todo original ter o telemóvel no bolso do pijama, conheço

pelo menos 2 pessoas que andam sempre com o telemóvel no bolso do casaco do pijama, não deixa de levantar algumas questões que o texto não permite clarificar, como sejam, que tipo de pijama tinha o homem vestido? tinha bolsos? trazia ele habitualmente o telemóvel no bolso? trazia-o na mão? marcou o número e depois correu escadas abaixo ou foi tão rápido como a descrição sugere e foi descendo e marcando o número? Ele era mesmo capaz de fazer isso? Foi mesmo de um telemóvel que o homem ligou? Estava mesmo em pijama? Enfim, há um conjunto de dúvidas que se colocam e que os dados não permitem esclarecer, mas que enfraquecem muito o “testemunho”, abrem muito o campo e dariam muito trabalho à investigação.

O homem também afirmou que “hoje dei-lhe cem euros, por dó”. Ora, segundo o Inspector, no interior do bolso da vítima havia uma nota de 100€ dobrada, o que parece confirmar a afirmação do homem. No entanto, se ele era a única pessoa presente no 3º andar, e pelo que se pode depreender da narração não havia mais ninguém no prédio que pudesse testemunhar, poderia ter acontecido o homem ter entrado no poço, como entrou o Inspector e o INEM, e colocado a nota no bolso da vítima, a qual estaria pouco mais do que moribunda antes da chegada do INEM e da Polícia. No entanto, esta análise fica debilitada, pois não se sabe quanto tempo a vítima esteve caída no poço à espera de assistência, onde esteve a presumida testemunha durante esse tempo nem onde a polícia o encontrou quando chegou ao local. Estaria na rua? junto à vítima? no 3º andar? Provavelmente, até teria tido tempo para mudar de roupa se achasse que aquela que tinha vestido o poderia comprometer.

Ora, estas dúvidas fornecem material suficiente para que legitimamente a presumida testemunha possa ser encarada igualmente com um presumível responsável pela morte da vítima. Senão, vejamos.

A que se terá devido a morte da vítima?

A vítima “jazia enrodilhado em si próprio”, segundo a narração. Conforme se pode deduzir das notícias transcritas, e outras que se podem encontrar, o resultado da queda num poço de elevador nem sempre é mortal nem gera um padrão definido da conformação final do corpo no fundo do mesmo. Veja-se, por exemplo, <http://www.youtube.com/watch?v=NuG4bdP7E5A> . Por isso, a posição do corpo não é suficiente para se perceber de onde caiu, se do 3º andar ou mesmo do rés do chão.

Também é referido que “um fio de sangue saiu-lhe do canto da boca e deixou cair a cabeça”. Informação esta que é igualmente insuficiente para se saber qual a causa da morte da vítima. Realmente, o facto de um fio de sangue lhe ter saído da boca é um sinal de que alguma lesão interna terá sofrido, mas são tantas as hipóteses que não podemos partir com segurança do sinal para a razão do seu aparecimento. Aqui como noutras situações a relação causa-efeito não é uma questão

indiscutível. Será que mordeu a língua ao cair e esta sangrou? Num caso destes, a observação pormenorizada do cadáver in situ é fundamental, tal como a sua necrópsia, pois seria que tinha lesões externas? Realmente, não só é necessário esclarecer a razão por que a morte ocorreu como também se houve lesões e/ou fracturas externas e/ou internas compatíveis com agressões “in vivo” ou se pelo contrário seriam apenas compatíveis com uma queda.

Além disso, seria também importante apurar se havia sinais de arrastamento do corpo, ou vestígios que não tiveram origem na vítima, como a presença de cabelos ou fibras estranhas, por exemplo. Nesse caso, seria também interessante saber se o presumível agressor teria também cabelos ou resíduos de pele da vítima, por exemplo, para haver aqui uma coincidência criminal com valor forense. Também seria necessário esclarecer se existiam sinais de acidentes vasculares ou da existência de alguma doença ou ataque cardíaco, que pudesse ter determinado a morte da vítima. Enfim, sem uma peritagem esclarecida e pormenorizada não se poderá concluir que morreu efectivamente a vítima e se não se pode apurar esse facto a investigação fica muito comprometida.

Nem sequer se sabe quanto tempo a vítima esteve caída no poço à espera de assistência, nem por onde andou a presumida testemunha durante esse tempo.

Por isso, é impossível dizer se a vítima faleceu em consequência da queda accidental ou se foi empurrado do 3º piso ou do rés do chão ou, mesmo, se levou uma enorme ou pequena tarefa antes de ter sido lançado ao poço do elevador, p. ex.. Lembremo-nos que num problema anterior bastou a agressão com o atizador de ferro da lareira para causar uma morte.

É claro que podemos sempre especular que as pancadas na cabeça são quase sempre perigosas, na medida em que podem dar lugar a lesões com sérias consequências sobre a saúde das vítimas, e nos casos mais graves podem mesmo levar à morte, já que os traumatismos resultantes, para além de atingirem os ossos do crânio, podem afectar e comprometer o próprio cérebro. Não seria por isso de espantar que qualquer queda ou pancada que atingisse a cabeça pudesse ter sido fatal, mas isso teria de ser sempre certificado por especialistas e, num caso como este, pela necrópsia, e não por um Inspector de Investigação Criminal. Mas, esta estória não chega lá. Na vida real as investigações criminais acontecem efectivamente de uma maneira um pouco diferente daquela que a estória nos conta.

De que maneira se deu a morte da vítima?

Com se sabe, podemos classificar em quatro categorias a maneira como ocorre uma morte: morte por causa natural, por acidente, suicídio ou homicídio. Como poderemos, então, pensar quanto ao que terá acontecido nesta estória?

Vejamos, então, em resumo, o que temos:

1-não sabemos qual o tipo de elevador nem o estado das portas do elevador, se abriam e fechavam, nem em que condições isso poderia acontecer, nem em que piso estava a cabina;

2-a porta do terceiro andar estava fechada quando o Inspector lá chegou, mas não sabemos se com o elevador avariado (o mais provável seria a corrente eléctrica do mesmo estar desligada) seria fácil ou mesmo possível abri-la e/ou fechá-la automaticamente;

3-relativamente à do rés do chão, o mais provável seria estar aberta, pelo menos quando chegou o INEM, pois permitiu a entrada deste e do Inspector. Assim, permitiria também a entrada/queda da vítima. Mas saber o tipo de elevador também seria importante. Como já se referiu, alguns estão totalmente encerrados na estrutura do prédio, pelo que só pela porta se pode conceber a possibilidade de uma pessoa se precipitar pela caixa até ao poço ou cair na cabina, se ela estiver mais abaixo. Mas, há elevadores que têm a caixa praticamente aberta podendo não proteger totalmente a queda de alguém.

4-também não sabemos em que piso estava a cabina do elevador ou mesmo se ela existia ou fora levada para reparação;

5-não está clarificada a causa da morte da vítima;

6-não sabemos se a bengala e os óculos eram efectivamente da vítima;

7-não sabemos como foi parar a nota de 100€ ao bolso da vítima;

8-não sabemos se foi a vítima que fingiu que era cega ou foi a presumida testemunha que mentiu ao afirmá-lo;

9-não sabemos onde esteve a presumida testemunha até o INEM e a Polícia chegarem, nem como estava vestido quando a queda ocorreu;

10- não sabemos de que telefone foi feita a chamada do INEM;

11-não sabemos quanto tempo esteve a vítima à espera de socorro;

12-finalmente, para não nos alongarmos demasiado, não sabemos de onde foi arrancado o botão que a vítima guardava na mão crispada nem a linha, que em parte ainda tinha a ele ligada, nem tão pouco se estes dados nos podem levar directamente ao responsável pela morte da mesma, pois não basta saber de onde eles vieram, é também necessário provar em que circunstâncias isso aconteceu.

Por tudo o que ficou escrito até aqui, vários cenários serão possíveis para reconstituir o que se passou:

1º- Tudo poderá ter-se passado como a presumida testemunha afirmou, pois apesar da vítima não ser totalmente cega, ele poderia pensar que sim. Talvez ela visse muito mal e com os óculos escuros no interior do prédio ainda visse pior, ainda por cima usando bengala, passaria perfeitamente por invisual.

Por isso, procedia como se fosse efectivamente cega. A porta do elevador poderia estar aberta e ele precipitar-se caixa abaixo. É certo que o Inspector encontrou a porta do elevador fechado no 3º andar, mas nalgumas avarias, elas abrem e fecham sem intervenção humana, mas mesmo com a porta fechada, a caixa pode ter aberturas por onde é possível as pessoas caírem ou serem empurradas. Além disso, como as avarias podem levar à abertura extemporânea das portas, nada garante que o contrário não possa também acontecer e, estando aberta, se tenha fechado por ela. Quanto ao botão e à linha, podiam ser da própria vítima. Como sentiu que o botão estava a cair, já o tinha arrancado para não o perder e com o desespero da queda no precipício crispou as mãos, uma, com o botão, e a outra, segurando a bengala que nunca largou na queda. Poderia ter batido com a cabeça na parede durante o percurso ou no chão quando caiu no poço, pelo que o sangue poderia ser o resultado de alguma fractura interna com hemorragia, e em consequência morreu. Teríamos assim uma morte acidental. Talvez uma cena aproximada à montagem que segue, com as devidas adaptações para um cenário que o texto não descreve cabalmente:

<http://www.youtube.com/watch?v=tiSoq-28-tI>

2º-O homem que chamou o INEM poderá ter mentido, em parte ou no todo, porque o texto tem muitas lacunas. Estaria farto de ser extorquido e, depois de alguma discussão, foi ele que empurrou a vítima para a caixa do elevador. Não sabemos se a porta estaria aberta ou fechada. Já vimos que há elevadores que têm caixas mal protegidas, com aberturas por onde é possível as pessoas caírem ou serem empurradas, mesmo com a porta fechada. A vítima, com o desespero de pressentir o que lhe iria acontecer, procurou agarrar-se ao agressor, mas só lhe fисgou o botão e parte da linha que o prendia à roupa do mesmo. Com a excitação do momento, o agressor não se apercebeu de que lhe tinha sido arrancado um botão. Depois, terá descido ao poço do elevador, moveu o corpo para lhe colocar a bengala por debaixo e os óculos, que partiu para tornar mais realista a cena da queda no precipício, e colocou-lhe no bolso a nota de 100€, tentando confundir a investigação e fundamentar a estória que depois apresentou. Entretanto, chamou o INEM e consequentemente a polícia. Talvez até se tenha apercebido, depois da queda, que lhe faltava um botão, que poderia ter perdido durante as movimentações, talvez da camisa, daí que tenha mudado para o pijama para esperar pelo INEM e pela polícia, e só depois tenha mudado para o fato completo. A seguir foi o que já sabemos.

3º- Nada impede que tudo se tenha passado no rés de chão e que antes de empurrar a vítima para o poço do elevador, o homem a tenha mesmo agredido, quem sabe se com a referida bengala. Aqui, até seria mais fácil de explicar, dado que a porta do elevador aparentemente ficou aberta.

É claro que o motivo do crime deveria ser apurado (às vezes até parece que ocorrem para diversão do autor), a extorsão de dinheiro parece ser um motivo plausível, pois ser um próspero comerciante de imóveis não parece ser motivo por si só suficiente.

Com os dados apresentados e as pistas abertas pelo texto, para além destas, ainda seria possível formular outras hipóteses igualmente plausíveis com os dados do texto.

O que decidiu o Inspector?

Diz-nos o texto que o Inspector “ficou um pouco pensativo. As engrenagens do seu cérebro que o haviam tornado conhecido “entre os famosos da Judite”, -- com direito a retrato no jornal, o que o contrariava seriamente – começaram a encaixar ideias e factos nos seus lugares como peças de “um dominó”. Por fim convidou: - Venha comigo passar isso ao papel...”

“Quando se juntaram ao outro polícia, disse calma e deliberadamente: Bem, deixem alguém a tomar conta do corpo, até que a “técnica” apareça por aí e o legista, claro, dispense a vítima para a autópsia. Este – e apontava ao próspero comerciante de imóveis – levem-no para a esquadra, preparem tudo para amanhã ser levado perante o juiz.”

Pois... como demonstrámos, não há flagrante delito nem provas suficientes para que seja identificado um provável culpado pela morte da vítima. O que, aliás, ressalta das próprias palavras do Inspector ao afirmar: “vou providenciar para que me passem uma busca incriminatória na sua habitação – **preciso completar uma prova!**”.

O mínimo que se pode dizer é que a estória (como por vezes a realidade) apresenta muitas insuficiências e se afasta do enquadramento legal em vigor:

“A investigação criminal compreende o conjunto de diligências, que nos termos da lei processual penal, visam averiguar a existência (ou inexistência) de um crime, determinar os seus agentes (ou os inocentes) e a sua responsabilidade (ou ausência de responsabilidade), descobrir e recolher as provas (do tipo investigado e das circunstâncias agravantes, mas também das causas de exclusão da ilicitude ou da culpa e dos restantes elementos acidentais que possam depor contra ou a favor do arguido), tudo no âmbito de um concreto processo penal.

Não há, pois, investigação criminal fora dos termos da lei processual penal e à margem do processo. E assim sendo não há investigação criminal sem que a autoridade judiciária ou judicial a possa, efectivamente, conhecer e dirigir, como não há - e devia existir - investigação privada ou investigação autónoma e que seja prosseguida fora dos quadros típicos da organização da investigação criminal ou do direito policial”. Para melhor entendimento, veja-se p. ex. :

http://www.advogados.in/index.php?option=com_content&view=article&id=20:policias&catid=33:direito-disciplinar&Itemid=46

Qual terá sido, então, o raciocínio do Inspector para tal procedimento?

Mais uma vez aparece uma pergunta final com o condão de atrapalhar o seguimento lógico de um procedimento legal que um desafio sugere como mais pertinente, convertendo o cunho policial que o caracteriza numa certa arte adivinhatória, como nos “sherlockianos” dos outros tempos em que não era preciso investigar tudo, pois muito se adivinhava longe da “cena do crime” perante a “estupidez” e “incredulidade” dos polícias oficiais que tinham a obrigação legal de os desvendar.

Ora, com uma pergunta desta natureza, várias respostas são possíveis, até as mais improváveis, pois não é claro para toda a gente e nem todos entenderão da mesma maneira, a que procedimento estará o texto a referir-se.

a- Será ao convite feito à presumida testemunha para que esta passasse para o papel aquilo que declarou, sem a presença de um advogado? Estaria o Inspector a pensar que à falta de provas e de um advogado de defesa poderia desta maneira “entalar” a presumida testemunha como presumível arguido e acabar o dia com mais um caso no seu curriculum?

https://e-justice.europa.eu/content_rights_of_defendants_in_criminal_proceedings_-169-LV-maximizeMS-en.do?clang=pt&idSubpage=2#No1

b- Será à “voz de prisão” dada à presumida testemunha para ser levado à presença do juiz no dia seguinte, sem no momento ainda existirem provas incriminatórias consistentes e não estarem cumpridos os requisitos mínimos para o efeito, pois o Inspector ainda estava à espera de encontrar uma hipotética prova incriminatória na busca que iria pedir para fazer à sua habitação?

<http://pfj.forum.pt/faqs-justica>

c- Será apenas a esta parte final, da busca incriminatória, que a pergunta está a referir-se, por no seu raciocínio o inspector pensar se não faltaria um botão e um bocado da linha que o prendia a uma peça de roupa da presumível testemunha que lhe permitisse demonstrar que o botão e o pedaço de linha que estavam retidos na mão crispada da vítima tinham sido arrancados dessa peça?

Mas, mesmo que isso, hipoteticamente, viesse a acontecer, como é que poderíamos passar dessa coincidência para uma relação causa-efeito, isto é: ficar a saber-se que a vítima arrancou o botão a uma peça de roupa do homem, bastaria para concluir que dentro dela estava quem a empurrou para o buraco da caixa do elevador. Ora, isto é um raciocínio que logicamente está correcto, mas que criminalmente não tem validade, pois na investigação criminal não basta descobrir coincidências é, sobretudo,

necessário que elas sejam coerentes e se consiga demonstrar que essas coincidências correspondem a evidências e a circunstâncias criminais.

http://en.wikibooks.org/wiki/Canadian_Criminal_Evidence/Circumstantial_Evidence#cite_note-4

Bom, o mais provável seria que o Inspector, apesar da sua grande inteligência e do retrato nos jornais, tivesse feito uma análise, formado juízos e feito os raciocínios, como os que seguem e decorrem do que já foi escrito anteriormente nesta resposta.

Ou seja, apesar de as provas que podem ser invocadas não passarem de indícios circunstanciais sem peso forense e a maior parte delas serem pouco consistentes, pela razões invocadas ao longo desta resposta, o que mais poderá satisfazer a natureza policiária do desafio e as expectativas policaristas será tomar-se como mais provável o cenário 2º descrito anteriormente, ou o mesmo com a nuance do 3º, como sendo o que mais bem descreve o que estaria na base do raciocínio do Inspector e o levou a prender o homem que chamou o INEM e a pedir uma investigação incriminatória em busca do botão e da linha perdidos... para completar a tal prova, não fosse ele, entretanto, destruí-la.

Ou seja, O Inspector terá pensado que o homem que chamou o INEM mentiu. E que o mesmo, depois de alguma discussão ou não, farto de ser extorquido, (estaria?) agrediu e/ou empurrou a vítima para a caixa do elevador, no 3º andar (ou mais acima, pois não sabemos onde parava a cabina) ou talvez até no rés do chão, porque a porta neste piso estava aberta, contrariamente à do 3º andar, que estava fechada. Não sabemos a corpulência dos indivíduos, mas sabendo que há elevadores que têm caixas mal protegidas, com aberturas por onde é possível as pessoas caírem ou serem empurradas, o Inspector poderá ter pensado que isso poderia ter acontecido: o homem ter agarrado a vítima e tê-la atirado para a caixa do elevador no 3º andar, mesmo com a porta fechada, já que o Inspector estava no local, viu o ambiente e estaria em melhores condições que os policaristas leitores para formarem um juízo (não confundir com opinião) sobre este ponto, já que o texto não elucida. O Inspector terá pensado que a vítima, com o desespero de pressentir o que lhe iria acontecer, poderá ter procurado agarrar-se ao agressor, só lhe tendo fígado o botão e parte da linha que o prendia à roupa do mesmo, arrancando-o. Ao sentir-se projectado e a cair terá apertado o botão com o desespero e com ele ficou até morrer no fundo do poço. O Inspector pode ter pensado que, com a excitação do momento, o agressor poderia não ter-se apercebido de lhe ter sido arrancado o botão, terá descido ao poço do elevador, movido o corpo para lhe colocar a bengala por debaixo e deixar os óculos, que partiu para tornar mais realista a cena da queda no precipício, e colocado no bolso da vítima a nota de 100€, tentando confundir a investigação e dar fundamento a uma estória para mais tarde apresentar, quando presumivelmente viesse a ser interrogado. Entretanto, terá chamado o INEM (pelo telefone ou telemóvel?) e,

consequentemente, a polícia. Talvez até se tenha apercebido de que lhe faltava um botão, que poderia ter perdido durante as movimentações, e tenha mudado para o pijama para disfarçar. Depois, ficou à espera da chegada do INEM e a seguir foi o que já sabemos. Então, o Inspector terá decidido prendê-lo para o apresentar ao juiz e ao mesmo tempo evitar que o homem regressasse a casa e destruísse a prova que lhe faltava para o incriminar definitivamente. Pois o Inspector terá pensado que faltaria um botão numa peça de roupa do homem e um bocado da linha que o prendia, o que iria certamente descobrir se lhe passassem uma busca incriminatória na habitação daquele. Com isso e com apoio laboratorial (só inteligência é insuficiente) talvez conseguisse demonstrar que o botão e o pedaço de linha que estavam retidos na mão crispada da vítima tinham sido arrancados da roupa no momento em que o homem teria lançado a vítima para a caixa do elevador. Mas, com os dados que apresenta, o que o texto não permite é perceber como isso seria possível.

Em jeito de epílogo

Tivemos aqui um problema em que há mais ses do que porques, o que é manifestamente insuficiente para analisar com objectividade o caso descrito e fundamentar cabalmente o tal raciocínio que o Inspector Eduardo Bravomonte teria feito e que os policiaristas são desafiados a adivinhar.

A literatura “scherlockiana” dos polícias de giro estúpidos e dos detectives populares e inteligentíssimos, autênticos homens dos sete instrumentos, capazes de fazer verdadeiras peritagens em todos os campos do domínio forense e de terem as ideias mais brilhantes que a mais ninguém lembrariam, que “até adivinhavam a cor dos olhos dos criminosos sem saberem quem eles eram”, foi muito importante no seu tempo e para desbravar o caminho à literatura policial, mas hoje é preciso cuidado com o estilo, pois pode dar-se uma ideia deturpada da realidade da investigação no século XXI, na qual a inteligência não deixou de ser indispensável, mas as abordagens são mais científicas (ciência forense) e a investigação é feita por equipas especializadas trabalhando em conjunto na pesquisa da verdade.

A VINGANÇA DO MARIDO TRAÍDO

Original de FELIZARDO LOPES

Felizardo Lopes, lembram-se? Descrevi-vos aqui, há tempos, um dos capítulos mais marcantes da minha vida: a minha experiência de presidiário.

Terão, possivelmente, curiosidade em saber mais notícias deste ex-recluso – o então 1423. Pois bem, saí da prisão, cumprida pena, mas continuei a penar, depois, durante algum tempo, tentando “navegar” neste difícil mar revolto que a vida hoje constitui. Enfim, subsisti os primeiros tempos graças a um “pecúlio” que tinha “guardado num velho televisor”, no sótão de minha casa – vocês conhecem a história... Ainda lá estava, felizmente. Se assim não tivesse acontecido teria, talvez, tido necessidade de voltar à prática de algum ato delituoso... e ser hoje, de novo, identificado por um número...

Uns meses mais tarde arranjei finalmente emprego. Muito mal pago, claro, mas vai dando para sobreviver...

Livre! A viver mal, mas livre; e agora sei bem que a liberdade é a condição mais importante de que podemos desfrutar! De facto, a vida de prisioneiro, sendo uma experiência que proporciona um manancial de histórias que enriquecerão o “currículo” de vida, não é desejada por ninguém – delinquentes natos, ou primários como eu...

Falei em histórias. Narrei já aqui a minha; outros, lá, contaram-me a deles. Isto porque, “lá dentro”, naqueles longos, tristes e desesperantes dias, muitos sentem a necessidade de confidenciar as razões que ali os levavam. Desabafar, uma forma de nos sentirmos menos sós – e, muitas vezes, tónico para aliviar o peso das consciências...

Porque sei que estas histórias despertam sempre a curiosidade das pessoas, vou partilhar convosco a que me foi narrada por um dos meus ex-companheiros – a dramática experiência de F., o preso nº 1365.

Já lá estava, quando eu entrei. E porque também primário, porque também vítima das condições adversas que a vida, em certas ocasiões, nos proporciona (e ainda porque, ali, ele era um dos que mais sofria com situação e dos mais carentes de apoio), rapidamente nos tornámos amigos e confidentes. Inspirava-me pena pelas razões que sabia que ali o tinham levado... Era o exemplo de como, de um momento para o outro, a vida de um homem feliz e pacato conhece um tal volte face, um virar de página

que transforma a sua existência num inferno e a pessoa num farrapo...

Mas vamos à história. Reproduzo parte da sua narrativa, anos já volvidos após me ter sido contada: “Matei! Pratiquei o crime de homicídio na pessoa de um amigo, ou melhor, de alguém que tinha como tal. Pois, as tais circunstâncias da vida: num dia, amigo de alguém, no outro, seu assassino. Porque o fiz? Descobri que o miserável era amante da minha mulher! Desde quando e quando tudo começara, desconhecia. Mas, a partir das denúncias que passei a receber, fiz investigações e vim a comprovar a sua veracidade. Fiquei desvairado, esmagado pela revelação! Era a minha vida que se desmoronava, que se virava do avesso... Senti vergonha, desespero, raiva... E decidi vingar-me! Dele, especialmente... Ela, pura e simplesmente, repudiá-la-ia, não merecia mais que desprezo, distância como de um cão tihoso... Precisava de uma arma para cumprir a missão que se impunha: disparar sobre o traidor, vingar-me; fazendo-o, descarregava também uma parte da raiva que sentia. Era um imperativo íntimo. Arranji pistola e dirigi-me ao escritório do pulha. Estava sentado à secretária, e exibiu uma expressão de surpresa e temor. Terá compreendido logo, (ou, pelo seu subconsciente culpado, suspeitado), que eu não estava ali para um qualquer ato que pudesse cimentar a nossa amizade. Tentou iniciar uma conversa, esperando ganhar tempo para avaliar as minhas intenções, ao mesmo tempo que manipulava nervosamente uma esferográfica – com a qual o vi, entretanto, rabiscar muito rapidamente algo numa folha de papel, que logo virou – mas apenas conseguiu inquirir, com uma expressão em que se desenhava medo, o que me levava ali. Não lhe dei muito tempo; chamei-lhe miserável, canalha, e puxei da arma. Disparei um, dois, três tiros que o atingiram no peito. Saí de imediato, Não sei se o deixei ainda com vida ou não... Depois do que acabara de fazer, estava cumprida a minha missão, era-me já indiferente qual o seu estado ou o seu futuro. Era, simplesmente, um virar de página na minha vida, uma coisa que eu tinha que fazer. E estava feito. Mas morreu!

Não tardei a ser preso. A minha detenção ocorreu muito rapidamente, mas não constituiu para mim surpresa, consciente que estava que teria que pagar pelo ato que cometera. A situação o que conduzira aquele crime já era conhecida por algumas pessoas, e assim só houve que somar dois mais dois. Além disso, ele acusou-me! Sobre a secretária e sob o seu tronco, nela caído, a polícia encontrou uma folha de papel, manchada de sangue, com apenas uma letra escrita – um L - na face voltada para baixo. Uma pista que a polícia, após curta investigação, bem soube interpretar.”

E ali estava ele, agora, atrás das grades – outro homem, o preso 1365 – expiando o crime que as circunstâncias lhe haviam imposto! Partilhando a sua história comigo, que também nunca previra poder vir a estar naquele local...

Foi há uns anos – mas ele ainda lá está!

Talvez um dia volte com um novo episódio da minha passagem por um período de vida que não me foi grato, mas que me marcou pelas muitas recordações e histórias proporcionadas... Entretanto, porque sei que os meus amigos do “Público Policiário” são “barras” na decifração deste tipo de desafios, coloco-vos a seguinte questão: qual, dos nomes seguidamente referidos, acham que é o preso 1365?

- A – Lourenço Pires;
- B – Luciano Marques;
- C – Luís Elviro;
- D – Licínio Casanova.

Policiário nº 1158 – Público de 13 de Outubro de 2013

SOLUÇÃO

O que estava escrito na folha de papel encontrada na secretária – e que terá constituído uma boa pista para a polícia chegar à identidade do criminoso? Apenas a letra L, e sabemos que, depois de a escrever e de ser atingido pelos tiros, a vítima a virou ao contrário.

E, pelo texto encontram-se espalhadas várias frases, reforçando esta ideia de virar que, devidamente conjugadas com aquela situação, respondem à questão: “a vida de um homem (...) conhece um tal “volte face”, “um virar de página”; “era a minha vida (...) que se virava do avesso”; “Folha de papel (com um L) na “face voltada para baixo”, etc. , Ou seja, L, que se lê EL . E, com o seu acto de a virar, depois de lhe escrever essa letra, a vítima pretendeu deixar uma mensagem acusação. Porque o EL, acrescido pelo significado que a mensagem pretendeu transmitir (VIRO), proporciona o nome desejado.

Logo, a identidade do preso 1365 é a indicada na alínea C) – Luís Elviro.

Policiário nº 1163 – Público de 17 de Novembro de 2013

CAMPEONATO NACIONAL E TAÇA DE PORTUGAL 2013

PROVA Nº 10

PARTE I

VENHAM DE LÁ ESSES OSSOS...

Original de JÚLIO PENATRA & GÁ

PARTE II

A TIA LAURINDA E O ALBERGUE ESPANHOL

Original de BÚFALOS ASSOCIADOS

VENHAM DE LÁ ESSES OSSOS...

Original de JÚLIO PENATRA & GÁ

A – Este bosque do Tojo é muito agradável: a exuberância da flora, a diversidade e polifonia das aves, as águas cristalinas do ribeiro...

B – Sim, e não só é agradável como é um sítio com história e muitas histórias a seu respeito.

C – É verdade. Em tempos, o povo da Castanheira reunia-se aqui à volta da Ermida da Sr^a do Tojo, a quem eram muito devotos.

B – Realmente, parece que era uma Ermida muito querida das pessoas, mas os franceses maltrataram-na muito. Em 1855 ainda servia para o culto, mas em 1899 já era um monte de ruínas.

C – Conta-se que, certa vez, foi roubado todo o seu recheio de valor e, como a porta parecia ter sido arrombada à machadada, logo acusaram o lenhador, que habitava com a sua família numa cabana aqui perto. Verdade ou mentira, o certo é que o lenhador e a família nunca mais foram vistos na vizinhança, e da sua cabana ficou apenas carvão.

B – Constatou-se que uma assinatura de cruz da declaração de obediência e vassalagem da Câmara da Castanheira ao D. Miguel, aprovada em 1832 e publicada na Gazeta de Lisboa, era desse lenhador, do qual se afirmava ter votado contra tal por defender ideias liberais.

C – Sim, dizia-se que tinha uns 25 anos e era um dos bastardos que os franceses cá tinham gerado na primeira invasão. Ao certo, sabe-se apenas que, a partir daí, lhe fizeram a vida negra, e ele, um latagão, teve de fugir da vila. Uns anos mais tarde, já casado, foi visto por aqui a coxear um pouco da perna esquerda e a viver na tal cabana. Nessa altura a sua história voltou às bocas do povo, apimentada com comentários à manifesta juventude e fraca figura da mulher e à presença de um filho de três anos. Parece que um novo Senhor do Tojo, que chegou e partiu com o 1º governo do Marquês de Loulé, o trazia ao seu serviço, mas ninguém soube de onde se conheciam.

D – Ora “a vida é sempre adaptação”, como disse Marcello Caetano, antes de ontem, na tomada de posse como primeiro-ministro.

A – Eh pá, não tragas a política para o campismo. E se agora nos deixássemos das histórias da história?

E – Boa ideia. Ó C, passa aí a viola do F.

C – Isso também eu queria, mas não sei dela nem do dono.

D – Olhem, vem ali e não traz a viola.

B – Então, F, onde te meteste?

F – Estive acororado, ali, no meio daqueles arbustos, e venho mais rico.

B – Não queres dizer... mais leve?

F – Não. Acororado, pus-me a esgaravatar no chão com a ponta do meu punhal, e desenterrei esta peça.

B – Mostra cá. Hum... Isto é uma moeda de III reais ou réis, como se dizia, do ano 1868, e na outra face tem escrito LUDOVICUS I DEI GRATIA.

C – É uma moeda de cobre.

B – Então, não me parece que tenhas feito uma grande descoberta, mas talvez lá estejam enterradas algumas moedas de ouro. O melhor seria irmos investigar, mas deixemos isso para próxima semana, se concordarem, porque é tempo de levantarmos a tenda.

...

B – Ora bem, tenda montada, vamos à nossa expedição. Mas é melhor ficar aqui alguém, não venha aí o “guarda do mato” implicar por estarmos cá outra vez e descobrir o que viemos fazer.

A – Devíamos ter um detetor de metais. Assim, fico cá eu.

...

F – Foi aqui!

B – Já deu para perceber.

E – Eu começo neste ponto... Eh, lá! Isto é um osso!

F – E está por debaixo do sítio de onde recolhi a moeda.

D – Cuidado com isso. Temos que escavar com muito cuidado. É melhor irmos buscar as colheres, os garfos e os pincéis da barba...

B – Tragam também a máquina fotográfica, porque não podemos levar isto daqui. Aliás, temos de voltar a enterrar tudo e disfarçar o melhor possível com ervas e musgo. Depois de investigarmos, logo daremos conta da descoberta ao Cabo da Guarda.

...

B – Meu caro G, dá-nos cá uma ajuda. Tu que és um rapaz que até já fizeste Anatomia, analisa estas fotos e diz-nos o que vê nelas o teu douto conhecimento.

G – Ok. Venham de lá esses ossos, ou melhor, as fotos. Ora, temos, então: caveira, úmero, fémur e mão. A caveira é de um caucasiano, tem aqui uma protuberância externa bem marcada no occipital,

maxilar em ângulo reto e queixo um pouco avançado. Aqui, as suturas sagital, coronal e lambdoide já estão fechadas e, ali, a que liga o mastoide ao parietal está quase. Quanto ao úmero...

D – Mede 271 mm.

G – Ok. Está um bocadinho deteriorado e não vejo nada de especial. O fémur...

D – Mede 530 mm.

G – ... parece estar também um bocado deteriorado, mas aqui vê-se bem o sinal da calcificação de uma extensa fratura. Na mão, cada dedo tem ossos incipientes, há grandes espaços entre estes e faltam mesmo alguns. E pronto, é tudo o que posso dizer através destas fotos.

B – Muito bem, a tua informação vai ser muito importante para nós.

...

C – Malta! Finalmente, o meu colega que estagia no LN... disse-me que o solo tem pH à volta da neutralidade e os ossos “morreram” há cerca de 100 a 120 anos.

D – Vá lá! Passados dois meses dos achados temos toda a informação possível a seu respeito.

B – Isto é muito interessante... e mais seria se a nossa descoberta tivesse alguma coisa que ver com a história do lenhador de que falámos.

E – Ó meu! E por que é que havia de ter? Alguém pode explicar-me?

Policiário nº 1161 – Público de 3 de Novembro de 2013

SOLUÇÃO

B – Isto é muito interessante... e mais interessante seria se a nossa descoberta tivesse alguma coisa que ver com a história do lenhador de que falámos.

E – Ó meu! E por que é que havia de ter? Alguém pode explicar-me?

Talvez. Vejamos, então:

– O que foi que aconteceu?

A malta descobriu uma moeda, de cobre, de 3 réis, no bosque do Tojo, em Castanheira do Ribatejo. Quando voltaram à procura de moedas de oiro, o que encontraram foram ossos.

– Quando ocorreram as descobertas?

No último fim-de-semana de Setembro de 1968 e no primeiro fim-de-semana do Outubro seguinte.

– Quais as questões levantadas?

Do texto ressalta que, pelo menos, 2 questões principais se levantaram no espírito da malta:

1ª – Haveria moedas de ouro enterradas no mesmo local?

2ª – Teriam os ossos descobertos alguma coisa que ver com a história do lenhador, de que tinham falado no acampamento do fim-de-semana anterior?

– Quais os indícios recolhidos?

Quanto à moeda:

Para saberem se a descoberta teria alguma coisa que ver com a história do lenhador de que falaram no acampamento anterior, analisaram e concluíram que a moeda, como a inscrição indicava, era do reinado de D. Luís I, e fora cunhada em 1868.

Naquela edição foram cunhadas 100.000 moedas de III réis, em cobre, e só mais tarde, em 1875, foi feita uma nova edição neste material de moedas do mesmo valor, mas em muito maior quantidade.

A moeda não é rara. Hoje ainda há quem as guarde e as possa perder. Tendo sido encontrada num estrato acima dos ossos, a moeda não servia para datação do achado, na medida em que debaixo dela repousava uma infinidade de tempo passado desde as origens até àquele dia da sua descoberta.

Quanto aos ossos, verificaram, como deviam:

a – se eram de animal ou humanos

O texto é claro quanto à caveira, quando diz que se tratava de um caucasiano, um tipo de ser humano. Não uma raça humana, porque não se entende assim, mas um determinado tipo de

desenvolvimento corporal humano resultante da transformação sofrida por adaptação ao seu ambiente ao longo do tempo. Como humanos, terão de considerar-se também os restantes ossos descobertos, pelas suas características e nada se dizer em contrário.

b – se pertenciam a um ou mais indivíduos

No caso presente, o comprimento dos ossos seria a característica mais interessante para responder a esta questão. Em particular o úmero e o fémur, sendo ossos longos, seriam os mais adequados para o efeito. Há maneiras apropriadas de medir um osso, mas o texto refere-se ao comprimento sem especificar como foi medido. No entanto, as diferenças não seriam muito grandes, aceitando-se que um úmero acabado medindo 271 mm possa pertencer a indivíduo adulto, macho ou fêmea, com cerca de 1,50m, um pouco mais no homem e um pouco menos na mulher, enquanto um fémur com 530 mm se aceita pertencer a um adulto macho com cerca de 1,90m. Assim, podemos admitir que o fémur e o úmero descobertos teriam pertencido a indivíduos diferentes, dado que os seus comprimentos não são compatíveis num mesmo indivíduo.

Quanto aos ossos da mão, eles eram incipientes e alguns ausentes, o que mostra não estarem acabados ou terem-se degradado muito mais rapidamente, apesar do pH do solo favorecer a conservação, indicando tratar-se de uma mão infantil, de pouca idade.

Assim, os ossos descobertos teriam pertencido a, pelo menos, 3 indivíduos diferentes, sendo dois adultos e um criança.

c – qual o género e a estatura aproximada

Há várias diferenças que permitem distinguir entre os ossos de um homem e os de uma mulher. No caso presente, seria na caveira que essas diferenças poderiam ser encontradas. Assim, tendo em conta que a caveira apresentava uma protuberância externa bem marcada no occipital, maxilar em ângulo reto e queixo um pouco avançado, que são características do género masculino caucasiano, poderá admitir-se que terá pertencido a um homem, o que vem ao encontro daquilo que poderíamos induzir a partir do comprimento do fémur descoberto. Por isso, pode admitir-se que naquela tumba estaria sepultado um homem com cerca de 1,90 de altura. Poder-se-ia aceitar como plausível que o úmero fosse da mulher com cerca de 1,50m. Desconhece-se o género da criança, mas como estavam todos na mesma tumba, não fica excluído que os ossos tivessem pertencido a um casal - ele um latagão e ela uma fraca figura - e ao seu filho, que bem poderiam ser o lenhador e a sua família.

d – a idade aproximada no momento da morte

Nestas circunstâncias, outra questão que importa estabelecer é a idade dos indivíduos no momento da morte. Não há métodos precisos para o efeito, mas há aproximações que podem ser muito úteis para a investigação. Os dentes são uma fonte importante de informação, mas no texto em apreço eles não foram referidos e, por isso, não poderiam ser considerados na resolução deste caso.

O estado de desenvolvimento dos ossos e do fecho das suturas do crânio, bem como o estado de degradação dos ossos e articulações podem ser úteis em certas situações. No caso presente, apenas os ossos da mão e a caveira poderiam fornecer informação útil, na perspetiva de estabelecer-se uma idade aproximada no momento da morte.

Já vimos que os ossos da mão apontavam para um estágio ainda infantil. Quanto à caveira, podíamos procurar informação na extensão do fecho das suturas cranianas, pois este fecho é um processo que se inicia e conclui em idades relativamente bem estabelecidas para a maior parte dos indivíduos. No entanto, nem todas as suturas fecham completamente ao mesmo tempo, numa determinada idade, em todos os indivíduos. Segundo o texto, as suturas sagital, coronal e lambdoide já estavam fechadas e a que ligava o mastoide ao parietal estava quase. Das suturas indicadas, é habitual que a lambdoide e a perietomastoide sejam as mais tardias a fechar. A primeira, fecha por volta dos 42 anos e, a segunda, cerca dos 51. Assim, com esta informação, poder-se-ia estimar uma idade aproximada para o homem entre os 42-51 anos.

A relação entre o desenvolvimento dos ossos da mão e a idade de uma criança, também está relativamente bem determinada, na medida em que esses ossos, não estando acabados, se vão desenvolvendo e completando à medida que a criança vai crescendo. No pós-morte, os ossos em geral vão-se degradando com o tempo, tanto mais rapidamente quanto menor for a sua idade em vida, embora fatores ambientais, como o pH do solo em que estão sepultados, possam favorecer ou dificultar essa degradação. No caso presente, apenas sabemos que o valor do pH favorecia a conservação. Assim, tomando em conjunto o facto de faltarem alguns ossos e existirem grandes espaços entre os ossos em cada dedo, podia considerar-se com alguma probabilidade que se trataria da mão de uma criança de pouca idade. Quanto à mulher, não seria possível estimar a sua idade, por o úmero não nos fornecer informação que pudesse ser usada nesse sentido.

e – o tempo decorrido entre o momento da morte e o da descoberta

Igualmente importante seria estabelecer-se o tempo decorrido desde a morte até ao momento da descoberta dos ossos. Para este fim, poderia recorrer-se diretamente à análise dos ossos ou a métodos

indiretos, analisando outros materiais que eventualmente os acompanhassem, como tecidos, objetos e outros. Seja qual for a abordagem, não existem métodos perfeitos para o conseguir. No caso presente, já vimos que a moeda não ajudava à datação e que se recorreu à análise de amostras dos ossos. Segundo o texto, estas análises indicaram que a morte dos três indivíduos teria ocorrido há cerca de 100-120 anos. Ora, tendo em conta que a descoberta dos ossos teve lugar em 1968, uns dias após o início do governo de Marcelo Caetano, ter-se-á de concluir que aquelas mortes teriam ocorrido entre 1848 e 1868.

f – a natureza de alguma lesão e a causa da morte

Por vezes, os ossos apresentam marcas que podem ser importantes para ajudar à identificação dos indivíduos ou mesmo para apuramento da causa da sua morte. No caso presente, o texto é praticamente omissivo a este respeito, referindo apenas que o fémur apresentava sinal de calcificação de uma extensa fractura. Esta particularidade pode ser relevante tendo em vista a identificação do indivíduo a que pertenceu, mas não para nos leva a uma possível explicação para a causa da sua morte nem dos que o acompanharam na tumba.

g – mais algumas pistas sobre as identidades

O 1º governo do Marquês de Loulé decorreu de 1856 a 1859, no período em que as mortes terão tido lugar e o lenhador e a família desapareceram, tendo a sua cabana ficado reduzida a carvão, ou seja, entre 1848 e 1868. Por isso, este seria um fator a favor da ideia de que os ossos descobertos poderiam ter pertencido ao lenhador e à sua família.

Vimos que a caveira permitia estimar uma idade do indivíduo à volta de 42 a 51 anos em vida. Segundo a história, em 1832, o lenhador teria 25 anos, logo, em 1856-1859, teria uma idade entre os 49 e 52 anos, o que seria um intervalo de idades compatível com o atribuído à caveira e constitui um dado a favor da possibilidade de esta ter pertencido ao lenhador.

Quando o lenhador voltou à Castanheira, coxeava. Ora, tendo em conta que o fémur, pelo seu comprimento, apontava para um indivíduo com cerca de 1,90m, e que a extensa fratura calcificada que apresentava em morto, em vida, deveria provocar dificuldade no andar, temos aqui dois fatores a favor da possibilidade destes ossos terem pertencido ao lenhador - um latagão coxo.

Finalmente, vimos que o úmero seria demasiado pequeno para pertencer ao homem e demasiado grande para pertencer à criança. Estando este osso também na mesma tumba e igualmente no mesmo estrato dos descobertos, parece razoável considerar-se que a morte do seu proprietário também teria

ocorrido na mesma altura que as outras e também teria alguma proximidade com os restantes indivíduos. Ora, como a história nos diz que a esposa do lenhador seria uma fraca figura, e o comprimento do úmero aponta para uma pessoa com cerca de 1,50m, parece razoável admitir que este osso lhe teria pertencido.

Vimos, ainda, que a mão era de uma criança pequena. Estando, também, estes ossos na mesma tumba e sensivelmente no mesmo estrato que os ossos dos adultos, parece razoável considerar-se que a sua morte terá ocorrido na mesma altura (a datação é aproximada) e, também, teria com os restantes alguma proximidade. Ora, tendo em conta que toda a família do lenhador desapareceu na mesma altura e que dela fazia parte um filho de 3 anos, parece razoável pensar-se que a referida mão teria pertencido ao filho do lenhador.

Nos ossos descobertos, não foram encontrados sinais que pudessem dar uma ideia de qual o meio utilizado para causar a morte. No entanto, face às circunstâncias, conjugando os resultados e as datas com os pormenores da história que chegou aos nossos dias, mais o facto de todos estarem sepultados numa mesma tumba pouco profunda, e o achado ter tido lugar na proximidade do local onde moravam e foram vistos pela última vez, torna plausível que a sua morte não tivesse sido um acontecimento natural e que os restos encontrados tivessem efetivamente resultado de um fim súbito e trágico do lenhador e da sua família, quem sabe se devido às ideias que defendia.

Assim, em resumo, poderemos dizer que, face às características apresentadas pelos ossos e os resultados da sua análise, conjugados com os resultados da análise das datas, dos factos históricos e da história que chegou até aos nossos dias, fica demonstrado ser plausível que os ossos descobertos pela malta campista tivessem pertencido efetivamente ao lenhador e à sua família.

Convenhamos que a investigação foi muito incompleta e conduzida por curiosos. Certamente que uma escavação mais ampla e mais bem orientada poderiam ter dado uma ajuda mais preciosa e permitido um melhor esclarecimento do caso, mas a ficção não foi por aí.

Policiário nº 1166 – Público de 8 de Dezembro de 2013

MELHOR SOLUÇÃO

Autor: DANIEL FALCÃO

PARTE I

Algumas referências

VILA DE CASTANHEIRA

«A vila da Castanheira deve o seu nome a um “frondoso bosque de Castanheiros que antigamente sombreava a Ermida de Nossa Senhora do Tojo”. Junto ao Rio Tejo, encontramos os vestígios mais antigos de ocupação humana, os quais remontam ao Paleolítico. Muito tempo depois, no 1º milénio a.C., existiram nos arredores grandes povoados fortificados, dos quais se destaca, na área da própria freguesia, o Monte dos Castelinhos. A ocupação romana ficou também marcada por achados no Monte dos Castelinhos (local, que está a ser alvo de escavações arqueológicas sistemáticas) e no Bairro Gulbenkian.

Nos séculos XII e XIII, a Castanheira fazia parte do Termo de Povos, que teve foral antigo, em 1195. Em 1452, D. Afonso V concedeu carta de Vila à aldeia e lugar de Castanheira. O foral novo foi concedido por D. Manuel I, em 1510.

Os séculos XV e XVI foram marcados pelo poder dos Ataídes, senhores da Castanheira, tendo sido D. António de Ataíde, o 1º Conde da Castanheira. O Concelho da Castanheira foi extinto em 1837 e o pelourinho foi apeado em 1845.

A povoação de Castanheira do Ribatejo, foi de novo, elevada a vila, em 1985.»

In Roteiro nº 8 – Núcleo Histórico da Castanheira do Ribatejo.pdf de www3.cm-vfxira.pt

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DO TOJO

«Estava solitária e triste, embrenhada nos pinhais que revestem um sombrio desfiladeiro da serra, para a esquerda do caminho indo da Castanheira para os Cadafais.

Era administrada pela Comarca da vila e muito da devoção do povo. Com a passagem dos franceses pela vila maltrataram em muito a ermida, roubando-lhe muitas madeiras, não a destruíram de todo. O que mais concorreu para a sua extinção, foi a má administração da Câmara

de Castanheira e a sucessora desta, a de Vila Franca de Xira. Em 1855 ainda servia para o culto. Em 1870 parecia estar em sofrível estado de conservação, contudo em 1899 já era um montão de ruínas, tendo a imagem e o sino ido para a igreja paroquial.»

In http://www.jf-castanheiraribatejo.pt/cultura/patrimonio.html#ermida_de_N._Sra._do_Tojo

REI D. MIGUEL

«Dom Miguel O Usurpador

Foi rei da Quarta Dinastia e o trigésimo Rei de Portugal, e filho de João VI, rei de Portugal e de Carlota Joaquina, rainha de Portugal que nasceu em Queluz a 26 de Outubro de 1802 e morreu a 14 Novembro de 1866, e que se casou com Dona Adelaide e teve como descendentes sete filhos. Começou a governar em 1828 e terminou em 1834. Nasceu no Palácio de Queluz. Tinha apenas cinco anos de idade quando partiu para o Brasil com a família real, e de lá regressou com os pais e as irmãs em 1821. Era um rapaz alto, elegante, moreno, de grandes olhos escuros. Adorava andar a cavalo e montava muito bem. Era também grande apreciador de caçadas e touradas. Sempre que surgia oportunidade, entrava na arena para enfrentar o touros. Fazia o maior sucesso entre as mulheres. O povo adorava-o. Este príncipe não tinha direito a ser rei porque era o segundo rapaz. Mas as circunstâncias permitiram que se sentasse no trono.»

In <http://www.hirondino.com/historia-de-portugal/dom-miguel-o-usurpador/>

DECLARAÇÃO DE OBEDIÊNCIA E VASSALAGEM

«Gazeta de Lisboa – Sábado, 14 de Janeiro – Num. 12 – Anno 1832

(...) Cantanhede, 3 de Dezembro – (Artigo comunicado).

Seria injustiça para os habitantes da antiga Villa de Cantanhede deixar de publicar os sentimentos que manifestarão em favor da Sagrada Causa do Throno e do Altar, logo que lhes constou o preparamento que contra Portugal tentavão os rebeldes equipando vasos e alistando foragidos, a fim de caminharem contra a sua Mãe Patria que lhes deo o ser.

(...) Logo que lhes constou que hum punhado de bandidos e rebeldes, inimigos do Throno e do Altar, e propriamente de si mesmos, se abalançavão a querer atacar a segurança individual de povos tão affectos a seu Legitimo Rei e Senhor Natural, o Senhor D. Miguel I, congregando-se estes povos (...) pedindo estes fiéis vassallos ao dito Juiz de Fôra quisesse ser seu Commandante, e que houvesse de ser o interprete de seus sentimentos na Real Presença de ElRei o Senhor D. Miguel

I (...) convocando Camara grande e extraordinaria, fez lavrar auro que testemunhasse os sentimentos de animos tao Portugueses, em acto de Camara, de 25 de Novembro do corrente anno. (...)

Gazeta de Lisboa – Segunda-feira, 18 de Junho – Num. 143 – Anno 1832

(...) Lisboa, 17 de Junho.

(...) A Camara, Clero, Nobreza, e Povo da Cidade de Faro, não obstante ter já prestado a Vossa Magestade o juramento de fidelidade, obediencia, e respeitosa Vassalagem, como a Seu Unico e Legitimo Rei, e Senhor Natural (...) Faro, em Camara de outo de Maio de mil outocentos e trinta e dous (...) [Seguem-se dezenas de nomes subscritores.]»

In http://books.google.pt/books?id=4IAZAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

Os elementos mais próximos de uma declaração de obediência e vassalagem são aqueles que se transcrevem, retirados da Gazeta de Lisboa nº 12, publicada no dia 14 de janeiro de 1832, e da Gazeta de Lisboa nº 143, publicada no dia 18 de junho de 1832.

Como se pode ver, os extratos referem-se à vila de Cantanhede e à cidade de Faro e não à vila de Castanheira. De igual modo, o primeiro extrato, referente à vila de Cantanhede, embora publicado em janeiro de 1832, refere-se a um acontecimento ocorrido no ano anterior, em dezembro de 1831. Apenas o extrato referente à cidade de Faro, é que adianta que a declaração de obediência e vassalagem foi aprovada em 1832, no dia oito de maio.

Fica aqui registada esta incoerência da estória, não completamente coincidente com a história.

1ª INVASÃO FRANCESA

«Incursões militares de tropas francesas sobre o território português levadas a cabo, nos anos de 1807-1808, 1809 e 1810-1811, sob a direção, respetivamente, dos marechais Junot, Soult e Massena.

A razão imediata das invasões relacionou-se com a recusa portuguesa em aderir ao Bloqueio Continental decretado por Napoleão em relação à Inglaterra, no ano de 1806. Para agravar a situação, em Agosto do ano seguinte, França apresentou um ultimato ao governo português: ou este declarava guerra à Inglaterra até dia 1 de Setembro ou as fronteiras nacionais seriam cruzadas pelos soldados franceses. Na medida em que a aliança anglo-lusa não foi quebrada, a

ameaça foi cumprida em meados de Novembro.»

In <http://portugalhistoria.blogspot.pt/2008/02/as-invasoes-francesas-guerra-peninsular.html>

A 1ª invasão francesa, comandada pelo general Junot, em novembro de 1807, prolongou-se pelo ano de 1808. Ora, se se dizia que o lenhador era um dos muitos bastardos que os franceses tinham por cá gerado durante a primeira invasão, ele teria nascido algures entre a segunda metade de 1808 e o ano de 1809, pelo que estaria a caminho de completar os 25 anos, aquando da referida assinatura em 1832.

1º GOVERNO DO MARQUÊS DE LOULÉ

«Loulé (Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, 9º conde de Vale de Reis, 2º marquês e 1º duque)

(...) Em 3 de junho de 1856 foi encarregado de organizar o ministério, reservando para si a pasta dos estrangeiros, a do reino por alguns dias, e também interinamente a das obras públicas, até à queda do gabinete em 16 de março de 1859. Este ministério teve existência bem atribulada; foi ele que sofreu a afronta da Charles et George, e foi ele que introduziu em Portugal as irmãs da caridade francesa, que tinham de ser origem de muitos conflitos.»

In <http://www.arqnet.pt/dicionario/loule1d.html>

O 1º governo do marquês de Loulé teve a curta duração de 2 anos, 9 meses e 13 dias, no período entre 3 de junho de 1856 e 16 de março de 1859. Neste período, o lenhador que estaria ao serviço de um senhor do Tojo que ali teria chegado e depois partido, durante o 1º governo do marquês de Loulé, teria uma idade próxima dos 50 anos.

A VIDA É SEMPRE ADAPTAÇÃO

«Discurso na tomada de posse: Marcelo Caetano, 27/9/1968

O Senhor Presidente da República resolveu, no seu alto critério e segundo as normas constitucionais, designar-me para a presidência do Conselho de Ministros. Afastado há bastante anos da vida pública essa escolha surpreendeu-me. Tenho a consciência do que valho e do que posso e nunca poderia considerar-me à altura das gravíssimas responsabilidades deste momento histórico.

(...) O grande perigo para os discípulos é sempre o de se limitarem a repetir o Mestre, esquecendo-se que um pensamento tem de estar vivo para ser fecundo. A vida é sempre adaptação.

(...) Temos de cerrar fileira, aquém e além-mar, para avançarmos juntos, com prudência, sim, mas seguramente. A divisão pode-nos ser fatal a todos. A dispersão enfraquecer-nos-á sem remédio. Saibamos ser dignos desta hora. O mundo tem os olhos postos em Portugal: a dignidade do Povo Português responderá a essa curiosidade ansiosa.»

In <http://entreostextosdamemoria.blogspot.pt/2012/09/discurso-na-tomada-de-posse-marcelo.html>

O discurso da tomada da posse de Marcelo Caetano no qual foi utilizada a expressão “a vida é sempre adaptação” foi lido na sexta-feira, dia 27 de setembro de 1968. Dois dias volvidos, o domingo, dia 29 de setembro do mesmo ano, é o dia das descobertas feitas pelos sete amigos (A, B, C, D, E, F e G).

UMA MOEDA DE III REAIS

3 Real (III Réis)

Códigos de catálogos:	WCC:km517
Data de emissão:	1868
Última data emitida:	1875
Distribuição:	Circulação padrão
Peso:	3,8 gramas
Diâmetro:	23 mm
Composição:	Cobre
Cunhada por:	Casa da Moeda de Lisboa, Portugal
Denominação:	3Real Português
Quantidade:	1.580.000
Assunto:	III Réis
Pontuação:	77,69 Precisão: Baixo
Descrição:	Anv: Crowned ornate arms Anv. Legenda: LUDOVICUS • I • DEI • GRATIA Rev: Value within wreath, date below Rev. Legenda: PORTUGALIE • ET • ALGAREIORUM • REX Quantidade: 1868-100 ...



In http://colnect.com/pt/coins/list/page/2/series/75504-1861-1889_D_Luís_I_O_Popular/country/2279-Portugal

A moeda de III reais ou réis foi emitida pela primeira vez em 1868, tendo como última data de emissão o ano de 1875, corria o reinado de D. Luís I, iniciado a 1861 e fechado com a sua morte em 1889, daí a

inscrição no verso da moeda LUDOVICUS I DEI GRATIA, “D. Luís I Sua Graça”.

Aquela moeda de cobre estaria por ali caída desde uma data posterior a 1868, ou seja, no máximo há 100 anos, pois fora descoberta no dia 29 de setembro de 1968.

SUTURAS SAGITAL, CORONAL E LAMBDOIDE JÁ ESTÃO FECHADAS

«A parte superior do crânio é chamada de cúpula do crânio ou calvária. É atravessada por quatro suturas (articulações que permitem mínima mobilidade aos ossos do crânio):

1 - Sutura Coronal ou Bregmática: entre os ossos frontal e parietais

2 - Sutura Sagital: entre os dois parietais (linha sagital mediana)

3 - Sutura Lambdoide: entre os parietais e o occipital

4 - Sutura Escamosa: entre o parietal e o temporal»

In <http://www.auladeanatomia.com/osteologia/craniocomumtodo.htm>

«Na tabela abaixo, mostramos o período de tempo no qual cada sutura e cada fontanela deve-se fechar. Durante o período em que as suturas e as fontanelas estão abertas, o cérebro da criança pode crescer e se desenvolver, proporcionando o crescimento normal da cabeça e o desenvolvimento intelectual da criança. Após o fechamento, não é mais possível palpar a sutura ou a fontanela.

<i>Tipo de Sutura/Fontanela</i>	<i>Tempo de Fechamento</i>
<i>Sutura Metópica</i>	<i>9 meses a 2 anos de idade (pode persistir na fase adulta)</i>
<i>Sutura Coronal, Sagital e Lambdoide</i>	<i>40 anos de idade</i>
<i>Fontanela Anterior</i>	<i>9 a 18 meses de idade</i>
<i>Fontanela Posterior</i>	<i>9 a 18 meses de idade</i>

Quando o fechamento das suturas ocorre antes desses períodos, dizemos que ocorre fusão precoce, ou seja, cranioestenose.»

In <http://www.cenepe.com.br/duvidas-frequentes/saudes-doencas/241-2/>

O fecho das suturas coronal, sagital e lambdoide, colocando de lado a possibilidade de fusão precoce, permitem concluir que as ossadas pertenciam a uma pessoa com, pelo menos, 40 anos de idade.

O ÚMERO MEDE 271 MM

«Humerus bone connects shoulder with elbow in human arm. It is a long bone which consists of three parts i.e. upper extremity of Humerus, body of Humerus and lower extremity of Humerus. Humerus forms the upper part of human arm and many important muscles are attached with it. The average length of humerus is 36.46 cm.»

In <http://www.einfopedia.com/human-bones-longest-or-largest-human-body-bones.php>

O tamanho médio do úmero, osso do braço que liga o ombro ao cotovelo, de um homem adulto ronda os 34,66 cm. Ora, o osso encontrado com 27,1 cm, ou seja, medindo menos 7,5 cm, deveria pertencer a uma pessoa de estatura inferior à média, a não ser que tivesse braços demasiado pequenos.

O FÉMUR MEDE 530 MM

«Femur is the largest bone in body. It forms the upper part of human leg. Its average length in adult male is 50.50 centimeter. This bone is also found in mammals, reptiles and vertebrates i.e. frog, lizards, amphibians etc. Femur is Latin word which means thigh hence it is also known as thigh bone.»

In <http://www.einfopedia.com/human-bones-longest-or-largest-human-body-bones.php>

O tamanho médio do fémur, osso da parte superior da perna, de um homem adulto ronda os 50,5 cm. Ora, o osso encontrado com 53 cm, ou seja, medindo mais 2,5 cm, deveria pertencer a uma pessoa de estatura superior à média, a não ser que tivesse pernas demasiado curtas.

Como o úmero e o fémur parecem pertencer a pessoas com características, respetivamente, inferior e superior à média, tudo leva a crer que os dois ossos não pertencem à mesma pessoa.

OS OSSOS E A ESTATURA

«Correlación entre huesos e estatura

(...) si se conocen en un grupo humano las estaturas y las longitudes de los huesos, como el fémur o el húmero, se pueden obtener unas ecuaciones sencillas para correlacionar ambas variables. Disponemos de ecuaciones para deducir las estaturas de hombres o mujeres a partir de la medida de sus huesos.

En mujeres: $E = 1,94 \times F + 72,84$

$E = 2,75 \times H + 71,48$

En hombres: $E = 1,88 \times F + 81,31$

$E = 2,89 \times H + 70,64$

donde E es la estatura, F es la longitud del fémur y H es la longitud del húmero.»

In <http://blogcolegioelcaton.files.wordpress.com/2009/11/curiosidades-sobre-los-huesos.pdf>

As expressões que correlacionam o tamanho dos ossos com a estatura ajudam a determinar que altura teria a pessoa (ou pessoas) cujos ossos foram encontrados. Assim, por um lado, um úmero de 271 mm tanto poderia pertencer a uma mulher com uma estatura de 1,46 metros ($2,75 \times 27,1 + 71,48$), como a um homem de 1,49 metros ($2,89 \times 27,1 + 70,64$). Por outro, um fémur de 530 mm tanto poderia pertencer a uma mulher com uma estatura de 1,76 metros ($1,94 \times 53,0 + 72,84$), como a um homem de 1,81 metros ($1,88 \times 53,0 + 81,31$).

Comprova-se, através destas medidas, que o úmero e o fémur encontrados não podem pertencer à mesma pessoa, pois o úmero pertence a alguém cuja estatura não deve ultrapassar 1,50 metros, enquanto o fémur deve pertencer a alguém cuja estatura rondaria 1,80 metros.

DEDOS COM OSSOS INCIPIENTES

«Formação dos ossos

(...) Embora os primeiros núcleos de ossificação apareçam durante a vida intrauterina, na infância existem outros novos que ao aparecerem vão progressivamente substituindo a cartilagem, o que permite ao osso crescer em espessura e em comprimento até atingir a sua forma definitiva. Consequentemente, os ossos apenas estão formados por completo quando toda a cartilagem for substituída por osso, o que acontece ao longo da infância.

(...) A influência das hormonas produzidas durante a puberdade faz com que as cartilagens de conjugação sofram um processo de ossificação, o que provoca a paragem do desenvolvimento dos ossos longos. O fim da puberdade determina o tamanho definitivo do indivíduo.»

In <http://www.medipedia.pt/home/home.php?module=artigoEnc&id=366>

Embora a formação dos ossos se inicie durante a vida intrauterina, é no decurso da infância que os ossos passam de simples cartilagem para ossos completamente formados. Desta forma, torna-se fácil concluir que a incipiência dos ossos é uma característica de um indivíduo que atravessa a idade da infância, ou seja, uma criança.

Todavia, o processo de ossificação continua durante a puberdade até os ossos atingirem o seu tamanho definitivo.

SOLO COM PH À VOLTA DA NEUTRALIDADE

«Bruna Raquel Figueiredo Lopes – Cemitérios: Impacte nas Águas Subterrâneas
(...)»

8.3.1.2.4. Período de Esqueletização

Com o passar dos anos, os cabelos e ossos vão perdendo a sua estrutura e resistência ficando apenas a fração mineral (carbonato de cálcio) (Pacheco, 2006). Os solos com características ácidas decompõem os ossos rapidamente, enquanto solos neutros ou ligeiramente alcalinos os preservam. Caso seja atingido por chuvas ácidas, o esqueleto é rapidamente destruído (Rodrigues, 2002).»

In <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/630/1/2009001297.pdf>

O pH do solo, à volta da neutralidade, propiciou as condições para que os ossos tivessem resistido ao tempo e pudessem ser descobertos. Num solo com características mais ácidas, a descoberta nunca teria tido lugar.

PARTE II

A descoberta da verdade

A BIOGRAFIA DO LENHADOR

Consta que o lenhador era filho bastardo de um dos franceses que participaram na incursão militar sobre o território português aquando da primeira invasão napoleónica, ocorrida entre 1807 e 1808 sob a direção do marechal Junot. Teria então nascido entre a segunda metade de 1808 e a primeira metade de 1809.

O lenhador estivera presente aquando da declaração de obediência e vassalagem da Câmara de Castanheira prestada ao Rei D. Miguel e aprovada em 1832. Também pelo que consta, uma das assinaturas de cruz dessa declaração teria sido da autoria do lenhador, que contaria à data 23/24 anos (perto dos 25 anos apontados), embora sempre afirmasse ter votado contra por defender ideias liberais.

Todavia, independentemente do que afirmava, a verdade estaria sempre do lado do povo e o povo clamava justiça após o fim do absolutismo, em 1834, e o regresso de D. Miguel ao exílio de onde nunca

mais voltou. O período que se seguiu, a que não seria alheia a extinção do concelho de Castanheira em 1837, foi demasiado negro para o lenhador, perseguido pelos seus conterrâneos. Pelo que, mesmo tratando-se de um latagão, teve de fugir para bem longe dali.

Vários anos volvidos, voltou a ser visto pela vila, já casado, na companhia de uma jovem mulher e de um filho de três anos, coxeando da perna esquerda e a viver numa cabana perto da Ermida da Senhora do Tojo. Dizia-se, à época, que estava ao serviço do novo Senhor do Tojo, que chegara e partira com o primeiro governo do Marquês de Loulé, embora ninguém soubesse como se teriam conhecido. Estar-se-ia algures entre os anos de 1856 e 1859, embora seja mais provável que o novo Senhor do Tojo tenha chegado à vila no início deste período, talvez em finais de 1856 ou no início de 1857.

Os comentários apimentados do povo ecoaram imediatamente, dada a manifesta juventude e fraca figura da mulher, duvidando (ou tendo a certeza) da paternidade da criança e encontrando aí a justificação para que o Senhor do Tojo tivesse o lenhador ao seu serviço. Por esta altura, o lenhador estaria a caminho de completar 50 anos, já tendo ultrapassado os 45 anos.

No final de março de 1859, cessara o primeiro governo do Marquês de Loulé, partira o referido Senhor do Tojo, mas o lenhador permanecera na vila, na companhia da jovem mulher e da criança.

Entretanto, a ermida que ainda servia para o culto em 1855 fora assaltada. A porta parecia ter sido arrombada à machadada e fora roubado todo o seu recheio de valor. Depois do assalto, em 1870, ainda parecia em estado sofrível de conservação, mas no final do século já era apenas um monte de ruínas.

A proximidade da sua cabana e a machadada que a porta sofrera, visto o machado ser um dos principais instrumentos de labor, imediatamente levou o povo a acusar o lenhador. Naturalmente que desta acusação não estava isento, porque não caíra no esquecimento, o que acontecera décadas antes durante o miguelismo.

O referido assalto teria então ocorrido depois de 1859 e antes de 1870, talvez na primeira metade da década de 1860, entre 1860 e 1865, em meados desta década, ou mesmo na segunda metade. Por essa altura, a idade do lenhador estaria entre os 50 anos, que já ultrapassara, e os 60 anos, para onde caminhava.

Por sua vez, a criança poderia já ter completado a sua primeira década de vida, caso ainda fosse viva e caso o assalto tivesse sido em meados da década de 1860, pois quando o lenhador regressou à vila (talvez em finais de 1856 ou no início de 1857), a criança tinha 3 anos.

Mas se, porventura, o assalto e a consequente vingança da população, que contribuiu para que o lenhador e a família nunca mais fossem vistos e da sua cabana apenas restasse carvão, tivesse ocorrido um pouco mais perto de 1870, mais precisamente, entre 1868 e 1870, o lenhador já teria praticamente

60 anos e a criança já teria à volta de 15 anos de idade.

A BIOGRAFIA DOS OSSOS

Sexta-feira, dia 27 de setembro de 1968, o novo chefe do conselho de ministros afirma que a vida é sempre adaptação, ou seja, depois daquela data tudo continuará (continuará) como antes. Dois dias depois, domingo, dia 29, sete amigos fazem uma descoberta promissora próximo da ermida da Nossa Senhora do Tojo. Encontram uma moeda de cobre de III reais ou réis, datada de 1868.

A perspectiva de novas descobertas, tão ou mais promissoras, impele-os a regressar uma semana depois, no fim-de-semana de 5 e 6 de outubro. Todavia, contrariando as melhores previsões, espera-os uma descoberta macabra.

Por debaixo do sítio onde fora descoberta a moeda, encontraram um osso. Continuando a escavar, agora com mais cuidado, utilizando colheres, garfos e pincéis da barba, ao mesmo tempo que registam fotograficamente tudo que encontram, deparam com outros ossos, uma caveira, um úmero, um fémur e ossos da mão:

- × a caveira é de um caucasiano e apresenta uma protuberância externa bem marcada no occipital, maxilar em ângulo reto e queixo um pouco avançado; as suturas sagital, coronal e lambdoide estão fechadas e a sutura que lida o mastoide ao parietal está quase fechada;
- × o úmero, um bocadinho deteriorado, mede 271 mm;
- × o fémur, também um bocadinho deteriorado, mede 530 mm; apresenta, ainda, o sinal da calcificação de uma fratura extensa;
- × na mão, cada dedo tem ossos incipientes, havendo grandes espaços entre eles e faltando alguns.

Depois de contactado o Cabo da Guarda, a quem dão conhecimento das descobertas, têm de aguardar dois meses para terem mais informações. É assim que, num dia de dezembro desse mesmo ano, ficam a saber que, no local onde fizeram as descobertas, o solo tem pH à volta da neutralidade e que os ossos datam de há cerca de 100 a 120 anos.

Satisfeitos por terem feito aquela descoberta graças à neutralidade do solo que permitiu preservar os ossos, já que um solo com características ácidas levariam a uma decomposição mais rápida, conseguiram determinar o período em que a pessoa ou pessoas a que pertencem os ossos morreram e foram enterradas: entre 1848 e 1868.

Caso a moeda, emitida em 1868, tenha sido lá deixada ou lá tenha caído no dia do enterro, então o período em causa passa a cingir-se ao ano de 1868. Que poderia ser, perfeitamente, o ano em que foram vistos pela última vez o lenhador e a família.

Os sete amigos procuram saber se a descoberta que fizeram tem alguma relação com a história do lenhador, visto que existem algumas coincidências de datas. A existir alguma relação, resta-nos determinar a quem pertencem os ossos encontrados, se apenas a uma pessoa, o lenhador, se a mais de uma pessoa, o lenhador e a sua família.

Iniciemos a nossa análise pela caveira encontrada. Sabemos pertencer a um caucasiano, logo pessoa de raça branca, e sabemos apresentar uma protuberância externa bem marcada no occipital, o que é característico de alguém do sexo masculino, e o maxilar em ângulo reto e queixo um pouco avançado, característico de uma pessoa com hipermentonismo. Em síntese, a caveira pertence a um homem, de raça branca, com hipermentonismo.

Por um lado, o fecho das suturas sagital, coronal e lambdoide, exceto em casos de fusão precoce, registam-se por volta dos 40 anos. Por outro, a união do osso parietal à parte mastoide do osso temporal, parietomastoidea, é muito mais tardia, ou seja, dificilmente ocorrendo antes dos 60 anos, embora a probabilidade seja maior por volta dos 70 anos⁽¹⁾. Em síntese, o homem a quem pertence a caveira teria uma idade compreendida entre os 40 e os 70 anos.

⁽¹⁾ Rodrigues, A.C.D. (2011). *Suturas Cranianas como Indicadores da Idade à Morte em Indivíduos com mais de 55 anos*. Dissertação de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses – Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Disponível em pt.scrib.com.

Sendo o lenhador de raça branca, fruto da relação de um militar francês e de uma portuguesa, e estando em finais da década de 1860 com uma idade que rondaria os 60 anos, estão verificadas as condições para que a caveira lhe pertença: caucasiano com idade entre os 40 e os 70 anos. Ademais, ficamos a saber que sofria de hipermentonismo.

Conhecidas as dimensões do úmero e do fémur que foram encontrados, podemos aferir, considerando valores médios, qual a altura da pessoa, caso se trate de um homem ou de uma mulher.

Ossos	Altura	
	Homem	Mulher
Úmero de 27,1 cm	1,49 m	1,46 m
Fémur de 53,0 cm	1,81 m	1,76 m

Como é fácil de confirmar, o úmero encontrado teria pertencido a alguém de baixa estatura, perto

de 1,50 metros, enquanto o fémur teria pertencido a alguém de estatura elevada, perto de 1,80 metros, devendo ser rejeitada liminarmente a possibilidade de os dois ossos pertencerem à mesma pessoa.

Sendo o lenhador um latagão, tal como designado e como exigiria a sua atividade profissional, deveria ter uma altura acima da média, pelo que é aceitável considerar que mediria perto de 1,80 metros e que o fémur encontrado lhe pertence. Para robustecer esta possibilidade, temos o sinal de calcificação de uma fratura extensa, quando sabemos que o lenhador coxeava quando regressou à vila.

Confirmada a pertença da caveira e do fémur, teremos de concluir que o úmero pertencia a uma segunda pessoa, de estatura inferior, podendo corresponder à mulher de fraca figura que acompanhara o lenhador no seu regresso à vila. Adiante-se que não seria crível que o lenhador tivesse braços tão curtos, absolutamente inadequados para a sua atividade e merecedores de um reparo pelo povo da vila.

A mão, cujos dedos tem ainda ossos incipientes, com espaço entre eles e faltando alguns, não pode pertencer a um adulto, mas a uma criança. É durante o período da infância que os núcleos de ossificação vão progressivamente substituindo a cartilagem, até que o osso cresça e atinja a sua forma definitiva.

Ora, a incipiência dos ossos mostra que a mão pertenceria a uma criança em plena infância. O espaço encontrado entre os dedos e a falta de alguns dedos deve-se ao maior afastamento entre os dedos de uma criança e à mais rápida decomposição da cartilagem.

Conhecida a pertença da caveira, do fémur e do úmero, a mão pertenceria à criança que estaria na idade final da infância.

O DESFECHO FINAL

Indubitavelmente, tal como admitia um dos sete amigos, a descoberta feita está ligada à história (ou estória) do lenhador. Aquele grupo de amigos encontrou a caveira e um fémur do lenhador, um úmero da jovem mulher e uma mão da criança. Investigações mais aprofundadas, desencadeadas posteriormente, mas sem a presença daqueles sete amigos, com certeza terão encontrado outros vestígios do enterramento dos membros desta família.

Se a criança é filho da jovem mulher, muito provável, e se a criança é filha do lenhador, menos provável segundo os mexericos da época, só pode ser atestada através de exame ao ADN dos ossos das três pessoas. O que já não é relevante para a nossa investigação.

Uma dúvida que persiste está relacionada com a presença da moeda. Teria a moeda ali ficado acidentalmente caída, coincidindo com o local onde fora enterrada aquela família? Ou teria sido para ali atirada, recordando a prática referenciada na mitologia grega ou como sendo o preço da traição?

Na nossa opinião, a presença da moeda é acidental podendo ali ter caído, quer no momento do

enterro dos três corpos, quer mesmo mais tardiamente. Pois se tivesse sido atirada, seria pouco provável que fosse encontrada num nível superior ao primeiro osso descoberto. Uma moeda atirada durante o enterro estaria, muito provavelmente, a um nível inferior ao dos corpos. Mas isto são apenas conjecturas, pois não conhecemos o terreno, nem a profundidade a que os ossos foram encontrados, nem os movimentos tectónicos por ali registados no último século.

Importante mesmo é o facto de a moeda ajudar a datar a morte daquela família, a qual teria ocorrido no final da década de 1860, muito provavelmente em 1868... ou até 1869, já que a datação dos ossos foi feita em dezembro de 1968, pelo que o período de 100 a 120 anos termina em novembro de 1869.

O que nos suscita uma outra dúvida, a qual está relacionada com a idade da criança. Se a moeda serve para datar a morte daquela família, 1868/1869, então a criança que chegou à vila na companhia do lenhador e da mulher jovem teria aproximadamente 15 anos. Não sendo de todo impossível, pois o processo de calcificação ainda estaria em curso, é pouco provável que os ossos dos dedos ainda estivessem incipientes e existissem grandes espaços entre eles e faltassem alguns. Esta situação seria bem mais provável numa criança em plena infância, ou seja, que ainda não tivesse ultrapassado os 10 anos.

A partir desta dúvida, podem-se levantar três outros cenários:

- × os ossos encontrados pertenceriam a uma segunda criança nascida enquanto residiam na vila, tendo a primeira criança morrido entretanto devido à forte mortalidade infantil que se registava à época;
- × a morte da família aconteceu alguns anos antes, na primeira metade da década de 1860, sendo a criança mais jovem e tendo a moeda caído acidentalmente naquele local, mais tarde, depois de 1868;
- × a criança, sendo filho de uma mulher de fraca figura, não chegava a meio metro de altura, poderia sofrer de alguma doença, resultante de raquitismo ou outra doença relacionada com a fraca alimentação, muito frequente à época, pelo que o processo de ossificação poderia estar atrasado.

O primeiro cenário adequa-se perfeitamente à situação encontrada e o terceiro cenário tem também uma viabilidade muito forte. O segundo cenário, embora desfaça a ligação da moeda à data das mortes, permite enquadrar de forma mais rigorosa a data da morte no período identificado laboratorialmente, ou seja, mortes ocorridas há cerca de 100 a 120 anos.

Recordemos que os períodos apontados recorrem sempre a análises estatísticas, partindo de um ponto central, neste caso 110 anos (cai no ano de 1858) se o intervalo for linear ou à volta de 110 anos, entre 107 e 113 anos (cai no período entre 1855 e 1861), por exemplo, se o intervalo não for linear.

A TIA LAURINDA E O ALBERGUE ESPANHOL

Original de BÚFALOS ASSOCIADOS

Alberto amava Bárbara, mas esta preferia Celso, que no entanto gostava de Denise, a qual estava apaixonada por Ernesto, que tinha uma inclinação por Filomena, que adorava Gastão, o qual tinha atracção por Heliodora, que não via senão Alberto. A Tia Laurinda, que também fazia parte do grupo embora não se lhe conhecesse qualquer paixão, chamava com humor aos seus oito colegas da Faculdade de Letras, parafraseando Arthur Schnitzler, a "Dança de Roda". Findos os cursos, o grupo promoveu uma viagem a Paris, cidade que a todos fascinava. O objetivo era respirar civilização, lavar as ideias, escapar durante algum tempo à mordida da Censura salazarista e esquecer a "rudeza d'uma austera, apagada e vil tristeza" de que já falava Camões.

Um amigo emprestou uma carrinha de nove lugares e o pai de Bárbara, que tinha uma alta posição na hierarquia militar, conseguiu as autorizações especiais para que os rapazes pudessem passar a fronteira, pois a guerra colonial já ia avançada. E lá seguiram todos para a "cidade luz", animados e felizes.

Paris foi para todos um deslumbramento, o que não impediu que o grupo se esfrangalhasse, dividido por interesses diversos. Celso e Denise passavam a vida na Cinémathèque, encharcando-se em Eisenstein, Buñuel, Renoir e Rossellini. Bárbara e Alberto andaram sempre na moda, nos perfumes e nos joalheiros, chegando mesmo ela a comprar um caríssimo colar de pérolas com o dinheiro que o "papá" lhe dera para prenda de aniversário. Gastão e Heliodora passaram o tempo nos museus e nos cafés à cata de celebridades. Juraram mesmo ter estado no Café de Flore sentados ao lado de Sartre e de Juliette Gréco. Laurinda, Filomena e Ernesto preferiram calcorrear todo o Paris, rua por rua, respirando o ar da civilização e da liberdade.

Foi no regresso a Portugal que as coisas se complicaram. Ao dirigirem-se à fronteira de Vilar Formoso, souberam pela rádio espanhola ter havido nesse dia um grande assalto ao Banco de Portugal na Figueira da Foz e que as fronteiras estavam fechadas nos dois sentidos, pelo que tiveram de ficar nessa noite em Salamanca. Eram cerca das cinco horas da tarde quando, depois de instalados num modesto "hostal" perto da Plaza Mayor, foram todos dar uma volta pela cidade, à exceção de Alberto, que preferiu ficar no quarto a descansar. Quando pelas 21.30h se voltaram a encontrar no átrio do "hostal" para o jantar,

Bárbara ficou em pânico. Subira ao quarto e o valioso colar que comprara em Paris e que tinha a certeza de ter visto antes de sair, desaparecera.

Chamada de imediato a polícia espanhola, procedeu-se a um rápido inquérito que teve como conclusões:

1 – Entre as 17 e as 21.30 horas o “hostal” esteve completamente desocupado, apenas com a exceção do rececionista e do hóspede do quarto 11, Alberto. Mais ninguém entrara nem saíra, disse o rececionista.

2 – Segundo o rececionista, todas as chaves, menos a do 11, estiveram no chaveiro durante o período em causa.

3 – Lembrou-se de que se ausentara da receção por volta das 19.50h, pois teve de se deslocar à casa de banho para uma urgência fisiológica.

4 – Mais disse que ao regressar, pelas 20.05h, teve a impressão de que a chave do quarto 15 (o da Bárbara) não estava pendurada da forma habitual.

5 – As cinco raparigas andaram sempre juntas a passear pela cidade, pelo que tinham um álibi inatacável. Só voltaram pelas 21.30h.

6 – Alberto afirmou que no período de tempo em que lhe disseram que o rececionista esteve ausente do posto, tinha a certeza de ter estado ao telefone com amigos em Lisboa para saber pormenores do assalto ao Banco da Figueira e que não saíra do quarto.

7 – Contactados os amigos do Alberto em Lisboa, confirmaram o telefonema. Foram claros ao afirmar que quando finalmente desligaram a longa conversa, já tinha começado há mais de 5 minutos o telejornal das 20 da RTP. E confirmou-se que o telefonema foi feito do quarto 11.

8 – Gastão apresentou como álibi ter andado em lojas um tanto longe do “hostal”, até à hora de fecho, à procura de uma marca de anis que lhe haviam encomendado, e ainda a visitar um museu.

9 – Celso disse ter andado até as livrarias fecharem, à procura de obras de Unamuno na “Calle de los Libreros”, o que foi confirmado. Comprou “Por tierras de Portugal y España”.

10 – Ernesto, que apareceu muito embriagado, declarou ter andado a curtir desgostos de amor, bebendo nos bares em redor da Universidade.

A polícia estava confusa, mas Laurinda tinha já a certeza de que um dos quatro jovens tinha mentido. Qual?

A – Alberto?

B – Gastão?

C – Celso?

D – Ernesto?

Policiário nº 1162 – Público de 10 de Novembro de 2013

SOLUÇÃO

A Tia Laurinda não teve dificuldade em detetar que o colega mentiroso não podia deixar de ser:

A – O Alberto.

O assalto à agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz, executado por um comando da LUAR sob as ordens de Palma Inácio, deu-se no dia 17 de Maio de 1967, uma quarta-feira. Foi pois esse o dia em que o colar da Bárbara desapareceu. Mesmo que se possa duvidar da sinceridade da rapariga ou da honestidade do rececionista do “hostal”, há uma mentira que faz imediatamente suspeitar de outra personagem.

O roubo só pode ter sido feito durante a ausência do rececionista, portanto entre as 19.50h e as 20.05h, evidentemente hora espanhola. Alguém, conhecedor da existência do colar e de qual era o quarto da Bárbara, teria retirado a chave do quarto 15 do chaveiro, executado o roubo, e voltado a colocar a chave no seu sítio, antes que o rececionista voltasse. Um quarto de hora seria mais do que suficiente. Ora nos anos sessenta, tal como hoje, a hora espanhola estava adiantada uma hora em relação à hora portuguesa, portanto em Portugal seriam nessa altura entre as 18.50 e as 19.05h. Foi nesse intervalo que se deu o furto.

Notemos agora que os amigos do Alberto para quem ele telefonou afirmaram que o telefonema terminou depois das 20 horas, hora portuguesa e hora de início do telejornal da RTP. Ou seja, o telefonema deu-se pelas 21 horas em Espanha, o que destrói o alibi do Alberto. A essa hora já o colar teria sido roubado, exatamente uma hora antes. Logo o Alberto mentiu quando afirmou que "no período de tempo em que lhe disseram que o rececionista esteve ausente do seu posto, tinha a certeza de ter estado ao telefone" com os amigos de Lisboa. Pode ter roubado o colar ou não, mas a verdade é que mentiu. Era o que se perguntava.

Repare-se ainda que, tanto o Gastão como o Celso, podem não estar a mentir, uma vez que em Espanha os horários da tarde do comércio e dos museus, depois do longo intervalo para almoço e sesta, vão das 17 horas até às 20. Era na altura, e ainda hoje, prática comum. Quanto ao Ernesto, resta-nos desejar que volte a conquistar a Filomena, para segurança do seu órgão hepático.

Notas de rodapé:

Arthur Schnitzler, dramaturgo austríaco, escreveu em 1892 “Liebeleí”, peça de teatro traduzida para português com o título de “Dança de roda”, em que se descrevem 10 cenas amorosas a dois, em que os amantes se vão encontrando sucessivamente com o par que voltará a aparecer na cena seguinte com

outro parceiro, percorrendo a história um círculo perfeito.

Miguel de Unamuno, escritor espanhol que lecionou na Universidade de Salamanca, editou em 1911 “Por tierras de Portugal y España” em que se comentam muitas das características do povo e dos intelectuais de Portugal. Autor e livro infelizmente muito pouco divulgados no nosso país.

Policiário nº 1167 – Público de 10 de Dezembro de 2013

CAMPEONATO NACIONAL E TAÇA DE PORTUGAL 2013

VENCEDORES

DECIFRAÇÃO

CAMPEONATO NACIONAL

1º ZÉ	(CAMPEÃO NACIONAL)	
2º MISTER H		
3º KARL MARQUES		13º PAULO
4º DETECTIVE JEREMIAS		14º VORSICHT – 25
5º INSPECTOR ARANHA		15º AGENTE GUIMA
6º DANIEL FALCÃO		DETECTIVE CORTÊS
7º CUSTÓDIO MATARRATOS		FINA LIVE
8º INSPECTOR BOAVIDA		JO.COM
9º VERBATIM		NITROLINO
10º A. RAPOSO & LENA		SAMURAI
BÚFALOS ASSOCIADOS		SIRO SAN
12º EGO		VAMP 99

TAÇA DE PORTUGAL

VENCEDOR	–	INSPECTOR BOAVIDA
FINALISTA	–	CUSTÓDIO MATARRATOS
MEIAS-FINAIS	–	DETECTIVE JEREMIAS; FLO
QUARTOS DE FINAL	–	INSPECTOR ARANHA; INSPECTOR GIGAS; PAULO; ZÉ

CLASSIFICAÇÃO DIC ROLAND (AS MELHORES)

- 1º DETECTIVE JEREMIAS
- 2º ZÉ
- 3º INSPECTOR ARANHA
- 4º DANIEL FALCÃO
- 5º CUSTÓDIO MATARRATOS

CLASSIFICAÇÃO MEDVET (AS MAIS ORIGINAIS)

- 1º INSPECTOR GIGAS
- 2º TROIKOSTA
- 3º DETECTIVE JEREMIAS
- 4º PANENKA
- 5º AGENTE ZAPATA

PRODUÇÃO

CAMPEONATO NACIONAL

- 1º VERBATIM
- 2º PAULO
- 3º BÚFALOS ASSOCIADOS
JÚLIO PENATRA & GÁ

PROBLEMAS DE ESCOLHA MÚLTIPLA

- 1º PAULO
- 2º VERBATIM
- 3º FELIZARDO LOPES

POLICIARISTA DO ANO E RANKING

TROFÉU SETE DE ESPADAS (POLICIARISTA DO ANO)

- 1º INSPECTOR BOAVIDA
- 2º ZÉ
- 3º CUSTÓDIO MATARRATOS

TROFÉU DETECTIVE MISTERIOSO (RANKING PÚBLICO-POLICIÁRIO)

- Nº 1 INSPECTOR BOAVIDA
- Nº 2 ZÉ
- Nº 3 CUSTÓDIO MATARRATOS

